

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Fevereiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1107 • Director: Carlos Brito



Na ordem do dia

# As lutas dos trabalhadores

Centrais

Carvalhas em Setúbal e Loures

## A LUTA DE MASSAS



Pág. 6 a 9

## É O CAMINHO

Nota da Comissão Política

### PSD fuge às responsabilidades

Pág. 5

### Interrogações sobre uma entrevista de Guterres

• artigo de Agostinho Lopes

Pág. 18

### Foz Côa gravuras rupestres são património mundial

Pág. 23



No próximo número  
**SUPLEMENTO 8 DE MARÇO**

# Tudo manobras eleitoralistas

**P**oucas definições assentaram tão perfeitamente ao Congresso do PSD como a de um perverso curso carnavalesco.

A adequação da definição não resulta apenas da circunstância dos trabalhos do Congresso terem encerrado no domingo magro, mas da sua própria organização como espectáculo predominantemente propagandístico e mediático e, sobretudo, pelos disfarces e máscaras a que recorreram os principais intervenientes, quer para ocultarem os seus verdadeiros propósitos de continuidade da mesma política, quer para se desresponsabilizarem da desastrosa situação a que a governação do PSD conduziu o país.

O disfarce dos intervenientes assumiu tais proporções, que um deles - Luís Filipe de Meneses - que se mostrou como é e falou com o habitual primarismo regionalista foi pura e simplesmente silenciado pelos estrondosos apupos dos companheiros.

O maior escândalo residiu, no entanto, na forma como este espectáculo propagandístico foi imposto, à viva força, aos portugueses pelas televisões (especialmente a pública), pelas rádios (especialmente a pública) e os pelos jornais.

Dir-se-ia que os editores e responsáveis por estes órgãos de comunicação social apostaram em que ninguém havia de escapar ao massacre da propaganda laranja.

Uma vergonha como nunca se tinha visto com estas proporções.

A generalidade da comunicação social foi de tal maneira subserviente em relação ao ainda partido do Governo, que o seu novo líder, Fernando Nogueira, se sentiu obrigado a enfatizar nos agradecimentos, assim: «Agradeço à comunicação social o desvelo com que nos acompanhou.»

Isto depois de ter afirmado: «o congresso fez desaparecer a oposição», o que mais do que uma conclusão deve ser tomado como um propósito, afinal não conseguido, apesar do «desvelo».

**Importa salientar, no que toca ao PCP, que esteve activamente presente em todo o país, entre outras, com duas grandes iniciativas partidárias de massas, em que interveio o Secretário-Geral, Carlos Carvalho - o encerramento da Assembleia da Organização Regional de Setúbal e o comício de Loures - que nem o «desvelo» conseguiu silenciar.**

**O** espectáculo propagandístico e a cobertura mediática também não foram capazes de dar força às manifestas fra-

quezas que o partido laranja exibiu no seu congresso.

A primeira e a mais notória dessas fraquezas é o indifereçável medo das próximas eleições para a Assembleia da República.

O contraste entre as fanfarronadas, tanto do velho como do novo líder, sobre a confiança na vitória eleitoral e o pavor real que, eles próprios e todo o congresso, revelam em relação às eleições, constitui, um dos sinais mais elucidativos do estado de perturbação em que o PSD está mergulhado.

A renúncia de Cavaco Silva a liderança do partido confirma-se, cada vez mais, como uma fuga ao veredicto do eleitorado sobre a sua obra governativa.

Por seu lado, Fernando Nogueira começou por estabelecer como prioridade, no desempenho do seu novo cargo, o combate à antecipação das eleições, o que é mais uma manifestação de fragilidade da sua liderança.

***O congresso mostrou também que o PSD se prepara para se lançar numa grande cavalgada, recorrendo a tudo, sem escrúpulos nem hesitações, não só para se conservar no Governo, a todo o custo, mas também para tentar ganhar a Presidência da República.***

Finalmente, foi na oposição à dissolução da Assembleia que o Congresso se levantou verdadeiramente unido, como diante de um perigo mortal, chegando ao absurdo de alegar, na moção aprovada, que o uso do direito de dissolver a Assembleia por parte do Presidente da República seria inconstitucional.

Se isto não é pavor é «cagaço» como lhe chamou o Jardim.

Carlos Carvalho explorou justamente esta contradição fundamental do congresso laranja, ao lançar ao novo líder o seguinte desafio: «Se estão tão fortes e unidos, por que é que não aceitam as eleições antecipadas?»

**O** congresso do PSD mostrou claramente que o ainda partido do Governo quer as eleições o mais tarde possível para tentar recuperar do desgaste e da

impopularidade provocados pelo falhanço governativo cada vez mais evidente e pelos escândalos de corrupção que atingem algumas das suas mais destacadas figuras.

O congresso mostrou também que o PSD se prepara para se lançar numa grande cavalgada, recorrendo a tudo, sem escrúpulos nem hesitações, não só para se conservar no Governo, a todo o custo, mas também para tentar ganhar a Presidência da República.

Quanto mais conseguir retardar as eleições legislativas, tanto melhor para esta trepidante tentativa de recuperação.

O novo arranjo directivo saído do Congresso e as suas implicações no Governo, apesar das fragilidades evidentes, podem ser favoráveis para esta vasta operação eleitoralista, pois o objectivo do PSD não é governar e menos ainda resolver os problemas do país, mas mobilizar, ainda mais do que noutras ocasiões, o aparelho e os recursos do Estado para não perder as eleições legislativas e tentar ganhar as presidenciais.

O que o PSD prepara são oito meses de cerrada campanha eleitoral com o Primeiro-Ministro a fazer inaugurações e a conceder benesses à custa dos sacos azuis que garantiu no Orçamento de Estado e dos fundos comunitários, com a comunicação social, especialmente a pública, a cobrir largamente estes e outros actos propagandísticos do PSD, enquanto o aparelho partidário comandado por Nogueira tentará arregimentar fidelidades com o recurso em larga escala ao tráfico de influências e de diferentes formas de coacção pelo uso do poder.

Cavaco Silva tentará assim remoeçar a imagem para ver se pode concorrer às presidenciais com possibilidades de sucesso, que é tudo o que ele prepara desde que iniciou «tabu», ajudando ao mesmo tempo, pela forma que julga mais eficaz, o seu PSD a evitar um desaire eleitoral nas legislativas, que é uma das condições para que o actual Primeiro-Ministro se lance na corrida para Belém.

Tudo manobras eleitoralistas do poder para se eternizar no poder.

O que é legítimo perguntar é se estas manobras não devem ser firmemente combatidas e impedidas e não só do ponto de vista político, mas institucional também.

Afinal, são os interesses do país que estão claramente em causa.

Não se percebe por isso a equívoca posição do PS.

Mais do que nunca se legitimam as medidas clarificadoras de demissão do Governo, de dissolução da Assembleia da República e de antecipação das eleições legislativas.



Jornada Nacional de Luta da CGTP-IN

## RESUMO

### 15 Quarta-feira

Sabe-se que nos últimos dois dias deram à costa mais três caixas de munições presumivelmente do navio S. Miguel ■ O exército indonésio anuncia a prisão de doze «ninjas». No entanto, os indonésios consideram os assaltantes simpatizantes da resistência timorense ■ Jacques Santer apresenta o programa da Comissão Europeia para 1995 ■ Nelson Mandela anuncia que abandonará a vida política em 1999 ■ Ernesto Zedillo pede aos zapatistas que escolham a «via política».

### 16 Quinta-feira

A CGTP organiza uma jornada de manifestações e greves contra a política governamental ■ Carlos Carvalho visita as obras de habitação e reabilitação urbana, em Queluz e em Belas ■ «Os Verdes» acusam o Governo de contrariar as disposições europeias no domínio da conservação da natureza ■ A população de Torres Vedras protestou, em peso, contra a saída da PSP da cidade ■ Temendo um ataque-surpresa dos «ninjas», a população de Díli vive um recolher obrigatório «auto-imposto» ■ Os guerrilheiros zapatistas anunciam que querem que o exército retire de Chiapas e que o governo anule a ordem de captura contra os seus líderes ■ Israel aceita reabrir parcialmente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, a partir de domingo ■ Boris Ieltsin critica as forças armadas e todo o sistema de poder na Rússia.

### 17 Sexta-feira

Trabalhadores da Telecom concentram-se para protestar contra a ilegalidade, a arrogância, a arbitrariedade e a prepotência da gestão da empresa ■ O submarino português Barracuda colide com um navio no Canal da Mancha ■ O presidente da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários demite-se ■ O presidente da Assembleia Legislativa de Timor-Leste afirma que Portugal perdeu os direitos sobre o território: «Nós é que somos os timorenses e não eles» ■ O PSOE anuncia que quer restringir os poderes dos juizes em matéria de medidas preventivas ■ A OLP afirma que pretende um acordo global para a Cisjordânia, que pode ser concretizado por etapas ■ Em discurso, Nelson Mandela declara guerra ao crime, à indisciplina fiscal, ao racismo, à corrupção e às greves violentas.

### 18 Sábado

Ricardo Damborenea, antigo dirigente do PSOE e actualmente ligado ao Partido Popular, é detido por ordem do juiz Baltazar Garzón ■ É revelado que a Administração

dos EUA se prepara para autorizar a venda de armamento ofensivo sofisticado a dez antigos países do bloco de Leste ■ A polícia sul-coreana detém cem activistas que exigiam um maior controlo sobre soldados americanos acusados de crimes ■ O Governo mexicano discute em Washington as condições do empréstimo americano ■ São fundados três novos partidos na Rússia.

### 19 Domingo

Realiza-se em Loures um comício com Carlos Carvalho ■ Sines volta a contestar a eventual instalação de uma incineradora de resíduos perigosos no concelho ■ O ministro do Negócios Estrangeiros russo defende o levantamento definitivo e sem condições das sanções internacionais contra a Jugoslávia ■ Perez de Cuellar, ex-secretário-geral da ONU, insurge-se contra o acordo de paz entre o Equador e o Peru ■ A Rússia considera dissipadas todas as possibilidades de fim das hostilidades na Tchetchénia.

### 20 Segunda-feira

A CGTP-IN defende que «há um governo de gestão comandado partidarmente» pelo que se «impõe a dissolução da AR» ■ Mário Soares visita as gravuras rupestres de Foz Côa e pede o abrandamento no ritmo das obras da barragem ■ A Lacticoop decide associar-se à Agros e à Proleite, afastando a fusão com a Parmalat ■ Um estudo sobre a Justiça em Portugal conclui que esta é pouco acessível, morosa e cara ■ Em entrevista, Ramos Horta afirma que o plano de paz do CNRM continua em vigor, o que não impede que a luta prossiga ao nível da guerrilha ■ Yasser Arafat decide antecipar a reunião do Comité Executivo da OLP, para analisar a continuação do processo de paz ■ É divulgado que a Presidência da República francesa colocou sob escuta os telefones de assessores do actual ministro do Interior ■ A Audiência Nacional espanhola autoriza a reabertura do principal processo sobre os GAL ■ O GIA reivindica o assassinio de vários gendarmes tunisinos e de diversos intelectuais argelinos ■ Humberto Ortega abandona a chefia do exército da Nicarágua.

### 21 Terça-feira

O líder do PSD, Fernando Nogueira, e o primeiro-ministro, Cavaco Silva, reúnem em S. Bento para decidir a continuação ou não do primeiro como ministro da Defesa; a reunião é inconclusiva ■ O PCP denuncia, em conferência de imprensa, «a colossal operação mediática» que foi o Congresso do PSD, destinada a desresponsabilizar o Governo da sua política ■ Mário Soares apresenta o seu livro «Moderador e Árbitro».

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
- 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22, Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,  
7.ª A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
- 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Aé: 17 horas de cada sexta-feira  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rosa - Lnbó - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heika Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Cenas carnavalescas

Dizer que valeu tudo é pouco. Dizer que valeu mais do que tudo, ainda não chega. Que dizer, então? Que em torno da substituição de Cavaco e da realização do Congresso se desenvolveu a mais poderosa, manipuladora e despidorada operação mediática de que há memória? Que nas últimas semanas a questão sucessória ocupou a quase totalidade do espaço e do tempo da Comunicação Social? Que nos três dias do Congresso se atingiu o desvario absoluto com a cedência ao PSD de um tempo de antena jamais concedido a qualquer outro partido em Portugal e no Mundo? Que essa cedência foi, regra geral, concretizada ao som do baile mandado pelo partido do Governo? Tudo isto é verdade e tudo isto é insuficiente para descrever o comportamento de órgãos ditos de informação em todo este processo. A verdade é que, face a um PSD em riscos de naufrágio, a comunicação social constituiu-se em bóia de salvação do partido do Governo.

Os comentadores chamados a debitar sobre o espectáculo do Coliseu eram «independentes declarados», uns; «independentes anónimos», outros; «isentos», todos. É justo destacar a buliçosa presta-

ção desse comentador «isento» que é o Prof. Marcelo: no exame e pontuação dos discursos produzidos, este magistral prestidigitador do comentário distribuiu, magnânimo, notas altas a todos os competidores, embora mais altas aos que se situavam na candidatura que ele próprio apoiava. E a dado momento assistiu-se à curiosa situação de ter de interromper o exame em directo para a TVI/TSF para ir ocupar o cargo que lhe estava destinado. Mas deu apenas um 19 ao discurso do Grande Líder, que apelidou de «quase perfeito». Aqui Marcelo, errou e estou em crer que se tratou de erro intencional, de uma espécie de vingança de hora de saída: o Líder merecia um 20: o seu discurso, enquanto manifestação autista no que respeita à situação do País, foi «mais que perfeito».

O medo da antecipação das eleições provocou a unanimidade da família laranja. Ora, se, como concluiu o Congresso, o PSD é Portugal, os interesses do PSD são os interesses do País, o PSD é a Constituição, e os candidatos ao cargo de presidente do PSD são candidatos ao cargo de Primeiro-Ministro... e se os interesses do PSD são incompatíveis com a antecipação

das eleições — é lógico que o Congresso tenha decretado que a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições é inconstitucional...

Notável, pela ausência de vergonha, foi a operação de autodesresponsabilização dos candidatos em relação à política até agora praticada pelo Governo de que eles fazem parte. É certo que estavam a falar para o País e não para o Coliseu, como sabiamente aconselhava o Prof. Marcelo (que, por isso mesmo, penalizou a intervenção de Nogueira em que este chateou meio mundo a contar as suas experiências governativas). Mas, salvo este lapso, os candidatos a líderes falaram como se tivessem acabado de chegar, caídos do céu, limpos e impolutos; como se não fossem exactissimamente os mesmos que há semanas atrás louvavam e incensavam a política do Governo que tem vindo a desgragar o país.

Conclusão: o Congresso do PSD e a prática da comunicação social dominante confirmaram a necessidade premente e urgente de eleições antecipadas.

■ José Casanova

## História de um divórcio

Na passada terça-feira, ou seja dois dias depois de ter terminado o Congresso do PSD, o «Público» revelou os dados de uma sondagem de âmbito nacional sobre

«Quais são os assuntos que mais preocupam os portugueses».

Na falta de elementos que permitam uma avaliação mais rigorosa desta sondagem (resposta espontânea ou resposta a lista de problemas apresentada aos inquiridos, possibilidade ou não de acumulação de respostas), o que importa referir objectivamente é que à cabeça dos resultados sobre as principais preocupações dos portugueses aparecem o desemprego (77%), a droga (74%), a pobreza (48,8%), a saúde (32,8%), a habitação (30,7%), a corrupção (24,7%), a educação (18,4%), seguindo-se depois questões como a violência da polícia, impostos elevados, falência das indústrias, insegurança, empobrecimento dos agricultores, degradação do ambiente, subordinação à Europa, burocracia e transportes.

Acontece que esta sondagem foi feita nos dias 11 e 12 de Fevereiro, ou seja, quando a opinião pública nacional já tinha gramado uma primeira pastilha de três meses do tabu cavaquista e uma segunda pastilha de quinze dias de frenética telenovela mediática sobre a disputa da liderança do PSD.

Assim sendo, os resultados desta sondagem só são explicáveis de uma de duas maneiras:

- ou os promotores da sondagem se esqueceram de integrar na lista dos problemas que apresentaram aos inquiridos o momentoso assunto ou problema da liderança do PSD, o que representaria uma inesperada confissão de desconfiança em relação à agenda e aos «factos políticos» privilegiados pelos «media»;

- ou então, como é legítimo suspeitar, os portugueses estão mesmo preocupados é com os problemas reais e sérios que atingem a sua vida e a do seu país e foram vítimas, ao longo das últimas sema-

nas de um desproporcionado massacre mediático em torno de um Congresso do PSD que não discutiu nem um dos problemas que a sondagem identificou como mais sentidos.

Nestes termos, é forçoso concluir que a histórica e inenarrável «overdose» sobre as disputas no serralho laranja não encontram exclusiva ou dominante justificação nas costumadas razões de «mercado» ou do interesse do público mas antes noutros interesses impostos ao público e ao «mercado».

De outra forma, não teria nenhum sentido que um jornal como o «Público» (ou as televisões ou as rádios) tenha sido muitíssimo mais zeloso no respeito pelo «pluralismo» na disputa interna do PSD que mil delegados iriam resolver do que no respeito pelo pluralismo em relação à disputas políticas gerais e eleitorais de carácter nacional que acabam por ser resolvidas por milhões de portugueses. Assim como não teria nenhum sentido que tivesse oferecido aos seus leitores os depoimentos de carradas de personalidades do PSD a explicar as razões da sua preferência por Nogueira, Barroso ou Lopes, em número infinitamente superior ao que, jamais e em tempo algum, foi oferecido a personalidades da área da CDU para exprimirem o seu apoio eleitoral a esta formação.

Mas está tudo bem: no final deste ano, com adaptações de pormenor, o director do «Público», tal como fez em 31 de Dezembro passado, voltará a poder escrever com a consciência perfeitamente tranquila, e sem a menor reflexão crítica sobre o papel e responsabilidades da comunicação social, que «uma das razões que explicam, porventura, a frustração terrível que foi 1994 encontramos-lo também em Portugal: é o divórcio cada vez mais insustentável entre a política e vida quotidiana».

■ Vítor Dias

## O «Governo Guterres»

A edição de «O Independente» da última quinta-feira destacava a notícia, «apurada junto de fonte segura», de que «Ernâni Lopes foi sondado por António Guterres para integrar o Governo do PS como ministro das Finanças».

Como em matéria de ministérios, quer na quantidade quer na proveniência, já nada surpreende nas inclinações dos actuais

dirigentes do PS, sem dificuldade se dá crédito a tal informação.

Acresce que, na «lógica» que tem sido adoptada pelo PS, que nada de bom augura para o país, de parecer-se o mais possível com o PSD — seja nas políticas, seja nas pessoas —, a figura de Ernâni Lopes, ministro da Economia do Bloco Central e responsável directo por anos de retrocesso económico e social,

constitui sem dúvida uma referência obrigatória.

Quanto ao que há a esperar do novo ministério do PS, o «Público» logo no mesmo dia esclareceu quaisquer dúvidas que restassem. Num contacto com jornalistas para a apresentação do encontro anual da SAER, empresa de «rating» de que é sócio-gerente Ernâni Lopes previu que Portugal irá viver até ao

final do século com desemprego «a dois dígitos», acima de 10% portanto, e que os portugueses terão de habituar-se a coexistir «com uma crescente desigualdade social».

E se os desmancha-prazeres dos portugueses não quiserem habituar-se a tal iníqua «coexistência»?

■ Edgar Correia

## FRANÇA em tempo de eleições

Na batalha pré-eleitoral que se desenrola desde há meses em França na perspectiva das eleições presidenciais de 23 de Abril/7 de Maio reina a política-espectáculo, marcada por surpreendentes golpes de teatro, por sérias rivalidades e conflitos pessoais dentro das mesmas famílias políticas, pela demagogia e o populismo eleiçoeiro. Uma batalha confusa que se tem desenvolvido em terreno ocupado pela direita e em torno dos seus principais chefes de fila, Balladur e Chirac mas também Giscard, Barre e outros. Uma direita fragmentada, mas que procura avidamente ocupar o espaço deixado livre pela ruína política de direita do PSF, reestruturar fileiras e consolidar o seu poder.

Mas terá a esquerda desaparecido do panorama social e político francês? Certamente que não. A derrocada do PSF, resultante da orientação e prática neoliberal de dez anos de governo, desorientou amplos sectores da sociedade mas não fez desaparecer as exigências de progresso e justiça social tão caras ao povo francês. O PCF, apesar do enfraquecimento eleitoral dos últimos anos, é uma grande força enraizada nos trabalhadores que está no terreno, combativa, apontando às massas uma verdadeira alternativa de progresso social. E importantes lutas populares contra a política reaccionária do governo Balladur mostram que a esquerda sociológica e política tem em França bem mais força do que pretendem os apóstolos da «morte das ideologias» e do «fim da clivagem esquerda/direita».

Mas se a esquerda é uma realidade, a melhor via para a derrotar é ocultar a sua componente mais consequente e manobrar com o que é a sua caricatura. Quando a direita ambiciosa, mas pragmática e realista que Balladur representa, saúda a candidatura finalmente avançada do PSF, é porque vê nela um elemento útil à preservação da ameaçada unidade da direita, sem que represente qualquer perigo real para a política do grande capital.

A foto de família do Congresso extraordinário do PSF de 5.02 que optou por Leonel Jospin dificilmente podia ser mais tranquilizadora. Nela se vêem, de Rocard (o tal do «Big Bang») a Fabius (um famoso 1º ministro dos governos direitistas do PSF), todos os responsáveis pela política desastrosa que pavimentou o caminho à vitória da direita em 93. Nela figura Elisabeth Guigou, ex-ministra francesa dos Assuntos Europeus que ainda recentemente apresentou, em Estrasburgo, um documento pleno da fé maastricheana neoliberal em que defende explicitamente as teses do «núcleo duro». E Delors, que não figura na foto, não tardou a juntar-se rapidamente ao grupo. O cérebro do Livro Branco, defensor entusiástico do federalismo e da UEM e moeda única já em 1997 (como defende Balladur) é o Presidente da Comissão de Apoio a Jospin.

Não admira por isso que «os balladurianos se mostrem satisfeitos com a escolha socialista» («Monde», 7.02) ou que o «L'Express» de 16.02 considere a candidatura de Jospin como «pão abençoado para Balladur». Em matéria de «construção europeia», como noutras, os socialistas franceses continuam a revelar-se bem menos imprevisíveis que homens como Chirac no qual afloram sensibilidades gaulistas tanto mais perturbadoras quanto quase metade dos franceses votaram contra o Tratado de Maastricht.

Com esta caricatura da esquerda, a direita pode bem. Mas a farsa não poderá durar eternamente. E é cedo para saber se com a «bipolarização reencontrada» («L'Express») a direita conseguirá poupar-se à batalha fratricida que, em tempos de crise, percorre as suas fileiras.

■ Albano Nunes



## Aduaneiros recebidos pelo PCP

No passada quinta-feira, os sindicatos do sector aduaneiro foram recebidos por dirigentes do PCP, numa encontro realizado na sede da Soeiro Pereira Gomes.

A delegação sindical era composta por Aurélio Marques e Orlando Soarez, do Sitee, e Álvaro Meneses, Luís Pinto e Vítor Martins, do Sindicato dos Aduaneiros. Pelo PCP, estavam Agostinho Lopes e Jerónimo de Sousa, ambos da Comissão Política do Partido.

## DORBraga reúne

A nova composição da DORBraga esteve reunida no passado sábado, para debater o trabalho de direcção e o funcionamento dos seus órgãos. A Direcção Regional, eleita na 3ª Assembleia realizada em Janeiro último, aprovou a constituição da Comissão Executiva e do Secretariado, definindo as suas funções, competências e funcionamento. Foi ainda decidido criar várias comissões e grupos de trabalho para apoiar o trabalho político da DORBraga.

Está ainda em análise a situação política e social, bem como as questões ligadas à preparação das organizações do Partido para uma grande campanha política no distrito com vista às próximas eleições.

Por último, foi dada especial atenção ao calendários de iniciativas de comemoração do 74º aniversário do PCP e à continuação dos debates com o País, cujo encerramento no distrito está marcado para o dia 17 de Março.

## Eleitoralismo em Soure

A recente visita do Governador Civil ao concelho de Soure «teve um cariz marcadamente eleitoralista», afirma a Comissão Concelhia do PCP, aludindo à distribuição, «com critérios pouco objectivos», de benesses a várias colectividades. Não contestando a atribuição de verbas as estas instituições, o PCP sublinha que, em vez de «acções pontuais e avulsas», aquelas «deviam saber com que poderiam contar durante o ano e a que tipos de créditos e subsídios deviam concorrer. Esta seria a forma moralmente séria de estar na política».

## Reforma educativa em C. Branco

Inserido na iniciativa «Debate com o País para uma nova política», decorreu na passada sexta-feira, no centro da Juventude de Castelo Branco, uma sessão sobre a política de educação e ensino.

Participaram o dr. Salvado Sampaio, do Conselho Nacional de Educação, o dr. Valter Lemos, presidente do Conselho Científico da ESE, o prof. Mário Nogueira, coordenador do SPRC, e António Filipe, deputado do PCP.

Na sala estavam cerca de 120 pessoas, entre os quais se contava grande número de professores e estudantes, que animaram o debate sobre os problemas na área da educação e ensino e assinalando a clara desresponsabilização dos sucessivos governos de direita.

Foram abordados aspectos ligados à reforma educativa, à administração e gestão do sistema escolar, à situação profissional dos docentes, ao investimento na educação, sendo realçadas várias propostas do PCP para uma nova política educativa.

## Esquadra da Pontinha

Num comunicado à população, a Comissão de Freguesia da Pontinha do PCP alerta para «os propósitos do Ministério da Administração Interna de desactivar a Esquadra da Pontinha, passando-a a simples posto de atendimento, o que se verificou em Janeiro último em Moscavide».

Segundo os comunistas, prevê-se ainda a divisão da Freguesia em duas áreas, que serão cobertas por esquadras diferentes: uma em Odivelas, para os bairros da freguesia, ficando a vila na dependência da «superesquadra» de Benfica.

Manifestando-se contra a criação de superesquadradas, o PCP considera que os 40 mil habitantes da freguesia têm direito a mais tranquilidade e segurança.

Neste sentido, ainda recentemente, por iniciativa da CDU, foi aprovada na Assembleia Municipal a constituição do Conselho Municipal de Segurança, medida que mostra claramente que o PCP, não defendendo um estado policial, luta pela prevenção da insegurança.

## Distribuidor falecido

Faleceu Fernando Maria Domingos, residente em Ris Orangis, na região de Paris. Natural do Bombarral, vivia há mais de 20 anos em França, onde fazia a distribuição do «Avante!» e de outros materiais de propaganda. Não sendo militante do PCP, era um grande activista nas campanhas eleitorais da CDU.

Aos familiares e amigos, o colectivo da Redacção do «Avante!» manifesta profundas condolências.

# Nota da Comissão Política PSD foge às respos

A Comissão Política do PCP, reunida na segunda-feira, analisou a situação política nacional, destacando nas suas conclusões «o Congresso do PSD/PPD, como colossal operação mediática para apagar as responsabilidades da grave situação social e económica, esconjurar o medo de eleições antecipadas e da derrota eleitoral; a continuação da ruína política do Governo PSD/Cavaco Silva e a necessidade e possibilidade de a interromper, dando-se a palavra ao povo; o desenvolvimento da luta dos trabalhadores abrindo caminho à derrota da política da direita, e colocando na ordem do dia a exigência de uma nova política.

## 1.

**O Congresso do PSD/PPD, uma colossal operação mediática para apagar as responsabilidades da grave situação social e económica, esconjurar o medo de eleições antecipadas e de derrota eleitoral**

A Comissão Política do PCP insiste na denúncia das manobras despudoradas do PSD para fugir às suas responsabilidades pela crise económico-social que o País vive. É a única interpretação para a monumental encenação mediática, onde os candidatos a substitutos do Primeiro-Ministro, e os seus apoiantes, ensaiaram a «renovação» e as «rectificações» de uma política em que eles próprios estão directamente implicados como ministros e dirigentes nacionais do PSD.

Com o pânico de perderem o poder, adensam as nuvens de fumo de demagogia e mistificação da operação tabu e saída de Cavaco Silva pela retaguarda, com o declarado objectivo de tentar enganar a opinião pública e evitar a previsível penalização eleitoral.

A Comissão Política do PCP salienta que esta operação de distração e maquilhagem lançada pelo PSD e Governo de Cavaco Silva não teria sido possível sem a boa colaboração de alguns dos principais órgãos da comunicação social portuguesa, com destaque para a instrumentalização do canal público de televisão e o seu efeito na condução dos outros. O PCP chama a atenção, mais uma vez, que, a pretexto de um acontecimento com interesse público mas, essencialmente, do foro interno de um Partido, a RTP tenha oferecido ao PSD e aos seus principais dirigentes, um desproporcionado tempo de antena, sem qualquer semelhança com o atribuído à intervenção pública da oposição, e em especial do PCP, e tenha dado ao Congresso do PSD uma cobertura total, provavelmente muito superior à que habitualmente dedica a eleições nacionais.

A Comissão Política do PCP sublinha, na oportunidade, três traços significativos evidenciados pelo espectáculo político com que o PSD brindou os portugueses:

- A completa fusão e confusão do Partido do Governo

com o Estado, cujo ponto alto é a tentativa de impingir ao País a farsa da eleição do candidato a Primeiro-Ministro feita por via da escolha do líder do PSD. (E sabe-se que apenas se procurava encontrar quem melhor pudesse disfarçar a ruína política do cavaquismo, e quem melhor possa vender como novo o que é verdadeiramente velho e mau.)

- A confissão-acusação feita por qualificados dirigentes partidários, no Congresso, de que alguns dos candidatos a líderes eram protectores de clientelas e distribuidores de benesses.

- A completa ausência de escrúpulos, apesar das máscaras do bom comportamento e do civismo, por parte dos concorrentes ao poder no PSD, em que aos jogos de bastidores se somaram desatados auto-elogios e declarações de atenta e venerada subserviência perante o chefe.

Mas o aspecto mais saliente do Congresso do PSD foi a completa ausência de debate sobre os problemas dos trabalhadores, dos portugueses e do País. O que mostra que o Congresso pretendia era ocultá-los e não evidenciá-los.

Para o Congresso do PSD, não há trabalho infantil nem salários em atraso. Não há 430 mil desempregados nem o desemprego juvenil atingiu os 16% no último trimestre de 1994. Não há pescas e agricultura arruinadas por 10 anos de governo cavaquista. Não há fábricas a fechar nem especulação financeira. Não há pensões de miséria nem uma crescente pobreza. Não há um sistema de ensino degradado nem uma assistência médica e cuidados de saúde piores e mais caros. Não há problemas de toxicod dependência, nem de corrupção, nem de segurança nas ruas. Nem sequer a famosa «retoma» apareceu, talvez porque os últimos dados oficiais sobre o investimento, produção industrial, taxa de inflação, a contradizem.

O País real não teve direito a convite para o Coliseu no fim-de-semana.

## 2.

**A continuação da ruína política do Governo PSD/Cavaco Silva e a necessidade e a possibilidade de a interromper, dando-se a palavra ao povo**

O Congresso teve ainda para o PSD outra virtude propagandística: ocultou quase completamente a continuação da tomada de medidas negativas para a economia e a sociedade portuguesas, e também a luta dos trabalhadores e dos comunistas que as procuram travar.

A Comissão Política denuncia vivamente duas novas decisões do Governo PSD:

- A isenção de António Champalimaud da obrigação de lançamento de OPA sobre o Banco Totta & Açores (BTA),

## Ourique Renovar e dinamizar

«Renovar, Reforçar, Dinamizar — Para uma nova política e uma alternativa democrática» foi o lema da 2ª Assembleia da Organização Concelhia de Ourique do Partido Comunista Português, que se realizou no passado sábado, 18, no Fórum Municipal de Ourique.

Com a participação de cerca de 70 delegados e de alguns convidados, os trabalhos decorreram com a presença de António Vitória, do Comité Central do PCP e responsável da DORBE.

No encerramento da assembleia, aquele dirigente comu-

nista sublinhou a importância de mais este passo em frente no reforço da organização partidária em Ourique, o único concelho do distrito de Beja em que, a nível autárquico, o PSD tem maioria na Câmara Municipal.

António Vitória salientou também a degradação da situação económica e social na região e no País, a crise política que paralisa o governo/Cavaco e, como consequência, o imperativo da dissolução da Assembleia da República e de eleições legislativas antecipadas.

Os comunistas de Ourique aprovaram uma resolução que aborda três grandes questões: as próximas eleições legislativas e a necessidade de um bom resultado do PCP e da CDU para uma nova política e uma alternativa democrática à actual governação de direita; o reforço da organização do PCP no concelho de Ourique, com um conjunto de medidas concretas visando a melhoria da actividade partidária; e a luta pela desenvolvimento económico e social, com uma série de propostas no sentido de travar a desertificação e margina-

lização, e inverter a situação no concelho de Ourique e na região alentejana.

A Assembleia da Organização de Ourique do PCP aprovou também uma moção sobre o 25 de Abril, exortando todos os militantes do partido e a população do concelho a participar nas comemorações do próximo Dia da Liberdade e a fazer delas «uma grande jornada de luta e afirmação dos ideais de Abril».

Uma nova Comissão Concelhia de Ourique, de 14 membros, foi eleita durante a assembleia.

# sabilidades

permitindo-lhe assim a posse, sem concorrentes e a preço conveniente, de um importante banco do sistema financeiro português, pondo de lado, com esta decisão, todos os demagógicos discursos e apologias do «mercado». O «menos e melhor Estado» usou de todo o seu poder intervencionista e discricionabilidade para o fortalecimento do novo Grupo de um velho senhor dos monopólios do fascismo. Não deve deixar de sublinhar-se a objectiva e declarada cumplicidade do PS com esta decisão e de reafirmar a posição do PCP, para quem a questão não é o sim/não à OPA, mas de total e completa oposição à privatização do BTA, que rendeu milhões aos espanhóis, e das empresas do Sector Público.

- A escandalosa oferta aos latifundiários de 60 milhões de contos, com a publicação do Decreto-Lei nº 38/95, de 14 de Fevereiro. Ao valor de muitos milhões de contos de frutos pendentes, efectivos pecuários e benfeitorias herdadas das Cooperativas da Reforma Agrária, aos 22 milhões de contos oferecidos pela

Comunidade Europeia, com base na mentira de que a Reforma Agrária reduziu o efectivo pecuário (quando o que aconteceu foi a duplicação do número de cabeças de gado), foi acrescentado agora pelo Governo PSD este bodo. Que não é apenas uma discutível decisão política, mas uma ofensa à dignidade de todos os que no Alentejo e no País estão no desemprego, têm fome ou vivem nos bairros de barracas. Não se deixe de comparar, por exemplo, o sentido ético do Governo no tratamento dos latifundiários alentejanos e ribatejanos com o tratamento devido aos hemofílicos contaminados por uma objectiva e reconhecida responsabilidade dos serviços públicos de saúde!

Não poderemos deixar de assinalar agora o também escandaloso acordo do PS com estas medidas do Governo.

Não podemos deixar de referir que, na opinião do PCP, quem deveria ser indemnizado eram os trabalhadores rurais e o povo alentejano pela exploração e opressão de que foram vítimas pelos senhores do latifúndio.

A Comissão Política do PCP considera como extremamente revelador que o medo de uma derrota em eleições antecipadas, tenha levado o Congresso do PSD a aprovar uma moção que chega ao ponto de considerar «inconstitucional» a dissolução da Assembleia da República.

Sendo indiscutível que o poder do Presidente da Repúbli-

ca de dissolver a Assembleia da República está claramente consagrado no artigo 136º, alínea e), da Constituição, e que o exercício desse poder, de acordo com o artigo 175º, apenas está condicionado em termos temporais, é forçoso concluir que o PSD pretende, ilegitimamente, desapossar o Presidente da República de uma sua inalienável competência constitucional, e que o PSD se rebela contra todas as normas constitui-



Agostinho Lopes na conferência de imprensa realizada na passada terça-feira

onais que, conjuntamente, não correspondam aos seus interesses.

A Comissão Política do PCP considera oportuno reafirmar que o PSD, além do mais, não tem particular autoridade para se opor à legitimidade e constitucionalidade da dissolução da Assembleia da República e consequente convocação de eleições antecipadas.

Com efeito, quer em 1985 quer em 1987, Cavaco Silva e o PSD reclamaram e obtiveram a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas, com a particularidade de, em 1987, essa dissolução ter sido decidida pelo actual Presidente da República, apesar de haver uma maioria parlamentar disposta a viabilizar um novo governo.

A Comissão Política salienta que o marasmo económico, a desestabilização institucional e social e a evidente conflitualidade e choque de cargos e funções entre os membros do Governo, decorrentes dos resultados do Congresso, só tornam mais evidente e urgente a necessidade de uma rápida clarificação institucional, através da decisão soberana do povo.

O PCP salienta que o problema não é saber quem são os partidos beneficiados ou prejudicados pela realização de eleições. O que está em causa é a necessidade de eleições para evitar que o País e os portugueses continuem a ser prejudicados.

3.

**O desenvolvimento da luta dos trabalhadores abre caminho à derrota da política de direita e põe na ordem do dia a exigência de uma nova política**

A Comissão Política do PCP saúda o forte desenvolvimento da luta dos trabalhadores de diversos sectores profissionais, e em particular a acção que decorreu no passado dia 16 ao apelo da CGTP-IN, por todo o País, designadamente a que encheu a Av. da Liberdade, e ainda as significativas lutas dos trabalhadores ferroviários, da Telecom, dos metalúrgicos da Trofa e dos professores.

A luta foi um clamoroso contraponto à demagogia e mistificação decorrentes do Congresso do PSD.

O descontentamento e as reivindicações expressos colocam com toda a força na ordem do dia a necessidade de uma nova política.

Os problemas levantados pela acção dos trabalhadores são também linhas orientadoras para a definição da nova política que o País exige como alternativa à política da direita: mais emprego e melhores salários, a redução do horário semanal de trabalho, mais solidariedade social, mais e melhor ensino e cuidados de saúde, fim das privatizações, defesa do sector produtivo e modernização da economia portuguesa.

O forte impulso de lutas dos trabalhadores é ainda uma decisiva arma no combate à demagogia eleitoralista do Governo de Cavaco Silva, que vai intensificar-se a partir de agora.

4.

Por último, a Comissão Política considera justificado chamar a atenção da opinião pública para a repugnante calúnia lançada contra o PCP pelo Engº Eurico de Melo, no programa «Sete à Sexta», da SIC.

Exactamente porque se trata de uma calúnia que desonra quem a proferiu, o PCP não hesita em reproduzir por escrito as afirmações de Eurico de Melo.

Com efeito, aquele destacado dirigente do PSD, invocando alegadas ou supostas opiniões de Emídio Guerreiro, afirmou, designadamente, que «o General Humberto Delgado foi entregue à PIDE pelo Partido Comunista Português», e que «esta cilada foi feita pelo Partido Comunista».

A calúnia, de tão afrontosa e de tão contrária à soberanamente conhecida verdade dos factos, não merece, obviamente, a honra de um desmentido.

Mas merece um desafio: ou o engº Eurico de Melo, recém-eleito Presidente da Mesa do Congresso do PSD, se retrata rapidamente, ou ficará justamente como um reles provocador que repete, com ligeiras adaptações, as mesmas acusações e calúnias que os mandantes e executantes (Salazar, o governo fascista e a PIDE) do assassinato do corajoso General Humberto Delgado lançaram há trinta anos contra o PCP.

## COMÍCIO

74º aniversário do PCP

3. MARÇO '95 (SEXTA-FEIRA) - 21.00 H  
COLISEU - LISBOA

COM A PARTICIPAÇÃO DE  
**CARLOS CARVALHAS**

PCP

**A ESQUERDA  
NECESSÁRIA**  
para uma nova política

EMPREGO, SALÁRIOS, DIREITOS

**PARA  
UMA VIDA  
MELHOR**

PCP

**A ESQUERDA  
NECESSÁRIA**  
para uma nova política

## COMÍCIO

74º aniversário do PCP

12. MARÇO '95 (DOMINGO) - 15.30 H  
PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE GAIA (Beira Rio/V.N. Gaia)

COM A PARTICIPAÇÃO DE  
**ÁLVARO CUNHAL**

PCP

**A ESQUERDA  
NECESSÁRIA**  
para uma nova política

## Carlos Carvalho, em Loures, pede eleições antecipadas «O desafio fica feito»

Domingo passado, o Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, encheu para o comício com Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP. Depois de uma curta, mas muito aplaudida, actuação de Miguel Santinho, que trouxe vários temas de Adriano Correia de Oliveira e de Zeca Afonso, usou da palavra Demétrio Alves, presidente da CM de Loures. Referindo-se ao actual momento político, numa clara alusão ao final dos trabalhos do Congresso do PSD, o autarca afirmou que «este é o primeiro dia do resto do Governo e das políticas de direita». Salientou a seguir as dificuldades sentidas nas autarquias, resultantes nomeadamente da asfixia financeira, dando nota alta ao trabalho da CDU no concelho, onde «cicatrizaram e sararam as feridas na paisagem urbana», disse. Para Demétrio Alves, «é urgente que os governos e as políticas tenham a marca da competência e honestidade que caracteriza a actividade dos comunistas», acrescentando que «isto não vai lá com rosas milagreiras (...) É necessário o vermelho e o verde». Perante as mais de mil pessoas que ali estavam, Carlos Carvalho interveio de seguida:

Este nosso comício que só por si é uma manifestação de entusiasmo, confiança e combatividade, decorre num quadro de agravamento da situação social, num quadro de marasmo e de atraso na retoma económica em que milhares de famílias vivem a angústia da incerteza do dia de amanhã.

Estamos há vários anos em que, contrariando as juradas promessas do PSD, nos afastamos sucessivamente da média de crescimento comunitário, com uma quebra significativa da produção industrial e do investimento, com uma agricultura em definhamento, prosseguindo a deflação e, com ela, o aumento do desemprego, do trabalho precário, da intensificação da exploração e da ampliação das bolsas de pobreza.

Esta preocupante situação é ainda agravada pela desestabilização institucional, por um Governo sem credibilidade, a servir de comité eleitoral do PSD, com ministros e secretários de Estado a servirem de bases de apoio à luta de facções no partido do Governo, numa colossal e despendurada campanha de propaganda como se estivéssemos em campanha eleitoral para a Assembleia da República.

É um escândalo o que tem sido a operação de recauchutagem do PSD, com a cumplicidade dos meios de comunicação social que o PSD controla ou que lhe são afectos. Uma operação de propaganda e uma operação de desresponsabilização que ultrapassou todos os limites.

De repente, os candidatos a líderes passaram a ter como grande preocupação o humanismo e os mais desfavorecidos, a defender a regionalização, a transparência, o diálogo com os cidadãos. Dizem agora que a democracia de sucesso passou de moda e que Portugal tem de combater o novo-riquismo. E afirmam mesmo que estão desprovidos de poder e que gostam da palavra povo. Um fartote! Vestiram a pele de cordeiro porque vêm ameaçados os privilégios, o dispõem a seu belo prazer os fundos comunitários, os dinheiros do Orçamento, porque temem a perda do poder. Esta é que foi a questão central da Telenovela do Congresso!

Mas que ninguém tenha dúvidas que a política do PSD e os interesses que serve não se alterarão.

Os interesses do PSD são os mesmos, a política é a mesma e o novo líder é tão responsável como os outros membros do Governo pela política do PSD. E não é a falsa unidade e as declarações fidelíssimas de devoção ao novo líder que o PSD vai procurar encenar e propagar após o Congresso, que muda a realidade; a de um governo dividido, em trânsito, agravando os problemas e com uma política de persistente desestabilização económica, social e institucional, por orientações e medidas que entram em conflito aberto com as mais variadas classes e camadas sociais e profissionais.

Também não restam dúvidas que Fernando Nogueira, agora eleito, vai querer aparecer impante e triunfante e dar a ideia de que o PSD está «renovado», unido e com uma dinâmica de vitória. Mas então se é assim, senhores do PSD, se estão tão unidos e convencidos da justiça das vossas políticas e do apoio do povo português, como fingem, então vamos para as eleições antecipadas.

É que não o fazendo, fugindo como o diabo da cruz das eleições antecipadas fica claro que têm medo, que o que afirmam não passa de fanfarronices e de pesporrências, de quem bem lá no fundo teme e, com razão, a condenação do voto popular!

De quem lá no fundo quer é aproveitar mais uns meses para a política clientelar, mais uns meses para usar o Estado ao serviço do Partido.

O desafio está feito. O país não pode continuar adiado a servir os interesses dos barões e baronetes do PSD, enquanto os problemas se arrastam e se agudizam.

É que os resultados da política do PSD são conhecidos.

De um lado as negociatas, onde não faltam milhões para entregar de forma escandalosa aos grandes senhores do dinheiro e dos latifúndios e do outro as carências, os agudos problemas que atingem uma cada vez maior número de famílias e de cidadãos.

Esta situação não pode continuar. É necessário e com urgência dar resposta às vivas insatisfações e inquietações dos cidadãos, ao profundo descontentamento, aos legítimos interesses e naturais expectativas de uma vida melhor, mais segura, mais tranquila. É nesta direcção que empenharemos os nossos esforços e energias, o que passa também pelo reforço do PCP e da CDU.

A governação do PSD assente na sua maioria absoluta caracterizou-se, no essencial, pelo desenvolvimento de um plano estratégico em que são elementos fundamentais a governamentalização do Estado, a partidarização da Administração Pública, o controlo dos meios oficiais de comunicação social, a liquidação da regionalização, a ofensiva centralista contra o Poder Local, a aceleração da entrega de sectores-chave e estratégicos da economia nacional ao grande capital, impulsionando uma rápida e enorme concentração de riqueza, poder económico e influência política à custa do erário público.

Não há nenhuma varinha mágica, nem pungentes afirmações de que «a política não deve estar metida com os negócios» que apague esta realidade. Veja-se o escândalo do que se passa com o Totta e o BPA, só para citarmos exemplos recentes. Nem há declarações moralizantes que apaguem os escândalos, as persistentes manifestações de autoritarismo, de arrogância e intolerância, a degradação da democracia política e a limitação de direitos fundamentais dos trabalhadores.

### A luta de massas é o caminho

Por isso afirmamos que, seja para enfrentar com êxito os exigentes desafios que estão colocados ao país, seja para impedir o PSD de continuar a adiar e a agravar os problemas e a levar por diante o seu projecto de desfiguração do regime democrático, seja para fazer progredir a concretização de uma verdadeira mudança e não apenas uma alternância, a luta e a luta de massas é o caminho. É o caminho para derrotar o PSD e a política da direita.

Permitam-nos, pois, camaradas, que daqui saudemos e enviemos a nossa solidariedade combativa aos trabalhadores que com grande firmeza defendem os seus postos de trabalho e os seus direitos, que saíam a luta dos trabalhadores e a importante jornada de luta e protes-

para a criação de emprego e de emprego qualificado e a satisfação das necessidades fundamentais da população, tendo como primeiro objectivo a melhoria do nível e qualidade de vida dos portugueses.

Defendemos, por isso, uma política fiscal que corrija as injustiças, que faça pagar mais a quem mais tem e uma política de rendimentos que conduza ao progressivo reforço do peso dos salários na distribuição do rendimento nacional e o alargamento do consumo interno, importante condição também para promover a dinamização da economia.

É necessário assegurar os direitos dos trabalhadores, assegurar o direito ao emprego e melhorar as condições de vida e de trabalho.

O que caracteriza a situação do emprego não é o crescimento do seu volume, mas sim o crescimento do desemprego, o aumento substancial da sua precariedade e da instabilidade, com o emprego a prazo, ocasional e sobretudo o emprego clandestino.

E esta situação em que uma boa parte dos trabalhadores não recebem subsídio de desemprego é acompanhada pela intensificação dos ritmos de trabalho que tem como consequência o aumento brutal da sinistralidade.

Uma nova política tem de ter como prioridade o dar resposta a estes problemas repondo o exercício dos direitos, o combate firme à precariedade generalizada, promovendo o emprego e o emprego qualificado.

Uma nova política que vise o aumento da qualificação da força de trabalho, como elemento fundamental do desenvolvimento e da valorização profissional.

Uma nova política que melhore as condições de trabalho, proteja a vida dos trabalhadores e assegure o direito à organização da sua vida pessoal e familiar, cívica e social e que concretize a duração máxima do horário semanal para 40 horas.

Nós não podemos aceitar que à beira do Séc. XXI uma boa parte da população portuguesa viva numa situação precária, que 60% dos pensionistas recebam uma pensão inferior a 20 mil escudos e que tenham sido aumentadas em média 30 a 33 escudos por dia enquanto se desbarata o património público e se promovem as actividades especulativas e parasitárias.

Nós não aceitamos nem aceitaremos que o Estado continue a acumular as suas dívidas e a agravar a situação da segurança social em proveito das seguradoras privadas.

Nós não aceitamos nem aceitaremos uma política que continue a agravar a discriminação das mulheres e das mulheres trabalhadoras e a situação da juventude cada vez com mais dificuldades de acesso ao ensino superior público, a um emprego, à habitação e a um nível de vida digno. Os jovens têm direito a uma escola pública democrática e de qualidade e a encararem o futuro com mais perspectivas e segurança. Daqui saudamos a JCP.

Nós não aceitamos nem aceitaremos a continuação da degradação social, o aumento da insegurança e a impune proliferação desse grande flagelo que é a droga a par da crescente falta de meios para recuperar os toxicómanos.

Nós não aceitamos nem aceitaremos que não se dê resposta ao crescimento preocupante da criminalidade e à situação de insegurança generalizada que se vive nas áreas urbanas e suburbanas. É necessário que se aposte no reforço do policiamento preventivo, na aproximação das polícias às populações e não na sua concentração ineficaz em «superesquadrões» e que se encare a reconversão de efectivos dos corpos repressivos para a melhoria da segurança das populações.

É neste combate que nos empenhamos e nos empenharemos, pelo progresso social, a justiça, a tranquilidade das populações, a melhoria das condições de vida.

### «O Congresso do Entrudo»

A telenovela do PSD está longe de chegar ao fim. Hoje temos o encerramento de mais um capítulo e, certamente porque estamos próximos do Carnaval, o capítulo «Congresso» foi transformado num «Congresso do Entrudo», num baile de máscaras. Os delegados escolheram a máscara, que no seu entender simultaneamente possa ser menos conotada com o passado e que melhor possa mobilizar o partido e enganar o eleitorado.

Por isso até dizem que o discurso do novo líder dá uma nova esperança ao País, o que é uma confissão da derrota da política passada e da mistificação com que vão encarar o futuro.

O que preocupa o PSD não são as medidas para tirar o País da crise, mas sim, o de saber como é que vai conservar o poder, como é que vai continuar à mesa do Orçamento sem o qual não consegue alimentar a sua base clientelar. E como está queimado com a sua desgraçada política, precisa de alguém que afevele a máscara da «descontinuidade», da «mudança», da «inovação» e da «renovação».

Mas o que Portugal precisa não é de jogos de máscaras, nem de uma mudança de caras para manter tudo o que é essencial na mesma. Portugal não precisa de continuar com o cavaquismo sem Cavaço ou de continuar com uma espécie de cavaquismo com outro partido. Portugal precisa sim de uma nova política, de uma política claramente de esquerda que sirva o povo e o País e que dê resposta urgente aos mais agudos problemas sociais e económicos.



to da CGTP-IN, a luta dos ferroviários, dos agricultores, dos pescadores, dos estudantes e professores e a luta nas empresas como na Telecom, na Hidrosorefame, na Renault, na TAP, na Siderurgia Nacional e em tantas outras.

Camaradas, é necessário dinamizar o crescimento económico que tem que ser acompanhado da solidariedade e justiça social.

Consideramos como exigência nacional que o crescimento económico esteja assente no aproveitamento dos nossos recursos, de uma nova política na defesa e valorização da produção nacional, orientado



## O País é que tem que contar

Durante semanas, o PSD quis dar a ideia de que o Governo governava e que o que se passava no interior do partido era o que se passava no país e, com esta técnica de diversão, procurou evitar pronunciar-se sobre as questões concretas, evitar ser confrontado com as questões do desemprego, do trabalho precário, da ruína da agricultura, da paralisia económica.

Mas como o Governo não dava sinal de vida e isso era mais um elemento para a dissolução da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro lá terá dado «ordens» aos ministros disponíveis para disfarçarem e aparecerem publicamente.

E assim de forma concentrada lá começou o rodopio de ministros e secretários de Estado. No fim-de-semana passado tivemos o Ministro das Finanças, a dizer que a retoma vai de «vento em popa», logo contrariado dias depois com dados e previsões do INE, sobre o emprego, investimento, produção industrial, inflação, estragando a festa e a risota!

Por sua vez, o Ministro do Emprego foi ao Norte, meter os pés pelas mãos sobre a situação na segurança social, e o Ministro da Saúde, não vá o PSD esquecer-se dele, resolveu prometer mais uns milhões, apesar de não os ter no Orçamento. É a demagogia à solta.

Por último, o Ministro da Indústria visita a Auto-Europa e diz-nos que afinal tudo corre pelo melhor dos mundos.

Só que a demagogia que depois continuou no Coliseu não apaga a realidade. E esta o que nos mostra é uma situação económica que se degrada; um governo a prazo, a aproveitar os últimos dias para nomear mais uns previsíveis desempregados políticos e a apressar escandalosas negociatas e privatizações feitas ao «feito e à medida»; uma Assembleia da República em fim de feira e, por causa da maioria do PSD, cada vez mais distanciada dos problemas das populações e um partido do governo a encenar uma falsa unidade, agarrado ao poder, que vê fugir em cada dia que passa.

E perante esta situação não são admissíveis os cálculos eleitoralistas sobre se a dissolução da Assembleia da República é boa ou má para o PSD, se favorece ou desfavorece tal ou tal partido. O País é que tem que contar e o País não pode continuar a apodrecer com o PSD sem se dar a palavra ao povo que nestas circunstâncias deve decidir soberanamente. E não é a esporrência nem a chantagem do PSD, nem as cambalhotas do CDS, nem as falsas sondagens que retiram força à necessidade para o país de eleições antecipadas. (...)

## A política que o País precisa

Reafirmamos que a política que o País precisa é a da ruptura com a política cavaquista e os interesses que esta serve e não apenas uma mudança de grau, como em muitos casos preconiza o Partido socialista.

É bom recordar aos trabalhadores, aos agricultores e pescadores, aos pequenos e médios empresários, que o «ministro-sombra» das Finanças do PS afirmou com clareza que aquilo que separa o PS do PSD é muito menos do que aquilo que os une, ou como disse Eurico de Figueiredo - porta-voz para a saúde - «o socialismo democrático do PS e a social-democracia do PSD» não diferem muito do que o PS continua a querer prosseguir.

É preciso não esquecer que o PS continua a defender Maastricht e que as suas políticas têm arruinado a agricultura, as pescas e muitas empresas e que o seu «ministro-sombra» para a Indústria ainda na semana passada declarava que não se devia misturar a economia com o social, que as privatizações estavam atrasadas, o que era um problema, pois era o PS que as tinha que fazer. Quer dizer, o PS não se opõe ao escândalo das privatizações, o que gostava era de ter a estrada limpa para não ficar com o ónus político. Mais claro não poderia ser!

É bom também que os estudantes não esqueçam que aqueles que dizem que «a educação é a sua paixão» são os mesmos que são a favor das propinas e os mesmos que foram os autores da introdução do «numerous clausus».

É também bom que os trabalhadores se recordem que aqueles que introduziram os contratos a prazo são os mesmos que agora dizem fri-

amente que a «legislação do trabalho é aceitável» e que estão prontos a fazer uma Revisão Constitucional com o PSD.

Não. Esta não é a política que Portugal precisa, esta não é a política que serve os trabalhadores, os agricultores, os pequenos e médios empresários. Há uma diferença que certamente não é pequena entre a afirmação de que se sabe o que se quer para o País, como dizem por aí certos cartazes e aquilo que o País efectivamente precisa. E naturalmente que não é a continuação da política do bloco central, sem PSD nem Cavaco, nem é a ortodoxia neo-liberal de Maastricht.

Portugal precisa de uma política que defenda e valorize a produção nacional, que promova a justiça social, que estimule as actividades produtivas e o aparelho produtivo e não as actividades especulativas e parasitárias.

Portugal não precisa da continuação das políticas que favoreçam a concentração da riqueza, mas que promovam o crescimento económico e que este seja acompanhado do desenvolvimento social, da melhoria das condições de vida do povo, o que passa por uma política de distribuição dos rendimentos mais justa e por o Estado assumir plenamente as suas responsabilidades pelos serviços sociais fundamentais.

Camaradas,

(...) A economia portuguesa não está condenada a ser crescentemente submetida às estratégias das economias dos países mais desenvolvidos e a ter uma inserção na divisão internacional do trabalho cada vez mais desvalorizada e cada vez mais ditada do exterior e orientada por interesses alheios e frequentemente contrários aos interesses nacionais.

Nós não aceitamos a continuada submissão do interesse nacional ao interesse estrangeiro, ao diktat das grandes potências no processo de integração, à subalternização da dimensão social do desenvolvimento e à aceitação passiva da moeda única.

Nós continuaremos a exigir a concretização do princípio da «coesão económica e social» e a rejeitar os fundamentalismos monetaristas e as políticas de Maastricht, que só servem o grande capital internacional.

A exigência que se nos coloca nos dias de hoje não é da aceitação submissa e humilhante da alienação da soberania, mas a afirmação da defesa da cooperação mutuamente vantajosa, da riqueza das diferenças das identidades nacionais, do diversificado contributo que dão para a civilização e a igualdade de direitos.

Ao contrário do que certas linhas ideológicas pretendem fazer crer, a soberania e a independência não são conceitos e objectivos ultrapassados, antes constituem aspirações dos povos e necessidades objectivas da sua defesa, compatíveis com processos de integração e internacionalização do processo produtivo. Do mesmo modo, que nos opomos aos nacionalismos e chauvinismos, consideramos o patriotismo como uma componente de uma concepção democrática do mundo e da vida que se opõe ao racismo e à xenofobia e que se identifica com uma concepção internacionalista e solidária, com a luta e os direitos de todos os povos e países pela emancipação da humanidade. Este é o combate do PCP e da CDU.

Portugal não pode abdicar do direito a decidir do seu próprio destino e da sua capacidade de afirmação, como País aberto ao mundo e ao mesmo tempo defensor da igualdade de direitos e deveres dos Estados.

Por isso consideramos que a defesa da soberania e da independência deve constituir também um objectivo central de uma nova política. (...)

## Com confiança

O afastamento da direita do poder, a derrota da política de direita e a concretização de uma alternativa democrática são de importância vital para o nosso país.

Apresentamo-nos às próximas eleições com o nosso património de luta, com as nossas propostas e medidas e com um valioso projecto ao serviço do povo e do país.

Apresentamo-nos como o grande Partido da esquerda, defendendo e dignificando os valores da esquerda sem concessões ou subterfúgios, mostrando que não são os valores do individualismo desenfreado, do egoísmo, do salve-se quem poder, da lei da selva, que constituem a modernidade ou um avanço da civilização.

Apresentamo-nos pela positiva rejeitando a política espectáculo e os insultos, dirigindo-nos à inteligência, à experiência e à sensibilidade dos cidadãos, indo para a luta com determinação e com a confiança de quem sabe que honra a palavra dada, de quem em todas as circunstâncias esteve ao lado dos oprimidos, dos injustiçados, ao lado dos trabalhadores e das populações.

Orgulhamo-nos do nosso património de luta e ao contrário de outros não só não renegamos o nosso passado como não precisamos de mudar de nome ou de operações de disfarce para vir dizer aos por-



tugueses que agora é que é, que somos candidatos da descontinuidade, que agora é que vamos ter «vida nova», ou que agora é que vamos ser populares, tendo na assistência os «senhoritos e as senhoritas» e o cheiro da naftalina.

Não precisamos de disfarces, nem de mascaradas.

Orgulhamo-nos de ser comunistas e comunistas portugueses, um partido com ideais, princípios, objectivos, vida interna, ligação com as massas que definem a nossa identidade e nos distingue dos outros.

Partido que se honra de ter contribuído para a aquisição da consciência cívica, política e de classe, de gerações de explorados e oprimidos, Partido fundador do regime democrático, Partido que se honra de ter dado e estar a dar uma contribuição decisiva para a derrota do PSD e da política de direita.

Partido de homens, mulheres e jovens de convicções, aberto à vida e ao novo, que rejeitam o dogmatismo e o imobilismo e que empenham as suas forças e energias para a transformação da sociedade.

A coerência do PCP constitui um exemplo que atrai e que ganha o respeito de vastos sectores políticos e sociais, a simpatia e a adesão crescentes dos elementos das novas gerações. E é por verem que ganhamos terreno que nos procuram silenciar e que deturpam o que defendemos, o que realmente somos e o que realmente queremos.

Mas tomam os desejos pela realidade. Vamos para a luta com dinamismo, serenos, empenhados e unidos, com a confiança e determinação de quem sempre, mas sempre tem estado e estará ao lado do povo nas pequenas e nas grandes lutas, nas horas boas e nas horas más. Foi assim no passado é assim no presente, será assim no futuro para bem dos portugueses e de Portugal.

IV  
AORSO PCP com os trabalhadores  
por um distrito melhor

Quando, às dez horas da manhã de sábado, se reuniram os mais de seiscentos delegados que participaram na IV Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP e o camarada António Casmarrinha, em nome da DORS cessante, declarava abertos os trabalhos, o repórter teve o sentimento de que na ampla sala do cinema S. João, em Palmela, não havia ninguém, mesmo entre os convidados, que não pensasse o mesmo: que ali se ia fazer um trabalho importante e sério, que se iam debater questões concretas, fazer análises rigorosas, apresentar ideias inovadoras, apontar caminhos e soluções. E que a Assembleia, que se debruçava sobre os problemas de um só distrito — embora tão importante como o de Setúbal — tinha muito mais interesse para o país do que o espectáculo que a comunicação social, com destaque para os três canais de TV, deu durante três dias sobre as lutas sucessórias do cavaquismo. Ali, na Assembleia da ORS, fez-se trabalho sério, com os olhos postos na realidade, com vontade de mudar.

«O PCP com os trabalhadores e a população por um distrito melhor» foi o lema certo para sublinhar as intenções da Assembleia. Mas, melhorar profundamente e decididamente, só será possível afastando a direita do poder. Por isso mesmo, outra frase se podia ler numa grande faixa que debruava a sala, reclamando eleições antecipadas.

Os trabalhos iniciaram-se com a eleição da mesa, onde já se encontravam o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, que acompanharia a Assembleia até final, encerrando-a com uma intervenção, os membros da Comissão Política, Francisco Lopes e Octávio Teixeira, e o camarada Manuel Sobral, que proferiu a primeira intervenção.

Saudando a AORS e os seus delegados, Manuel Sobral saudou também muito especialmente os convidados, onde se encontravam delegações de sindicatos e da USL, associações de agricultores, de movimento cooperativo, de pequenos e médios comerciantes e industriais, do MURPI, da Associação dos Municípios do distrito, da distrital da Anafre, de colectividades, do Movimento Democrático de Mulheres.

## Ouviremos certamente...

«Ouviremos certamente», disse Manuel Sobral, «os delegados do Sul do nosso distrito falar dos efeitos da destruição da Reforma Agrária, dos campos ao abandono, do desemprego em massa, dos trabalhadores e dos jovens obrigados a sair das suas terras porque não vêem aí as possibilidades de trabalho e muito menos de realização de sonhos legítimos que a juventude acalenta. Ouviremos certamente defender a necessidade de, no futuro, os trabalhadores do campo conseguirem a concretização de uma nova reforma agrária na zona do latifúndio. «De certeza», afirmou ainda

ção geral sobre a situação política e as grandes questões que a Assembleia debateu. Recordando que os anos entretanto decorridos, entre as III e IV AORS foram quatro anos de «profundas alterações económicas, sociais e culturais no distrito, no país e no mundo, anos de ofensiva da direita com uma política do PSD ao serviço do grande capital contra os interesses dos trabalhadores e o regime democrático que teve uma negativa repercussão no distrito de Setúbal», o dirigente comunista deteve-se particularmente nessa repercussão negativa.

Referiu a desarticulação que tal política produziu na estrutura produtiva, o «ataque ao sector empresarial do Estado com a redução significativa do número de trabalhadores de grandes empresas como a Quimigal, a Lisnave/Setenave ou a Siderurgia Nacional, o desmembramento de outras como

a OID, operação com que o Governo procurou «atenuar e esconder os efeitos» da sua política, Francisco Lopes afirmou que, apesar de se tratar de um elevado investimento, o mesmo «não revitalizou e não diversificou o aparelho produtivo, nem reduziu o desemprego. Uma grande parte dos fundos comunitários», disse, «foi desviada para as multinacionais, em muitos casos foi fraudulentamente utilizada, e um número significativo das novas empresas que surgiram, incluindo a AutoEuropa, estão aquém das expectativas. Analisando a sua concretização, apesar de alguns sectores como as autarquias terem

realizada nas autarquias, que permitiu alcançar índices de nível de vida dos mais elevados do país (...), apesar da ofensiva contra o poder local democrático e contra a gestão da CDU». A «acção qualificada e coerente do Grupo Parlamentar do PCP», nomeadamente através dos eleitos pelo distrito, também foi realçada na intervenção. Francisco Lopes deteve-se mais adiante sobre as questões da organização do Partido que no distrito tem cerca de 29 mil militantes e «um largo número de quadros dedicados e experientes» e, finalmente, sobre as «linhas prioritárias e essenciais para a afirmação do projecto e o reforço

dos utentes da Ponte 25 de Abril, foram ainda temas desta primeira sessão, em que foi aprovada por unanimidade uma moção sobre a luta dos trabalhadores e encerrou com a intervenção do camarada Carlos Humberto, do CC, que falou sobre a realidade do Poder Local no distrito.

## Lutas e vitórias

A primeira intervenção da segunda sessão da Assembleia, a que presidiu Carlos de Sousa, daria o tom vibrante que seguiu durante todo o dia. Manuel Guer-



Manuel Sobral, «que os delegados dos concelhos da Península de Setúbal falarão da destruição das empresas públicas e nacionalizadas para satisfazer os interesses dos grupos monopolistas. Dos efeitos da política governamental no aumento do desemprego, na insegurança no trabalho, na profunda crise económica e social que esta região enfrenta. Ouviremos as propostas para o desenvolvimento económico da nossa região, para o que é determinante um dinâmico sector empresarial do Estado, o apoio aos PMCs, aos agricultores, ao sector das pescas.»

Assim foi, de facto. Ao longo do dia, as intervenções sucederam-se na tribuna, onde os delegados, representando vários sectores do mundo do trabalho, mais os jovens, as mulheres, os reformados, deram conta dos problemas e apontaram respostas e soluções.

## Profundas alterações

Coube a Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, fazer uma interven-



aproveitado bem os meios disponíveis, não podemos deixar de concluir que a OID foi um insucesso face aos objectivos proclamados».

Francisco Lopes, que no seu discurso se referiu ainda à ofensiva da direita contra os direitos e regalias dos trabalhadores, acentuou que a tal política se opuseram, em grandes jornadas de luta, amplas camadas populares, trabalhadores e jovens.

## Uma obra notável

A intervenção de Francisco Lopes abarcou ainda variados aspectos da realidade do distrito, nomeadamente a «obra notável

do Partido», entre os quais avultam as batalhas eleitorais a travar.

As intervenções prosseguiram durante toda a manhã. Problemas com a redução fortíssima do número de postos de trabalho — com os exemplos da Siderurgia, da Quimigal, da Lisnave e da Solisnor à cabeça —, com o encerramento e desmembramento de numerosas empresas, o sector naval, assim como o sector automóvel, foram objecto de intervenções específicas. Assim como os problemas dos pequenos agricultores e do movimento cooperativo. Operários, técnicos, eleitos locais, sindicalistas, reformados, mulheres e jovens sucederam-se no uso da palavra. Questões ambientais, o trágico fim da Reforma Agrária e a sua necessidade, a luta

reio, que falou sobre o sector do comércio, serviços, bancários e seguros, sublinhou o aumento da participação e acção dos sindicalistas e as importantes vitórias já alcançadas, as possibilidades de recrutamento que se abrem.

Foi a vez, seguidamente, de falar Octávio Teixeira. Membro da Comissão Política do CC, deputado pelo distrito e presidente do Grupo Parlamentar Comunista, o camarada, bem conhecido dos comunistas e dos trabalhadores da região, fez o balanço da actividade dos deputados do PCP eleitos por Setúbal. Um balanço, aliás, de que os delegados possuíam nas suas pastas um extenso documento relatando a actividade desenvolvida.

«O PCP sempre afirmou a





# e a população



importância determinante da luta de massas e da estreita ligação aos trabalhadores e ao povo», afirmou Octávio Teixeira. «Mas isso não significa a subestimação da importância da frente institucional, seja nas autarquias locais, seja na Assembleia da República. Significa, isso sim, a complementaridade necessária entre a intervenção e luta sociais e a acção institucional.»

«Assim», referiu mais adiante, «quando os deputados comunistas, dando cumprimento aos compromissos eleitorais que assumiram, apresentam projectos de lei ou propostas orçamentais visando, por exemplo, a eliminação dos salários em atraso, o combate ao desemprego, a viabilização da agricultura e das pescas nacionais, a construção de habitação ou o aumento das pensões e reformas, não queremos com isso tornar dispensáveis as reivindicações populares. Queremos, isso sim, mostrar ao Povo que é possível satisfazer credíveis e vontade política para o conseguir e que, por isso, é política e socialmente justo reiterar essas reivindicações nas lutas sociais.»

«É nesta via», sublinhou por fim, «que os deputados comunistas eleitos pelo distrito de Setúbal e todo o Grupo Parlamentar do PCP vão continuar a agir.»

## Desmentir o PSD

Seguiu-se na tribuna uma intervenção sobre as condições que se vivem nas escolas do distrito. Pela voz de uma professora de Almada, era um perfeito desmentido do que Cavaco, na véspera, afirmara, tecendo loas às escolas do país, ao sistema educativo e à política do seu governo. «Fracasso», foi como lhe chamou a camarada Ana Jerónimo.

Aliás, toda a Assembleia desmentia a política do PSD. Pela positiva, afirmando o vigor, por exemplo, do movimento popular e associativo em Sines, na voz da camarada Josefina Andrade, ou criticando a reconstituição do capitalismo monopolista e a entrega da terra aos latifundiários, pela voz do camarada José Caetano, do CC.

Momento alto da IV AORS foi quando da aprovação, por unanimidade e aclamação, de uma moção de solidariedade internacionalista, saudando os 50 anos da vitória sobre o nazismo, lida pela jovem Vanessa Silva. Momento alto foi ainda a intervenção sobre a luta das mulheres — que repre-

sentam 27 por cento dos militantes no distrito —, em que a camarada Conceição Morais, do CC, exortou à mobilização, ao esclarecimento e ao recrutamento, aproveitando os aniversários do Partido e do 8 de Março.

Ainda de manhã, registaram-se as intervenções sobre os concelhos do Sul e sobre as pescas. Ou sobre o Plano Director do Distrito; ou sobre a Festa do «Avante!». Tomaram a palavra sucessivamente os camaradas Pedro Pedreira, José Narciso, Valdemar Santos, do CC, Jacinta Ricardo, Zózimo Amado, Rui Paixão, do CC, Fernando Dâmaso e, finalmente, José Paleta, que presidiria à sessão da tarde, reservada a delegados, que elegem a nova DORS.

## Unanimidade e aclamação

A última sessão, presidida pela camarada Manuela Pinto



Ângelo, foi curta para os pedidos de palavra. Após a intervenção de José Lourenço, sobre os acontecimentos da Ponte e a questão das acessibilidades e transportes, seguiu-se a leitura do Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos, em que Apolónia Teixeira deu a conhecer a participação de 609 delegados, eleitos nas 147 assembleias e reuniões de preparação.

A Campanha de Fundos dos 150 mil contos e a preparação do trabalho eleitoral foi o tema desenvolvido por Joaquim Tavares; Augusto Pólvora falou sobre a Associação dos Municípios; António Vicente sobre o desmembramento da Quimigal; Álvaro Dias sobre os problemas dos pequenos e médios empresários face à política de dependência das regras de Bruxelas.

Uma ovação unânime saudava

a intervenção improvisada do jovem Arlindo Santos que manifestou o seu repúdio — e o da Assembleia — pelo massacre televisivo desse fim-de-semana e a manipulação dos media que elegeram como acontecimento relevante do PSD. «Cada camarada vale mais que uma televisão», disse Arlindo Santos, apelando a que cada um fosse um esclarecedor.

O camarada Virgolino Rodrigo, que falou sobre os fundos do Partido e o seu património, anunciou então que, nesse momento, ainda a Assembleia não havia terminado, já tinham sido recolhidos mais de 280 contos de donativos.

A IV AORS aproximava-se do seu final. Manuel Valente leu uma resolução sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento

## "Aqui tratou-se dos problemas do povo"

As nossas preocupações e atenções, os nossos esforços e energias vão para a resolução dos graves e prementes problemas do distrito e do País em todas as esferas da vida nacional onde temos influência. E não nos afastamos nem nos afastaremos desta orientação.

Durante estas semanas assistimos a doses maciças da telenovela do PSD numa grande operação de mistificação e de branqueamento da sua desgraçada política.

Mas tal telenovela resolveu algum problema?

Enquanto esta decorria, o desemprego continuou a aumentar e os trabalhadores da TELECOM, da Hidrosorefame, da CP, da Meta-

lurgia da Trofa, da Indústria naval, os estudantes e os professores, os agricultores e os pescadores, os pequenos e médios empresários não viram os seus problemas resolvidos, antes pelo contrário.

Cavaco Silva ontem ainda falou no rumo certo. Tão certo que o timoneiro, face à desastrosa situação económica e social, foi o primeiro a abandonar o barco, confessando assim o fracasso da sua política e a sua derrota. É que não estamos mais perto do "pelotão da frente", estamos sim, mais perto do carro-vassoura.

O balanço dos dez anos do PSD pode merecer o aplauso dos grandes senhores do dinheiro, dos latifundiários, das clientelas, dos que estão sentados à mesa do Orçamento, mas merece o repúdio dos trabalhadores, dos desempregados, dos reformados, dos agricultores arruinados, dos pequenos e médios empresários ameaçados pelo rolo compressor do grande capital e por uma boa parte da juventude a quem lhe é oferecido o trabalho precário, o desemprego ou a emigração, merece o repúdio dos homens e mulheres de Abril.

O que se ouve no Coliseu é o que o PSD deve ser e fazer no futuro para conservar o poder, as promessas e o apagamento do agravamento da situação social. É o discurso do Frei Tomás que é o grande inspirador do PSD na política-espectáculo do Congresso.

Os congressistas do PSD metidos no Coliseu podem tomar os desejos pela realidade, mas há mais coisas no céu e na terra de Portugal do que o que se passa no casulo da Rua de Stº António.

Os que criam riqueza, os operários, os trabalhadores, os agricultores, os quadros técnicos, a intelectualidade olhando para o



distrito, que foi aprovada por unanimidade e aclamação. Falou ainda o jovem Paulo Raimundo, pela JCP, que fez subir de tom os aplausos da sala. Rogério de Brito interveio ainda sublinhando a necessidade da participação do PCP num política democrática. Por fim, Brito Apolónia deu conta das emendas introduzidas na proposta de Resolução Política, mostrando o profundo traba-

lho democrático que lhe dera origem.

A votação por unanimidade e aclamação da Resolução não espantou ninguém. E, quando Carlos Carvalhas foi à tribuna proferir um vigoroso discurso, a Assembleia era já uma festa. Que continuou, com a apresentação da nova Direcção eleita, onde sobressai a participação de numerosos jovens quadros.

espectáculo do PSD no Coliseu, só podem dizer uma coisa: basta, basta de demagogia, basta de farsas e de hipocrisias, basta de negociatismo, basta de política de direita, basta de negociatas de corredor e de elogios fúnebres ao timoneiro que, derrotado, abandona o barco face às intempéries da sua própria política, basta de disfarce e de operações de recauchutagem.

O País não é a PSDlândia do Coliseu, como certos meios de comunicação pretendem fazer crer: a luta de galos em que cada um procura lavar as mãos do passado como Pilatos!

O País não está suspenso do que lá se passa. Na segunda-feira, nenhum reformado verá melhorada a sua reforma, nenhum desempregado verá com mais perspectivas um emprego, nenhum agricultor verá a sua produção valorizada, nenhum pequeno ou médio empresário se encontrará menos asfixiado pelos juros e os encargos financeiros.

E a resolução destes problemas é que se coloca ao país com urgência e como exigência democrática.

Na opereta do Coliseu o que está em causa para os tais senhores e senhoras congressistas é o perderem o poder, os dinheiros do Orçamento, a utilização dos fundos da CEE, os "tachos" e as comendas.

O Congresso do PSD no Coliseu foi coberto em directo, mas o que se vê é que ali as preocupações não se centraram no fecho das empresas, na ruína da agricultura, nos salários, no salário mínimo, na liquidação dos direitos dos trabalhadores, na falta de perspectivas para a juventude, nas reformas e pensões, no trabalho infantil, nos desempregados. Estas questões estiveram sim presentes aqui na voz dos delegados, com amargura, indignação e combatividade. E só isto marca a diferença.

Aqui tratou-se dos problemas do povo, do desenvolvimento, da resolução dos problemas dos trabalhadores; lá, da mistificação e do disfarce.

Mas o PSD pode procurar fazer oposição a si mesmo, pode apresentar-se como alternativa a si próprio, pode dizer que se apresenta "renovado" que não apaga as suas responsabilidades.

As artes camaleónicas e de dissimulação não escondem a sua política e os interesses a que esta serve.

O PSD e a sua arrogância assente na maioria absoluta é o responsável nestes últimos cinco anos por uma persistente desestabilização económica, social e institucional, pela concentração da riqueza, pelo aumento das bolsas de pobreza, pela degradação da situação económica e pelo agravamento dos problemas sociais.

A governação do PSD, contrariamente à imagem encenada de devoção ao interesse público, está marcada por numerosos escândalos envolvendo destacadas figuras do Governo e da Assembleia da República, pelo clientelismo e por uma rede tentacular de interesses, de empregos partidários, pela assimilação vergonhosa do partido ao Estado, pelo patrocínio do negociatismo e da especulação financeira.

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

## Rio de Mouro retoma venda do «Avante!»

Aproveitando a passagem do 64º aniversário do «Avante!», a Comissão de Freguesia de Rio de Mouro decidiu retomar a venda do jornal no centro de trabalho local.

No decurso da discussão entretanto efectuada pela comissão, foi salientada a importância do «Avante!» na informação e esclarecimento sobre a actividade do Partido, a luta dos trabalhadores, o trabalho dos eleitos comunistas no Parlamento Europeu, na Assembleia da República e nas autarquias, e a acção dos comunistas e revolucionários no mundo.

Pelo acompanhamento e a difusão da venda do órgão central do Partido ficou responsável o camarada Bernardes.

## Alpiarça

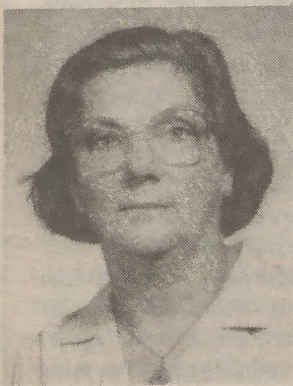
Meia centena de camaradas participaram, no domingo passado, em Alpiarça, numa reunião comemorativa do aniversário do «Avante!», em que também participou o nosso camarada Leandro Martins, suplente do Comité Central e subchefe da Redacção.

As cerca de cinquenta Mulheres comunistas presentes, reunidas à volta de um núcleo de treze que são distribuidoras do nosso jornal no concelho de Alpiarça – núcleo de tradições na divulgação do «Avante!» – participaram com as suas opiniões no debate sobre os problemas que hoje se colocam à informação democrática, após uma primeira intervenção do camarada Leandro Martins que salientou a importância, para os comunistas, para os trabalhadores e para os democratas, de romper o cerco de uma informação que se concentra nas mãos dos grupos económicos ou do poder de direita.

No final, após terem decidido, por proposta da mesa, onde se encontravam as camaradas Conceição Carlos e Raquel Abalada, realizar uma visita ao «Avante!» e uma outra ao terreno da Festa, as camaradas elegeram as delegadas à próxima Assembleia Concelhia e encerraram a reunião com um convívio festivo.

## CAMARADAS FALECIDAS

### Vitória Galacho



União dos Resistentes Antifascistas Presos, Vitória Galacho foi ainda membro fundador do Movimento Democrático de Mulheres. Funcionária do Partido desde o 25 de Abril e até adoeceu gravemente, a camarada mereceu o respeito e a estima de todos os que com ela conviveram e trabalharam.

No seu funeral, realizado no passado Domingo, no cemitério do Lumiar, estiveram presentes numerosos camaradas e amigos. O camarada Dias Lourenço, membro do Comité Central do PCP, um dos muitos dirigentes e militantes comunistas presentes, disse algumas palavras, destacando o grande exemplo de abnegação, de modéstia, de firmeza e de lealdade política de Vitória Galacho, que deixa a todos que a conheceram uma profunda saudade.

### Américo Silva

Faleceu, na passada sexta-feira, a camarada Vitória Galacho, em consequência de prolongada doença. A camarada, que tinha 68 anos de idade, desde muito jovem era militante comunista, tendo aderido ao Partido em meados dos anos quarenta, destacando-se no apoio ao trabalho clandestino do PCP. Membro da Comissão de Apoio aos Presos Políticos, mais tarde fundadora da URAP –

Bragança. Embora tenha estado muitos anos emigrado na Alemanha era muito conhecido na cidade de Bragança como guitarrista de fado. Era militante do PCP desde 1982.

### Vítor da Silva

Faleceu no passado dia 15 deste mês, Vítor Hugo Franco da Silva, de 56 anos. Residia na Moita, onde desde o 25 de Abril, de ocupava da contabilidade do Centro de Trabalho do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

### Bernardino Pires

Faleceu com 74 anos, no passado dia 14 do corrente mês, Bernardino Sena Pires, natural da Freguesia de Santa Maria,

# RTP por conta do PSD

A propósito da série de entrevistas aos candidatos à liderança do PSD, realizada na semana passada no telejornal do Canal 1 da RTP, o Gabinete Imprensa do PCP divulgou uma nota, considerando aquela iniciativa «a todos os títulos, um vergonhoso escândalo e um arrogante desaforo na sequência de um deliberado empolamento do Congresso do PSD por parte do serviço público de televisão.

«Sem prejuízo de outras lamentáveis contribuições para o mesmo objectivo, o que está em curso na televisão do Estado é a utilização da disputa pela liderança do PSD como pretexto para oferecer ao partido do Governo doses infundáveis de tempo de antena e de propaganda que, pela via do massacre mediático da generalidade da opinião pública, lhe permitam desenvolver em melhores condições a sua manobra de desresponsabilização e fuga ao merecido castigo eleitoral.

«O PCP chama a atenção para que, a pretexto de uma disputa que respeita essencialmente à vida interna do PSD, a RTP oferece a três dirigentes daquele partido uma privilegiada oportunidade – entrevistas em horário nobre e inseridas no programa de maior audiência do Canal 1 – que, ao longo de anos e anos, raramente tem sido concedida aos responsáveis dos partidos da oposição.

«É também indispensável sublinhar que, a avaliar pelo extraordinário empolamento pela RTP da concorrência à liderança do PSD, quase parece que estão a decorrer eleições em que só concorre o PSD, quando a verdade é que os candidatos à liderança do PSD nem sequer estão a disputar os votos de todos os filiados naquele partido, mas apenas das escassas centenas de delegados ao Congresso, que aliás já se encontravam eleitos antes da fuga de Cavaco Silva.

«Nestes termos, e sendo evidente que aqueles candidatos podem usar os meios próprios de contacto com esses delegados ou com os militantes do PSD que muito bem entendam, fica absolutamente claro que os procedimentos e critérios que têm vindo a ser adoptados pela RTP configuram uma sua desavergonhada instrumentalização ao serviço do PSD, em gritante ofensa aos princípios da isenção e do pluralismo.

«Justifica-se inteiramente que todos os cidadãos que não toleram procedimentos que identificam abusivamente o PSD com o país ou com o Estado, que todos os cidadãos que se sentem agredidos e massacrados com as «overdoses» propagandísticas do PSD manifestem o protesto e a sua indignação contra a orientação manipuladora e o enfeudamento da RTP ao PSD.»

## 4.ª Assembleia da Covilhã

Realizou-se, no passado sábado, a IV Assembleia da Organização Concelhia da Covilhã que teve lugar na sala da Assembleia Municipal, estando presentes cerca de uma centena de camaradas.

O camarada Luís Lourenço apresentou o Relatório de Actividades relativo a dois anos e meio passados desde a III Assembleia, documento valorativo mas que não deixou de colocar as insuficiências e erros.

João Prata abordou as dificuldades económicas do concelho e da região tendo afirmado que o concelho perdeu 6950 habitantes entre os dois últimos Censos, e defendido várias medidas para se alcançar o desenvolvimento.

José Abrantes, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, abordou o trabalho desenvolvido pelas Freguesias de maioria CDU, tendo afirmado que «a Câmara PS paralisou o Concelho e paralisou a actividade das Juntas de Freguesia, retém as verbas atribuídas, pagando, contudo, às Freguesias de «Cor de Rosa» e às pinguinhas às restantes.

Vasco Cardoso falou da JCP e dos problemas actuais da juventude, para salientar depois que a JCP está a alargar a sua influência, em mais militantes, em mais quadros e em mais apoio, traduzida nas vitórias das listas unitárias apoiadas pela JCP nas 3 escolas secundárias da cidade.

José Reis falou dos fundos, assinalando o muito que há a fazer com a cobrança das quotizações, mas salientando também que os eleitos comunistas contribuíram para o Partido no ano de 94 com 800 contos, o que revela a forma elevada como vêem o exercício dos cargos públicos.

Manuel Valentim falou da situação das empresas de lanifícios e de confecções, tendo afirmado que são frequentes as arbitrariedades dos patrões nas empresas, como a proibição de Plenários, ameaças de despedimentos se os trabalhadores se sindicalizarem ou se recusarem fazer horas extraordinárias e a trabalhar ao sábado.

António Bicho denunciou «que o Partido Socialista na Câmara da Covilhã, após 14 meses de gestão municipal, em nome de uma melhor rentabilização dos meios e dos recursos, encetou já negociações, com um grupo francês para a entrega dos S. Municipalizados».

José Roberto falou da freguesia do Tortosendo, a freguesia que perdemos por apenas 99 votos, mas que estamos a recuperar a confiança do eleitorado.

Isaura Reis falou do trabalho autárquico, tendo realçado o trabalho realizado pelos eleitos da CDU nos diversos órgãos e dizendo que o PS faz o discurso de esquerda, enche as páginas dos jornais com promessas que cientificamente repete para criar «vagas de fundo» e imagem, mas que depois não cumpre, enquanto o PSD na Câmara tem a estratégia da terra queimada e de guerrilha permanente.

Muitas outras intervenções abordaram a situação da Minas da Panasqueira e a situação dos reformados. A Resolução Política foi lida por Reis Silva e foi aprovada com uma abstenção. A nova Comissão Concelhia de 13 camaradas foi aprovada com 3 abstenções.

Armando Morais, responsável da DORCB, salientou a importância das orientações aprovadas, tendo salientado a necessidade de se aliar sempre o regular funcionamento da organização do Partido com as respostas políticas aos problemas vivos dos trabalhadores e da população.

José Soeiro encerrou a Assembleia com uma intervenção sobre a situação política actual fazendo a ligação entre esta e o reforço do

Partido, tendo salientado a grande realização política que foi esta Assembleia.

À noite, realizou-se um jantar de confraternização, tendo o dia terminado com um espectáculo de homenagem a Zeca Afonso, promovido pela JCP.

## Taxas aumentam na Marinha Grande

Numa nota à comunicação social, a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP manifesta o seu protesto contra os recentes aumentos exorbitantes das taxas municipais, aprovados pela maioria PS/PSD contra os votos da CDU.

Estes aumentos, adianta a concelhia, só se verificam «por o executivo municipal manter uma gestão de esbanjamento e novo-riquismo e por nortear a sua acção segundo critérios economicistas e de ultraliberalismo». Estas medidas mostram «a falta de preocupações sociais e com as grandes dificuldades que atingem duramente os trabalhadores, o povo e as pequenas e médias empresas», afirma.

«A maioria, ao serviço do grande patronato marinhense, lançou a derrama para 1995 à taxa máxima de 10%», aumentando os preços das licenças de construção, de plantas de localização, de certidão de narrativa, da taxa de esplanada, da piscina, pavilhão gimnodesportivo, reclames luminosos, entre outros. Como exemplos, os comunistas lembram que as urgências de limpezas de fossas aumentaram de 800 escudos para quatro mil escudos nas habitações e comércio, e para oito mil escudos nas empresas comerciais, e que a taxa para enterro em sepultura perpétua passou de mil para dez mil escudos.

## Mar ameaça Vieira de Leiria

O risco do mar engolir o que resta do areal da praia de Vieira de Leiria continua, caso não forem tomadas medidas adequadas e urgentes. A recente tomada de posição da Comissão Regional de Turismo de Leiria vem confirmar as graves responsabilidades das entidades oficiais, pela ausência das resoluções necessárias para a defesa da economia da praia da Vieira.

A Comissão Coordenadora da Marinha Grande da CDU mostra-se preocupada com a catástrofe que pode eclodir a curto prazo nesta freguesia. E afirma que terão de ser os moradores da praia a pressionar os diferentes níveis do poder de forma a resolver o problema, se ninguém actuar.

Numa nota à imprensa, a CDU destaca a grave crise económica e social que a freguesia de Vieira atravessa, chamando a atenção para o facto de «a Câmara Municipal ter destinado mais de 80 mil contos em 1995 para a chamada variante nascente, cuja prioridade é muito discutível, enquanto destina apenas 3.500 contos para a zona industrial».

Por fim, afirma que o atraso do Plano de Pormenor dos Talhões da Vieira é inexplicável, «o que está a dificultar a construção de obras particulares na zona e a prejudicar empreiteiros e proprietários de terrenos».

## INDEXAÇÃO DAS PENSÕES

A adopção de medidas legislativas adequadas a uma actualização das pensões de aposentação esteve em debate no Parlamento. A questão foi suscitada por um petição subscrita por perto de três mil cidadãos, cujo teor, no fundamental, coloca o problema de instituir o princípio da indexação das pensões às remunerações do pessoal do activo.

Definindo a posição do PCP, o deputado comunista Alexandrino Saldanha afirmou que este princípio é "uma exigência de justiça", recordando a propósito a existência desde 1993 de um projecto de lei sobre a matéria, subscrito pela sua bancada, ainda a aguardar por agendamento, o qual, se aprovado, porá termo à degradação das pensões no âmbito do regime de previdência dos trabalhadores da Administração Pública.

## HOMENAGEM A HUMBERTO DELGADO

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, por unanimidade, um voto de homenagem ao General Humberto Delgado, 30 anos depois do seu assassinio pela PIDE em Vila Nueva del Fresno, Espanha.

Na sua intervenção em plenário, o deputado Manuel Alegre, do PS, partido que propôs o voto, recordou o "crime bárbaro e traiçoeiro", sublinhando que o "General Sem Medo" é hoje "um exemplo vivo de coragem, de risco, de inconformismo, de amor à pátria e à liberdade".

Todos os grupos parlamentares se associaram ao voto através dos deputados Miguel Urbano Rodrigues (PCP), Fernando Amaral (PSD) e Manuel Queiró (PP).

## PARLAMENTO DE CRIANÇAS

Um Parlamento especial reuniu-se, faz amanhã oito dias, na Sala do Senado da Assembleia da República. Foram cento e dez "deputados" de palmo e meio, dos sete aos dez anos, "eleitos" em escolas das áreas de Lisboa e Porto, com as atenções viradas para uma agenda de trabalhos que incluía o debate dos seus direitos, "o que está bem, o que está mal".

Cumpriram à risca as "regras da casa", não faltando, por conseguinte, a eleição da mesa, as declarações políticas sobre o concelho e a escola, e as intervenções sobre os "Direitos das Crianças", temática que presidiu aos trabalhos. No final dos trabalhos, foram aprovadas conclusões que a deputada Julieta Sampaio (PS) - de quem partiu a ideia de organizar este "Parlamento de Crianças" - quer entregar ao Presidente da República e da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Educação, aos líderes parlamentares e aos partidos políticos.

# Hospital Amadora/Sintra Governo transforma saúde em negócio lucrativo

O deputado comunista Luís Peixoto qualificou de escandalosa a tentativa de privatização da gestão do Hospital Amadora/Sintra bem como o processo que a tem rodeado. Foi numa das sessões plenárias da passada semana, em intervenção proferida no período antes da ordem do dia, com o deputado comunista a testemunhar da tribuna do hemiciclo, com numerosos exemplos, aquilo que do seu ponto de vista tem sido a "degradação progressiva" dos serviços públicos de saúde em consequência da política do PSD.

Em rigor, no entender do deputado do PCP, nem se pode falar em política de saúde, uma vez que, disse, "não existe verdadeiramente um Ministério da Saúde, nem uma política nacional de saúde". O que existe, afirmou, é "uma luta feroz entre poderosos interesses e influentes lobbies na área da saúde, que disputam a possibilidade de transformarem o sector num negócio lucrativo, à custa do



direito constitucional dos portugueses à saúde".

É neste contexto, pois, que se insere a deterioração progressiva dos serviços públicos de saúde, bem como a inadequação crescente de muitos deles em termos técnicos e organizativos, a que se junta a má administração das unidades de saúde, tudo em ordem a confrontar o País - e esta foi a questão central para a

qual Luís Peixoto chamou a atenção - "com a necessidade de desresponsabilização do Estado e com a privatização da saúde, objectivo fundamental da política liberal do Governo".

À luz desta premissa deve igualmente ser entendida a privatização da gestão do Hospital Amadora/Sintra (onde foram gastos mais de 18 milhões de contos), cujo concurso, imagine-se, não previa qualquer contrapartida para o Estado pela exploração lucrativa das respectivas instalações e equipamentos.

Mas mais grave ainda é o facto de as propostas apresentadas pelos concorrentes à gestão privada preverem o pagamento anual pelo Estado de uma verba superior àquela que é necessária para a gestão pública daquela unidade, isto é, no caso da proposta da Império esse valor atin-

ge os sete milhões e 500 mil contos e no caso da proposta da Cross ultrapassa os nove milhões de contos.

Para Luís Peixoto, a concretizar-se a privatização nos moldes propostos, não subsistem dúvidas de que este hospital público se venha a transformar num "prestador de assistência privada, com atendimento público confinado a uma parcela residual de cuidados de saúde de qualidade inferior".

Por outras palavras, segundo Luís Peixoto, não é difícil prever o funcionamento de dois tipos de atendimento: "um, de primeira classe, de qualidade, para quem opte pelo atendimento particular; outro, de segunda classe, de qualidade muito inferior, para os utentes a quem não resta senão o Serviço Nacional de Saúde".

## PCP defende em projecto de lei Manutenção da PSP em Torres Vedras

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na mesa da Assembleia da República um projecto de lei que prevê a criação de uma secção da PSP em Torres Vedras, a instalar na sede do concelho. Com esta iniciativa, apresentada publicamente faz amanhã oito dias naquela cidade no decorrer de uma conferência de imprensa em que participaram os deputados João Amaral, António Filipe e Alexandrino Saldanha, a formação comunista visa não apenas consagrar a presença desta força de segurança em Torres Vedras (até aqui dependente da Secção de Loures), como possibilitar uma reorganização da presença da PSP em vários locais da zona Oeste.

Em causa está, nomeadamente, o facto de Torres Vedras ser um importante pólo de desenvolvimento que previsivelmente continuará a expandir-se, pelo que não faria sentido - e esta foi a razão que levou o PCP a avançar com o seu projecto - que depois de 50 anos de presença na cidade a PSP houvesse qualquer iniciativa tendente a desactivar o dispositivo instalado no município.

Tanto mais que, como assinala o Grupo comunista na nota preambular do seu diploma, a população residente e a população que a ela ocorre diariamente, bem como os factores de desenvolvimento acrescidos resultantes da maior acessibilidade, reclamam que o dispositivo policial de segurança corresponda às novas solicitações e necessidades e às características urbanas daquela parcela do território.

O encontro dos deputados comunistas com os jornalistas foi precedido de uma visita à

esquadra da PSP local, onde foram recebidos pelos responsá-

veis daquela força, tendo-se inteirado dos problemas de segurança pública na cidade e das questões de funcionamento e de trabalho daquele corpo da polícia.

Com esta visita, que incluiu um encontro com o presidente da edilidade, ficou patente a importância da iniciativa legislativa do PCP, uma iniciativa que veio ao encontro das preocupações e anseios manifestados por várias entidades no sentido de ser garantida e reforçada a segurança pública em Torres Vedras.



Deputados comunistas, acompanhados por responsáveis locais do Partido e eleitos autárquicos, apresentam publicamente em conferência de imprensa o projecto de lei que confirma que Torres Vedras continua na área de responsabilidade da PSP

## Conselho dos Cidadãos Portugueses no Estrangeiro

Vai muito em breve ser apresentado na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que cria o Conselho Representativo de Cidadãos Residentes no Estrangeiro. Da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, que ultima a sua elaboração, este diploma visa responder à exigência da criação do Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas.

Com esta iniciativa legislativa, anunciada pelo deputado Miguel Urbano Rodrigues numa das sessões plenárias da semana transacta, a formação comunista responde ao sentir da grande maioria dos milhões de emigrantes dispersos pelo mundo, que de há muito fazem sentir a necessidade de criação de uma estrutura desta natureza, susceptível de se constituir em espaço de diálogo onde os representantes legítimos das comunidades portuguesas possam debater os seus problemas.

Trata-se, em suma, como salientou o parlamentar do PCP, de conferir à emigração uma "voz, sem intermediários", capaz de se fazer ouvir no que respeita aos problemas ligados à sua integração nos países de acolhimento, oferecendo-lhe simultaneamente a oportu-

nidade de "ser ela e não a Secretaria de Estado a pronunciar-se sobre os efeitos da política do Governo".

Um objectivo tanto mais necessário quanto é certo que, transcorridos mais de quatro anos sobre a publicação do decreto-lei que criou as chamadas estruturas representativas das comunidades portuguesas, está hoje claramente demonstrada a falência do projecto, do mesmo modo que não restam hoje dúvidas que o propósito governamental era silenciar o Conselho das Comunidades Portuguesas.

Dos motivos que animaram o Governo a silenciar essa voz que lhe era incómoda falou também Miguel Urbano Rodrigues, pondo em relevo, nomeadamente, a circunstância de se tratar de uma estrutura onde os emigrantes podiam intervir sem tutelados.

Realçado pelo parlamentar comunista foi, entretanto, o facto de continuar a persistir um abismo "entre o discurso apologetico sobre a política de emigração e o juízo que os emigrantes dela fazem", exemplificando a este propósito com a falta de apoio aos emigrantes no processo de integração nos países de acolhimento, com o anunciado mas não concretizado novo regulamento consular, com os fracos resultados da pretensa informatização dos serviços consulares, bem como os reduzidos efeitos culturais da propalada criação do Instituto Camões.

## XIV Assembleia da FMJD

# Compromisso da juventude na luta pelos direitos dos povos

Uma paz duradoura, democracia efectiva e desenvolvimento sustentado constituem os grandes objectivos da Federação Mundial da Juventude Democrática, conforme se pode ler na resolução aprovada no final dos trabalhos que decorreram a semana passada durante quatro dias da XIV Assembleia desta organização, realizada no Seixal. Uma iniciativa que decorreu no Forum Cultural do Seixal, num encontro organizado pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e onde os jovens de todo o mundo assinalaram o 50.º aniversário da Federação e voltaram a comprometer-se com a luta pelos direitos dos povos.

Após a Assembleia, decorreu um Encontro entre as Organizações Juvenis dos vários Países de Língua Oficial Portuguesa, aproveitando a presença de muitas dessas organizações para os trabalhos da assembleia da FMJD. Aliás, durante os quatro dias de trabalhos, as diversas delegações mantiveram paralelamente contactos com estruturas diversas: organizações juvenis, autarquias, responsáveis políticos portugueses.

Entre essas iniciativas esteve um encontro realizado com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e o presidente do Conselho Nacional do Partido, Álvaro Cunhal, que suscitou um interessante debate sobre a actual situação social e política no mundo.

### Resolução pela luta para a Paz

Na resolução aprovada no final da Assembleia, reafirma-se a determinação de fazer da FMJD uma organização internacional, independente, de massas e, naturalmente, juvenil «com um carácter anti-imperialista, enriquecida pela experiência anterior» e atenta às necessidades dos nossos dias em relação à cooperação entre povos.

Afirmando-se «progressista e democrática» e «de esquerda», as organizações que aprovaram esta resolução realçam a necessidade da solidariedade internacional contra o imperialismo, com o objectivo da emancipação da humanidade, da libertação perante o sistema global de dominação e exploração e de

luta pela paz, liberdade, democracia e igualdade nas diversas sociedades que representam.

A Assembleia reconhece as diversidades ideológicas, filosóficas e políticas dos membros da FMJD, mas sublinha a importância estratégica da sua colaboração na luta pelos direitos dos jovens.

Algumas das preocupações manifestadas nesta Assembleia dizem respeito à continuação da corrida aos armamentos nuclea-

Estados Unidos que são também criticados pela sua política de interferência, por vezes militar, em situações internas de outros países. Cuba é expressamente citada nesta resolução e o bloqueio condenado.

### Outro mundo no terceiro milénio

Assinalando que as mudanças políticas no mundo não

maioria da população mundial.

Conflitos locais e de dimensão internacional continuam a registar situações de destruição em massa e de profunda miséria de populações.

A FMJD critica a deterioração do papel da ONU como garantia da paz na vida política internacional e condena a sua manipulação pelos Estados Unidos.



Os jovens que estiveram na Assembleia da FMJD comprometeram-se a lutar para que haja «no terceiro milénio um mundo de paz, democracia e progresso social»

res. A FMJD exige a sua completa eliminação e condena a política das grandes potências, em especial dos Estados Unidos da América, de preservação dos seus arsenais e de promoção do comércio das armas.

modificaram a situação mundial de fragmentação e contradição entre ricos e pobres. Nesta resolução, diz-se mesmo que as forças da finda guerra fria reorganizaram-se para continuar o seu domínio da

Esta resolução assinala, como aspectos positivos, a vitória do povo sul-africano, as possibilidades de um caminho para a paz em Angola, os esforços de paz para a Palestina e Sahara Ocidental. Em contra-

ponto assinala as guerras na Europa dos Balcãs e em certos países da Ásia, África e o ressurgimento de conflitos em locais da América Latina.

Outra prioridade definida pela FMJD é a luta contra o ressurgimento do fascismo, racismo, as várias formas de fundamentalismo e o voltar das ideias conservadoras neoliberais que tendencialmente podem gerar regimes ditatoriais para além da acentuação das diferenças entre norte e sul.

Grande parte desta resolução é dedicada a temas como a fome, epidemias, assistência médica, desemprego, educação, defesa do ambiente, informação e perseguição política.

Na generalidade o tronco comum da análise a estas diversas situações assinalam, por um lado, a política monopolista das transnacionais com o apoio dos países mais ricos como estando na base do agravamento da maioria destes problemas. Por outro lado, assinala-se um retrocesso nos direitos democráticos de muitos povos.

Razões que levam, no final desta resolução, a FMJD a incluir três parágrafos de compromisso de luta, de actividade solidária e de promoção da cooperação entre as suas organizações para que se caminhe para que haja «no terceiro milénio um mundo de paz, democracia e progresso social».

## O Mundo foi ao Seixal

Seis dezenas de organizações de todo o mundo estiveram presentes nesta reunião da XIV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) realizada no Seixal. Uma significativa presença quer pela quantidade quer pela origem de cada uma dessas organizações. Aqui se deixa a lista de presenças, depois de indicar os novos órgãos eleitos por esta Assembleia que nos próximos anos vão dirigir a FMJD.

### Conselho Geral

Foram eleitos para o Conselho Geral da FMJD pela África: União da Juventude do Sahara Ocidental, União da Juventude Sudanesa, JMPLA (Angola), Liga da Juventude Etíope. Pela Ásia e Pacífico: União da Juventude do Bangladesh, União da Juventude Comunista Ho Chi Min, Federação da Juventude Indiana; Federação da Juventude Democrática Nacional (Nepal), Liga da Juventude Trabalhadora Socialista da Coreia, DYLI, SIKAP, das Filipinas. Pela Europa e América do Norte: MJCF, KNE, JCP (Portugal), EDON, UJCE, YCL (EUA), FDJ (Alemanha); Pela América Latina e as Caraíbas: Liga da Juventude Progressista (Barbados), JC (Venezuela), JR8 (Brasil), UJC (Brasil), ODEOM (República Dominicana), JUCO (Colômbia), UJC (Cuba). Pelo Médio Oriente: YCL (Israel), GUPS (Palestina), UDYL (Líbano), DYU (Síria), DYU (Jordânia), Federação da Juventude Democrática (Iraque), UNJA (Argélia).

### Direcção

Foram eleitos pelo Conselho Geral para a Direcção da FMJD as seguintes organizações: Presidente: MJCF (França); Secretário-

-Geral: AIYF (India); Vice-Presidentes: JMPLA (Angola), União da Juventude (Sudão), Liga da Juventude Trabalhadora Socialista (Coreia), EDON (Chipre), UJC (Cuba), JR8 (Brasil), GUPS (Palestina), UDYL (Líbano).

### Organizações presentes

As organizações e personalidades que estiveram presentes nesta XIV Assembleia da FMJD foram as seguintes: Neville Naidoo, Sam Michael Sesay, Khaled Ghazal e Pallab Sengupta, FMJD; José António Salvador e Maquento Sebastião Lopes, JMPLA, Angola; Nacira Abbas, UNJA, Argélia; Sabina Kagramanova e Sharahil Mamedou, ADYO, Azerbaijão; Kazi Sazzad Zahir e Moinuddin Ahmed Jalal, BYU, Bangladesh; David MacDonald Denny, LPY, Barbados; Laurent Courtens e Marianne Lerouge, REBELLE, Bélgica; Gilberto Ferreira da Costa, JOCI, Bélgica; Naing Win, ABSDF, Birmânia; Leandro Severo, Mauro Bianco, António Parente e Maria Beatriz Rocha, JR8, Brasil; Sofia Manzano, UJC, Brasil; Kalin Vassilev Anastassov, BDY, Bulgária; Em Sophadh, YAC, Camboja; Gu Zhaomim, ACYF, China; Andreos Kafkalias e Neocles Sylikiotis, EDON, Chipre; Harolo Olave Martinez, JUCO, Colômbia; Sanjam Chanduk e Avinash Pande, IYC, da Índia; Mohammed Salim, DYFI, da Índia; Susan Smyth, YSB, Inglaterra; Kenny Coyle, YCL, Inglaterra; Jamshid Shomali, TYI, Irão; Mohamed Salem, IDYF, Iraque; Omar Hamdi e Micha Vilner, YCC, Israel; Paolo Capelletti, D'Angeli Antonella e Robert Castrucci, PRC, Itália;

Tsuyoshi Ito e Hajime Yoshikawa, JLSY, Japão; Feras Alsmadi, DYUJ, Jordânia; Venethong Luanguilay e Khamla Xaytha, LYU, Laos; Rafi Madayam, UDYL, Líbano; Zaher Raad, PYO, Líbano; Suhaimi Bin Ibrahim, Ariffin Ismail e Mohd Nadir, MYC, Malásia; Abdelazi el Farouki, Karin Tej e Benadqwah Nabi, JS, Marrocos; Lohmus Ramsurn, NUPY, Maurícias; Jessica Aranda, CJ/PRD, México; Javier Yanez Zenteno, JPS, México; Sangajav Bayartsogt, MYF, Mongólia; Ignatius Shixwameni, SYL, Namíbia; Ramwsh Kumar Silwal e Udaya Pandey, DNYF, Nepal; Mukti Shrestha, NNFS, Nepal; Qqel Ahmad, GUPS, Palestina; Manuel Gouveia, Manuel Coelho, António Filipe, Ângelo Alves, Bruno Neves, Cristina Gaspar, Idália Custódio, Sandra Benfica, Sara Canavezes, Ricardo Oliveira e André Lavi, JCP, Portugal; José Parra Baez, UDEOM, República Dominicana; Badoiv Andrei e Iscu Vasilie, SYU, Roménia; Nemondy Mun, FSM, República Checa; Ju Hu Chol, Chang Byong, Choi Hyon Dok, Mun Chol, Li Hong Il e Kang Su Gil, SWYL, R.P.D. Coreia; Andrei Ezersky e Elena Poutivstseva, AULYCL, Rússia; Sergei Polovinkine e Svetlana Khodakova, UJA, Rússia; Igor Malarov, RYCL, Rússia; Valery Azestov, CC-CPRF, Rússia; Mohamed Yeslem Neissat e Mohamed Mesaood Brahim, UJSARIO, Sahara Ocidental; Ammar Bagdache, DY, Síria; Bheki Nkoosi's, ANC, África do Sul; Alawia Ahmed, SYU, Sudão; Rasheed Ali, SYU/FMJD, Sudão; Rebai Mohamedali, JCD, Tunísia; Erglin Belgin e K. Vedat, IP, Turquia; Monira Chaiebabbul Raheen e Tajudeen Abdul Raheen, PAM, Uganda; William Angel, ONU, EUA; David Mirtz, YCL, EUA; Mark Theodore Gilsdorf e Daman Ali Tinnor, YS, EUA; Pedro Contreas, JCV, Venezuela; Tran Dac Loi, HCYU/VYF, Vietname.

## Hospital Amadora/Sintra Comissão de utentes intensifica luta

Amanhã mesmo, sexta-feira, uma delegação da Comissão de Utentes do Hospital Amadora/Sintra deslocar-se-á ao Ministério da Saúde e à residência oficial do Primeiro-Ministro para entregar um abaixo-assinado com milhares de assinaturas dos potenciais utentes do Hospital Amadora/Sintra, em contestação contra a demora na abertura do referido Hospital e também contra a privatização da sua gestão.

É mais um passo na luta que vem sendo energeticamente desenvolvida pelas populações potencialmente servidas por esta unidade hospitalar - qualquer coisa como meio milhão de pessoas.

Ainda no passado dia 15, a Comissão de Utentes do Hospital Amadora/Sintra realizou uma conferência de imprensa no Salão Nobre dos Bombeiros de

Queluz, que contou com o apoio de diversas individualidades locais, da USL e do MURPI, além de tomadas de posição das Câmaras Municipais de Amadora e Sintra, que enviaram à Comissão moções afirmando oposição frontal à privatização do Hospital.

Serviu a conferência de Imprensa para denunciar "as graves consequências que adviriam da eventual entrega do referido Hospital à gestão privada", dando voz "ao movimento de opinião que vem ganhando amplos apoios".

Assim, após denunciar os sucessivos adiamentos para a abertura do Hospital, evidenciando o alheamento do Governo das "reais necessidades básicas das populações", a Comissão de Utentes acusa:

"É um atentado aos direitos de todos nós, contribuintes, que uma obra realizada com dinheiros públicos e que atingiu um investimento que ronda os 20 milhões de contos a preços actuais, seja objecto de propostas por parte dos concorrentes privados em que o Estado, não recebendo qualquer contrapartida, teria ainda de pagar anualmente sete milhões e 500 mil contos no caso da "Império" ou nove milhões e 400 mil contos no caso da Cross".

E mais adiante:

"Constituiria um escândalo nacional a entrega pelo Governo da referida unidade hospitalar a qualquer dos citados concorrentes, quando os mesmos se propõem, sem nada pagarem pela exploração lucrativa de instalações e equipamentos, receber ainda anualmente uma verba superior àquela que é necessária para a sua gestão pública".

"A lógica do lucro é de tal maneira clara para as entidades concorrentes - assinala a Comissão de Utentes -, que vão ao ponto, como no caso da Império, de reduzir o número de trabalhadores, que estava previsto em cerca de 1800, para 1500. Tudo isto, como é evidente, em prejuízo da saúde e dos doentes".

E acrescenta: "Com a privatização da gestão e coexistindo, assim, a prestação de cuidados a utentes do Serviço Nacional de Saúde (a maioria da população) e a outros que financiassem de outras formas os cuidados recebidos, não temos dúvidas que o acesso dos primeiros seria, quan-

do necessário, preterido em favor dos segundos".

Por outro lado "e ainda com a entrada do Hospital na lógica do lucro, seria também posto em causa o âmbito do mesmo, pois, para efeitos lucrativos da empresa que explorava a gestão ser-lhe-ia, obviamente, indiferente a residência do utente".

Sublinha também a Comissão de Utentes que "mais incompreensíveis e, como tal inaceitáveis, se tornam tais procedimentos se tivermos em conta que o novo Hospital é o resultado da reivindicação dos municípios de Amadora e Sintra e corresponde às legítimas aspirações das populações dos respectivos concelhos. Ou seja, o que sempre se pretendeu e se pretende é um Hospital público inserido no Serviço Nacional de Saúde pois é um serviço público que cerca de meio milhão de cidadãos anseia e necessita". E prossegue: "O protelar desta situação por parte do Governo é demonstrativa de que, na prática, o que ele pretende é, por um lado, adiar a sua abertura, alheando-se assim das reais necessidades básicas das populações, e, por outro, ganhar tempo para concretizar o *negócio* da sua privatização".

Neste quadro, "interpretando o sentimento generalizado das populações dos dois Concelhos", é **rejeitada frontalmente a privatização preconizada da gestão do Hospital Amadora/Sintra e exigida a sua imediata abertura integrado no Serviço Nacional de Saúde.**



## Praias-Sado Espectáculo de protesto contra a incineradora

"S.O.S. Sado! - Não à incineradora!" foi o lema do espectáculo-protesto que as Juntas de Freguesia do Sado e das Pontes-Gâmbia e Alto da Guerra, no Concelho de Setúbal, promoveram no passado sábado, em Praias-Sado, reunindo cerca de 500 pessoas.

A iniciativa contou com a participação da generalidade dos ranchos folclóricos e grupos corais e musicais da região, assim como de uma escola de dança da União Praisense, colectividade onde se realizou o evento.

Nas intervenções proferidas contra a eventual instalação da incineradora de resíduos industriais na região, usaram da palavra os presidentes das Juntas de Freguesia atrás citadas, respectivamente Carmelindo Elias e Arménio Duque, e ainda Belisa Pinto, presidente da Assembleia de Freguesia do Sado (primeiro órgão autárquico do concelho a tomar uma posição sobre o assunto), o médico nutricionista Nuno Nunes - eleito Provedor do Ambiente do Sado numa acção de sensibilização que a respectiva Junta levou a cabo junto da população residente - e Reinaldo Mendonça, delegado regional da Associação Portuguesa de Produtos Aquícolas.

Aliás, os testemunhos escritos destes elementos, e de outros, como o padre António Rodrigues Alves ou o comerciante Joaquim Luís Cláudio, deram corpo a um jornal que, sob o mesmo lema "S.O.S. - Sado: Não à incineradora!", foi distribuído à população.

De registar que foram preenchidas pelos presentes mais de 200 fichas de consulta pública elaboradas pelo Ministério. Todas afirmavam um rotundo "Não" à incineradora.

Os protestos da população contra a instalação da incineradora de resíduos tóxicos em Mitrena apontam a sua proximidade à Reserva do Estuário do Sado como eventual factor de poluição pois, segundo denunciam, este equipamento, mesmo cumprindo as normas de segurança estabelecidas, expelirá uma enorme carga poluente, nomeadamente de metais pesados, que poderão afectar significativamente a fauna e a flora do Estuário. Além disso o estudo de impacte ambiental refere, no capítulo 12, Volume I, que "existem lacunas tecnológicas sobre o funcionamento da incineradora", o que torna a situação ainda mais alarmante.

## Forum Médico analisa situação

O Forum Médico, reunido recentemente com uma representatividade recorde em número de presenças, considerou a vida médica nacional "gravíssima" e em "deterioração progressiva".

Foi opinião unânime que o Estado "não dá provas de bom pagador", provocando "a asfixia económica de muitos prestadores neste domínio, deixando-os pasto da voracidade de grandes grupos económicos que investem na Saúde".

"Tal situação", advertem, "leva inevitavelmente a múltiplas falências, a um concentracionismo perigoso, a um afastamento dos técnicos de saúde da gestão do processo, que assim cairá nas mãos dos grandes interesses económicos internacionais".

As várias organizações que integram o Forum Médico decidiram constituir uma comissão que analise aprofundadamente as matérias abordadas e que dinamize a acção concertada de todas as organizações, tendo sido posta em destaque "a constante e profunda preocupação com a qualidade dos actos médicos".

## DORP e as vias de desenvolvimento

Em conferência de Imprensa, a DORP do PCP chamou a atenção para as necessidades do desenvolvimento regional e as graves consequências do bloqueio à regionalização, ideia central numa iniciativa sobre As Vias de Desenvolvimento na Área Metropolitana do Porto (AMP), realizada na Reitoria da Universidade do Porto no quadro dos "Debates com o País para uma nova política".

As comunicações foram diversificadas, abrangendo críticas à política de exclusão social e à penúria das infra-estruturas culturais na AMP, como denunciou o maestro Borges Coelho, mas também dando nota do que se pode fazer, mesmo remando contra a maré, como demonstrou a vereadora da CDU na Câmara de Valongo, ao expor longamente as acções e iniciativas do pelouro da Cultura, de que é responsável. As questões do urbanismo e da cultura foram também abordadas por César Príncipe, Alberto Andrade e Anni Gunther, entre outros.

Num importante painel sobre "O Douro - as cidades e o estuário" debateram-se em profundidade os diversos problemas que afectam esta bacia hidrográfica, nomeadamente o seu caudal, a produção hidroeléctrica, a poluição e os impactos ambientais, abordando-se, também, as questões dos transportes e acessibilidades, onde subsistem graves problemas de mobilidade de dezenas de milhares de cidadãos que se deslocam entre os concelhos da AMP. Da discussão, ressaltou a urgência de uma nova política que enfrente os reais problemas da Região e do País, assinalada, nomeadamente, por Ilda Figueiredo.

## Barreiro apresenta Orçamento para 1995

Em conferência de Imprensa, o presidente da CM do Barreiro, Pedro Canário, apresentou o Plano de Actividades e Orçamento desta autarquia para 1995. Do Plano destaca-se a execução de um conjunto de obras que irão melhorar significativamente alguns pontos do Concelho: recuperação do Convento da Verederena (80.000 contos); estudos prévios do Parque da Cidade e Parque dos Casquilhos (32.400 contos); 2ª fase das obras de recuperação da Zona da Vila Chã e Largo Paulo VI (40.000 contos);

realização dos estudos e programas apropriados para o arranque do Programa Especial de Realojamento (PER).

Pedro Canário sublinhou que, embora a elaboração do Orçamento para 1995 se tenha sujeitado "como pressupostos fundamentais, à contenção de despesas e à potenciação das receitas com o objectivo de atingir o equilíbrio financeiro necessário", o Plano de Actividades contém, todavia, "os vectores essenciais para a continuidade do desenvolvimento do Concelho".

## ETAR na Moita

Na sua última reunião, A CM da Moita aprovou o estudo prévio para o projecto da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Moita, que irá funcionar 24 horas por dia e servir uma população de 30.000 habitantes, representando um investimento de cerca de meio milhão de contos.

Na mesma reunião foi aprovada uma candidatura à Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa (DRARN), para a valorização da praia do Rosário. O executivo aprovou também o regulamento da II Bienal de Fotografia/95, promovida pela Câmara em colaboração com a Associação portuguesa de arte Fotográfica.

## Associação de estudantes contra Lei das propinas

Em comunicado conjunto, as Associações Académica de Coimbra, de Estudantes das Universidades de Évora e do Algarve e, ainda, a Federação Académica do Porto, contestam a nova Lei das Propinas, que, segundo os estudantes, continua a padecer de várias distorções.

Assinalando que "os problemas com que se vê hoje confrontado o Ensino Superior em Portugal não se resumem à existência, validade e vigência da Lei das Propinas", pois, para além dela, "existe uma imensa série de outras insuficiências", estes organismos estudantis acusam a nova Lei das propinas de manter a declaração do IRS como base de cálculo do montante devido por cada estudante, o que tem por consequên-

cia "a duplicação da clara injustiça do sistema fiscal português". Entretanto, "sujeitos ao protocolo das bolsas, os estudantes isentos de propinas perdem a isenção mal reprovem um ano. Sendo que muitos desses isentos são ainda bolseiros, significa, na prática, que à primeira reprovação perdem a bolsa e passam a pagar propinas", acusam também estas associações, que denunciam ainda o facto de a Lei não prever qualquer redução no valor das propinas em função do número de pessoas do agregado familiar que frequentam o Ensino Superior.

Neste quadro, estas Associações de Estudantes pedem a revogação da Lei e apelam à luta contra ela.

## Aterro de Tomar preocupa «Verdes»

Falando aos jornalistas em Tomar, o Partido Ecologista "Os Verdes" manifestou preocupação com a localização do futuro aterro intermunicipal e reivindicou a concretização do "tão desejado Plano de Ordenamento da Barragem de Castelo de Bode".

Para "Os Verdes", a resposta do presidente da Câmara Municipal de Tomar ao requerimento do deputado André Martins (presente nesta conferência de Imprensa na cidade do Nabão) "vem aumentar as preocupações que tinham sobre os critérios seguidos para a localização do aterro", nomeadamente porque, enquanto o presidente "afirma não estar ainda definido o local para a construção do aterro, tendo sido vistos locais alternativos (não diz quais), logo abaixo confirma a localização do dito aterro no Plano Director Municipal na Freguesia da Asseiceira, isto antes de os estudos estarem concluídos". Para "Os Verdes", os estudos "fazem-se para definir parâmetros fundamentais a ter em conta na localização e construção destes empreendimentos", e "não para encaixar o local já previamente escolhido".

Quanto ao Plano de Ordenamento da Barragem de Castelo de Bode, já aprovado, segundo "Os Verdes" nada foi feito para o implementar, exigindo, por isso, que se cumpram as leis e se realize o empreendimento, de grande importância tanto para Lisboa, a quem abastece de água, como para a região.

## COMUNIDADE EUROPEIA



## Renault Portuguesa no PE

### Medidas cautelares contra 'dumping social'

O Parlamento Europeu exige que a União Europeia deixe de conceder apoios à instalação de empresas que procedam a operações de deslocação intra e extracomunitárias, usando práticas que se assemelham ao 'dumping social', e exige medidas cautelares para evitar situações como a que agora se vive na fábrica Renault no distrito de Setúbal.

A decisão foi tomada na sequência duma iniciativa dos eurodeputados portugueses Girão Pereira, Sérgio Ribeiro e Luís Marinho, respectivamente do CDS, do PCP e do PS, que apresentaram no PE, em nome dos grupos parlamentares em que se integram, uma proposta de resolução de compromisso visando acautelar os interesses portugueses na fábrica Renault de Setúbal. Os eurodeputados do PSD não subscreveram a proposta conjunta, alegadamente para "não perturbar" as conversações em curso sobre esta matéria.

No texto apresentado ao plenário, os eurodeputados fazem notar que a decisão de diversos grupos industriais de transferirem a sua produção para outros países, a pretexto de custos salariais inferiores e ajudas financeiras quer de Estados-membros quer da Comunidade, se traduz "em inúmeros despedimentos", nomeadamente nos sectores têxtil e de vestuário, electrónico, calçado, automóvel e nos próprios serviços, pelo que, a não serem "tomadas medidas cautelares", se corre o sério risco de pôr em causa a já tão debilitada coesão económica e social.

Depois de recordar o Protocolo relativo à Política Social que figura em anexo ao Tratado da União Europeia, bem como outra legislação em vigor e tomadas de posição do PE em casos idênticos, o documento sublinha "o risco de encerramento da fábrica Renault sediada desde 1991 no distrito de Setúbal, de que o Estado português detém 25 por cento do capital e que empregava cerca de 1300 trabalhadores em 1992" e alerta para "a situação dramática dos cerca de 500 trabalhadores" recentemente despedidos pela empresa, "não obstante os compromissos assumidos pelo Governo português".

Exprimindo a sua "solidariedade e simpatia para com todos os trabalhadores vítimas desta estratégia", os eurodeputados exigem que "as empresas que procedam a operações de deslocação intra e extracomunitárias, usando práticas que se assemelham ao 'dumping social' não possam beneficiar de ajudas à sua instalação na União Europeia".

Exige-se ainda, por outro lado, que a Comissão faça um balanço das deslocações de empresas registadas na União Europeia, a apresentar no PE, e que, no caso concreto da fábrica da Renault em Portugal, "torne públicas as garantias que obteve do Governo português e da Renault para aprovar o projecto de implementação desta fábrica em Setúbal, e para aprovar a concessão de subsídios comunitários".

O documento reitera ainda a "necessidade de aplicação das medidas relativas à transferência de empresas, incluídas na directiva 94/95 CEE relativa à instituição de um Conselho de Empresa Europeu, ou de um procedimento de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária".

## México

## Repressão em Chiapas

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZNL) recusou, em comunicado distribuído em Chiapas, o regresso à mesa de conversações nas condições que o governo mexicano pretende impôr, e exige a retirada das tropas da zona ocupada desde a ofensiva militar iniciada dia 8.

No comunicado agora divulgado, os guerrilheiros zapatistas acusam o governo de "não desejar uma resolução do conflito" e pretender liquidar o movimento guerrilheiro.

O EZNL lembra que ordenou à guerrilha que se retirasse para as montanhas para evitar confrontos com o exército mexicano, entretanto apostado numa verdadeira caça ao homem que visa em particular os dirigentes do levantamento popular de Janeiro de 1994.

No comunicado dos guerrilheiros zapatistas é também reafirmada a vontade de dialogar.

A situação no estado de Chiapas agravou-se de forma dramática com a decisão do presidente

Zedillo de lançar o exército e a polícia mexicana em perseguição da guerrilha. Uma semana mais tarde, registava-se um recuo por parte do governo mexicano, com a ordem de suspensão das operações militares. Entretanto prosseguem as prisões e o exército continua nas florestas de Chiapas, sendo acusado pela Amnistia Internacional de torturar os camponeses índi-

os para que "confessem" a sua participação no levantamento.

Também a comissão governamental dos direitos humanos denunciou haver casos de tortura, e refere o caso de quatro das sete pessoas detidas há cerca de duas semanas, acusadas de ligações com os guerrilheiros zapatistas mostram sinais de terem sido torturadas.

As acusações estão contidas

num relatório elaborado no seguimento de 24 queixas apresentadas na comissão governamental dos direitos humanos, depois da ofensiva militar em Chiapas.

Jorge Madrazo Cuellar, presidente da comissão, condenou também as acções dos rancheiros e proprietários de terras contra o bispo Samuel Ruiz no passado fim-de-semana no estado de Chiapas, no sul do país.



As fotos de Rafael Guillén Vicente, o sub-comandante Marcos, divulgadas à imprensa

## Economia e Lutas

## Alemanha

### Metalúrgicos em luta

Prossegue a luta dos metalúrgicos alemães por aumentos salariais. A semana passada, 250.000 metalúrgicos participaram em greves de aviso e 15.000 manifestaram-se nas ruas de Frankfurt.

As greves de aviso têm vindo a suceder-se ao longo das últimas semanas, em apoio da reivindicação da IG Metal, o poderoso sindicato dos metalúrgicos alemães, de 6% de aumento dos salários, contrapondo-se aos 2% da proposta do patronato.

Para os assalariados, o acordo trienal sobre os salários que agora termina foi marcado por uma quebra no poder de compra.

O patronato suprimiu os prémios e multiplica pressões no sentido de aumentos de produtividade e reduções do tempo de trabalho acompanhadas de reduções salariais.

Também os sindicatos bancários rejeitaram as propostas patronais de um aumento de 2% e exigem aumentos de 6% para os 430.000 trabalhadores do sector (na Alemanha ocidental).

### Manifestação reprimida no Bangladesh

A polícia do Bangladesh utilizou gás lacrimogéneo e matracas contra centenas de operários em greve que se manifestavam frente à sede do governo em Dacca, a capital. A palavra de ordem de greve geral foi entretanto lançada por um partido da oposição, a Frente democrática de esquerda. Muitas empresas encerraram e as administrações só funcionaram parcialmente.

Cem mil operários da indústria têxtil estão em greve há vários dias. A polícia terá assassinado cinco grevistas, durante manifestações entretanto realizadas.

### Greves na Argélia

14.000 trabalhadores portuários participam numa greve ilimitada na sequência da recusa por parte das empresas portuárias de assinar uma convenção colectiva que tem vindo a ser discutida em 18 meses de negociações.

As administrações dos portos argelinos pretendem ligar a revalorização a salarial a uma redução do número de trabalhadores por equipa.

Treze portos argelinos estão paralisados por este movimento.

Também a Federação nacional dos trabalhadores da construção civil, que representa 700.000 trabalhadores, ameaça recorrer a uma greve ilimitada caso se proceda à privatização das empresas, de acordo com a aplicação das imposições do FMI.

### Desigualdades crescentes na Grã-Bretanha

Na Grã-Bretanha, as desigualdades sociais aprofundaram-se duas vezes mais rapidamente que nos outros países industrializados, ao longo dos últimos quinze anos. Esta uma das conclusões do relatório elaborado pela fundação privada Rowntree.

O relatório traça um quadro impressionante dos anos Thatcher, mostrando que os rendimentos dos 10% da população mais pobre sofreram uma quebra de 17%, enquanto os rendimentos dos 10% mais ricos aumentavam em 50%.

Os reformados, as mães sozinhas, os desempregados e os imigrantes são os mais atingidos.

Os autores do relatório pedem, face a esta situação, que o actual governo conservador tome medidas urgentes.

## Espanha

### Um ano depois da greve geral

A Plataforma Cívica dos Direitos Sociais convocou, para fins de Janeiro, várias acções e concentrações para assinalar o primeiro aniversário da greve geral de 27 de Janeiro passado.

Realizaram-se concentrações em Madrid, Valência, Sestao, Gijón e Zaragoza, reunindo dezenas de milhares de pessoas.

No quadro destas acções populares, a Plataforma Cívica manifestou-se contra a actual política económica, que revelou o seu total fracasso quer no domínio do emprego, quer do bem-estar social e de uma equitativa redistribuição das riquezas. afirmou o seu apoio à luta dos trabalhadores, por um sindicalismo de classe, e por todas as iniciativas que contribuam para a criação e reforço de uma ampla frente de forças sindicais, sociais e progressistas. Sublinhou ainda o seu empenhamento na defesa dos direitos sociais.



Dezenas de milhares de metalúrgicos alemães da BMW paralisaram durante uma hora em defesa de aumentos salariais de 6%

## Palestina Processo de paz em crise

A crise que abala o processo de paz palestino, seriamente comprometido com o incumprimento dos acordos de Oslo, foi estes dias tema de debate em diferentes reuniões no Cairo, nomeadamente no seio da OLP, onde surgiram propostas de um avanço decisivo no cumprimento dos calendários acordados, para salvar a paz.

O acordo israelo-palestino concluído em Oslo, em Setembro de 1993, prometia aos israelitas dar resposta a um desejo generalizado entre a população (que não, naturalmente, entre grupos fundamentalistas) - viver em segurança, após quatro décadas de estado de guerra.

Para os palestinos, os acordos de paz significavam o início de um processo em que finalmente se abria a perspectiva da concretização do direito a uma pátria, com o fim da ocupação dos territórios de Gaza e Cisjordânia, conquistados por Israel durante a guerra



O encerramento do território significa o desemprego para dezenas de milhares de palestinos

de 1967. Uma nova situação que passava igualmente pela criação de condições para um desenvolvimento próprio e uma melhoria significativa das degradadas condições em que vivem as populações palestinas.

Um ano e meio depois, o balanço é claramente negativo, e gera um clima de desespero favorável ao fundamentalismo e a acções terroristas que já fizeram dezenas de vítimas. Para os palestinos, se é verdade que alguns avanços há a registar - uma limitada afir-

mação de soberania, a retirada das tropas israelitas de pequenas parcelas do seu território, o seu quotidiano continua a ser marcado pela miséria e a humilhação. E talvez pior ainda - a profunda desilusão e a perda de perspectivas.

A presença militar israelita mantém-se na Cisjordânia e em Jerusalém. Prossegue a colonização (mais 5% de

colonos desde os acordos de Oslo), o que na prática significa uma redução do território de um futuro Estado palestino. Permanecem nas prisões israelitas seis mil presos políticos palestinos. As prometidas ajudas

económicas não chegam. O encerramento dos territórios condena ao desemprego cerca de 50.000 palestinos.

O calendário aprovado nas negociações de paz, que previa a suspensão imediata do processo de colonização, a retirada, desde Julho passado, das tropas israelitas da Cisjordânia, a libertação dos presos e a organização de eleições livres, continua por aplicar. O que se pede a Arafat é o reforço da repressão de um terrorismo alimentado por este incumprimento dos acordos. E Rabin afirmou mesmo, há dias, que "a aplicação da declaração de Washington é hoje prática e politicamente impossível".

Gerou-se assim uma situação de impasse em que a única saída possível é o reforço do processo de paz, o cumprimento dos acordos. Qualquer outro desenvolvimento da situação levará inevitavelmente ao recrudescimento do terrorismo, ao beco sem saída dos confrontos e da guerra.

## Reunião urgente para defender a paz

O "Conselho de ministros" da Autoridade autónoma palestina pediu a realização de uma "reunião urgente" das instâncias palestinas, nomeadamente o Comité executivo da OLP, para analisar os desenvolvimentos "inquietantes" das negociações com Israel.

"Dada a gravidade da situação, o Conselho de Ministros considera primordial que (o presidente da autoridade autónoma palestina) Yasser Arafat convoque urgentemente o comité executivo da OLP (de que é líder),

assim como as outras instâncias palestinas, para analisar os desenvolvimentos importantes e decisivos relativos às negociações de paz com Israel", afirma um comunicado publicado após uma reunião do Conselho.

O responsável do poder local, Saeb Oreikat, precisou que as instâncias palestinas podiam ainda reunir-se antes do fim de Fevereiro.

No documento, "o Conselho de ministros" manifesta-se "profundamente preocupado com a actual situação

do processo de paz", dizendo-se "disposto a prosseguir os seus contactos para mobilizar a opinião internacional a favor da aplicação do acordo provisório assinado em Washington e no Cairo".

Lamentando a "ausência de qualquer indício de aplicação deste acordo", o Conselho destaca a necessidade da realização de eleições e da transferência de poderes".

"O atraso na aplicação do acordo provisório põe em perigo todo o processo de paz", concluiu o Conselho.

## ONU Comissão de Direitos Humanos condena política de Israel

A Comissão dos direitos humanos da ONU, reunida até 10 de Março em Genebra na sua 51ª sessão, aprovou cinco resoluções de severa crítica a Israel por práticas incorrectas nos territórios ocupados na Cisjordânia.

A moção mais incisiva, subscrita por onze países árabes e Cuba, recolheu 26 votos a favor,

dois contra - incluindo os Estados Unidos - e 21 abstenções.

A resolução pede a Israel que se retire do território palestino, incluindo Jerusalém, e dos restantes territórios árabes ocupados, denuncia "os repetidos actos mortíferos e a detenção, sem julgamento, de milhares de palestinos, a insistência na implantação de colonatos e a

confiscação de bens dos palestinos".

Os autores do texto congratulam-se no entanto com a assinatura, entre Israel e a OLP, da Declaração de princípios de 13 de Setembro de 1993.

Outra moção sobre "a violação dos direitos do homem nos territórios ocupados, incluindo a Palestina", apresentada por 16 países ára-

bes, Cuba e Vietname, foi aprovada por 25 votos a favor, um contra (Estados Unidos) e 23 abstenções.

Os signatários instam Israel, "potência ocupante", a respeitar a resolução 497 do Conselho de Segurança que torna nula e sem efeito a decisão do Estado hebreu de impor as suas leis, a sua jurisdição e a sua administração nos Golã sírios, e a renunciar à sua política de anexação.

Uma terceira resolução proposta por países árabes e Cuba (27 votos a favor, um contra, dos Estados Unidos, 22 abstenções) pede a Israel que se retire dos territórios ocupados para que o povo palestino possa exercer o seu direito universalmente reconhecido à autodeterminação.

Outra moção subscrita pelos países da União Europeia, Austrália e República Checa (46 votos a favor, um contra e 53 abstenções) pede "instantaneamente ao governo israelita que renuncie por completo à instalação de colonos nos territórios ocupados e impeça qualquer nova implantação".

Uma quinta resolução, apresentada conjuntamente pelos Estados Unidos, Rússia e Noruega, foi a

única a ser aprovada por unanimidade.

A Comissão congratula-se com a instauração da autoridade palestina, apoiando sem reservas os progressos registados até agora no processo de paz e os acordos já firmados.

A moção exorta por outro lado as duas partes a prosseguirem as negociações no sentido de uma rápida concretização da fase seguinte da Declaração de princípios.

Na mesma sessão, a Comissão dos direitos humanos decidiu pôr termo a 28 anos de investigação de violações destes direitos na África do Sul.

A Comissão concordou por unanimidade em retirar aquele país da sua futura agenda neste capítulo, agradecendo a dois grupos de trabalho especiais os esforços desenvolvidos para "eliminar o apartheid e estabelecer uma sociedade democrática e não-racial" na África do Sul.

As primeiras eleições multi-raciais há um ano na África do Sul traduziram-se numa clara maioria do Congresso Nacional Africano (ANC).

## França

Mais de 50 000 pessoas deverão assistir, no domingo, em Evreux, Normandia, à última missa que celebrará, na catedral da sua antiga diocese, o bispo Jacques Gaillot, suspenso pelo Vaticano no passado dia 13.

O semanário "Témoignage Chrétien" (cristãos de esquerda) exortou os leitores a deslocarem-se a Evreux para "expressarem a sua perturbação" pela suspensão de Gaillot. Gaillot, 59 anos, tornou-se conhecido nos últimos anos pelas suas posições críticas em relação à alta hierarquia católica, particularmente no tocante ao casamento dos padres e à utilização do preservativo como forma de combater a Sida. Interveio também múltiplas vezes em defesa dos excluídos e marginalizados da sociedade.

A sua destituição pelo Vaticano suscitou um profundo mal-estar em França e críticas contundentes no estrangeiro. De acordo com uma sondagem, 64% dos franceses condenam a sanção.

## Itália

O governo italiano aprovou um projecto de lei sobre a igualdade de acesso dos partidos aos meios de comunicação social durante as campanhas eleitorais.

Trata-se de uma das quatro reformas que o governo de Lamberto Dini se propôs aplicar nos próximos meses, a fim de preparar o país para a realização de eleições antecipadas.

Entretanto, segundo um novo documento do tribunal de Palermo, agora divulgado, o ex-primeiro-ministro italiano Giulio Andreotti colocou a sua "corrente" democrata-cristã ao serviço da Cosa Nostra na Sicília.

Apesar de Andreotti rejeitar todas as acusações de ligação à máfia, os seus advogados pretendem estudar o documento elaborado a partir de declarações de um novo arrendido, Giocchino Pennino, ex-conselheiro municipal democrata-cristão de Palermo.

O ex-líder da democracia cristã italiana é acusado de ter tido "pleno conhecimento da transformação da sua corrente na Sicília numa estrutura da Cosa Nostra" e de ter tido "vontade de contribuir para a criação dessa estrutura, apoiando a entrada e ascensão de personalidades que eram a expressão directa da Cosa Nostra".

## Tchetchénia

A Hungria, que preside à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), apelou à "suspensão imediata dos combates na Tchetchénia e à abertura de negociações visando uma solução pacífica".

O apelo surge por ocasião do encontro, em Budapeste, dos representantes da "troika" (Hungria, Itália e Suíça) da OSCE, do Conselho da Europa (CE), da ONU e do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) visando coordenar a ajuda humanitária na Tchetchénia.

## EUA não reduzem venda de armamentos

O governo dos Estados Unidos não reduzirá as suas vendas de armamento convencional aos países amigos e aliados, afirmou o porta-voz da Casa Branca, Mike McCurry. Uma decisão particularmente elucidativa num momento em que o movimento da paz aposta na redução do comércio de armas.

"Os Estados Unidos continuam a considerar a transferência de armas convencionais como um instrumento legítimo de poli-

tica externa", disse Mike McCurry, sublinhando que "estas vendas merecem o apoio do governo dos Estados Unidos porque permitem ajudar amigos e aliados a repelirem agressões".

Os Estados Unidos são o principal exportador mundial de armas. Em 1994, a indústria norte-americana de armamento efectuou vendas ao estrangeiro no valor de 12 mil milhões de dólares.

# «O futuro não se constrói com Cavaco e os seus amigos» Eleições antecipadas!

A jornada de dia 16 foi bem expressiva na reafirmação da exigência da CGTP e dos trabalhadores

A afirmação do coordenador da *Inter* durante a concentração da passada quinta-feira, em Lisboa, reflecte bem o espírito com que decorreram as acções desta jornada nacional de luta: «Com certeza que o futuro não se constrói com as discussões internas do PSD em torno de saber quem é o galo que fica mais alto no poleiro. Dali não vêm respostas para os problemas do País. Então não são eles os primeiros responsáveis pelos problemas com que nos debatemos hoje?»

Interrompido por aplausos e por milhares de vezes gritando «está na hora de Cavaco se ir embora», Carvalho da Silva criticou

severamente a propaganda à volta do congresso do PSD e sublinhou: «O futuro não se constrói com operações de marketing. O futuro não se constrói com Cavaco Silva e os seus amigos a discutirem como e com quem manter interesses instalados a todos os níveis da sociedade e do aparelho de Estado, enquanto continua o rodopio das grandes negociações financeiras, das OPAs e chorudas indemnizações, dos casos de corrupção e compadrio político, a depalidação dos bens públicos para benefício de alguns interesses privados. O futuro é feito de luta, de muitas lutas!»



Concentração em Santarém. No distrito foram destruídas mais de 40 empresas industriais nos últimos dois anos, pelo que a luta dos trabalhadores da IFM, da Mendes Godinho, da Copsor, da Costa Nery, do grupo CP e outras empresas se torna uma luta de toda a região



Em Bragança, o Governo do PSD foi responsabilizado pelo agravamento das condições de vida e pela crescente ameaça da desertificação



Da Rotunda da Boavista milhares de trabalhadores do distrito do Porto desfilaram até à delegação do Ministério do Emprego. Antes, os metalúrgicos estiveram frente à associação patronal, enquanto nos Transportes Colectivos (STCP) tinha lugar mais um grande plenário. Houve ainda acções do pessoal da Casa de Saúde da Avenida, das conserveiras Belamar, Imperconser, Poveira e Madrugada, e da Têxtil Luís Correia

## Greve dos professores vai ter continuidade

«A greve de 16 de Fevereiro, em si mesma um êxito, terá continuidade prática, para já, nas acções contra a candidatura que decorrerão de 20 a 24 de Março junto ao Ministério da Educação e na manifestação nacional marcada para 24 de Março» - afirma a Federação Nacional dos Professores.

Num balanço divulgado ao princípio da tarde da passada quinta-feira, o Secretariado Nacional da Fenprof refere que «as numerosas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e do Pré-Escolar que encerraram devido à adesão, por vezes total, dos professores e educadores, bem como a enorme quantidade de escolas dos 2º e 3º ciclos e secundárias que, por todo o País, conseguiram adesões de 70, 80 e 90 por cento, criaram melhores condições para prosseguir a luta, designadamente contra a candidatura, pela estabilidade de emprego, pela vinculação dos professores contratados, pelo pagamento pelo índice 120 aos estagiários licenciados, pela revisão da grelha salarial, pela expansão da rede pública da Educação Pré-Escolar».

A adesão dos professores à greve de dia 16, realça a Fenprof, mostra «sem sombra de dúvida, a disposição de toda a classe para continuar, sem hesitações, a luta em torno dos grandes objectivos» que levaram à sua convocação: «o respeito pelos professores e pela educação, traduzido também na exigência de negociações sérias e efectivas que conduzam à solução dos numerosos problemas que se arrastam face à incapacidade ou ausência de vontade da equipa que governa o Ministério da Educação».

Nas vésperas da greve, uma delegação da federação deslocou-se ao ME para entregar um abaixo-assinado, subscrito por mais de 15 mil docentes, exigindo estabilidade profissional para os professores e educadores contratados. Face à recusa da ministra em receber a delegação, os sindicalistas rejeitaram a sugestão de deixar os documentos no serviço de atendimento público. A Fenprof voltou anteontem a tentar «uma nova tentativa de diálogo» na 5 de Outubro.

As lutas de trabalhadores (que não param nos restantes dias) tiveram um ponto alto na jornada de 16 de Fevereiro, com concentrações e manifestações também em mais dez cidades: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Porto, Santarém e Viana do Castelo. Noutros distritos tiveram lugar acções de propaganda e esclarecimento. Em greve estiveram vários sectores e empresas, possibilitando assim a participação dos trabalhadores nas acções distritais e locais.

Depois de recordar os grandes objectivos da jornada de quinta-feira e das lutas em curso (parar os despedimentos, a destruição do aparelho produtivo, as falências e o encerramento de empresas; obter melhores salários e pensões, a redução dos horários de trabalho e a semana de 40 horas), Carvalho da Silva frisou que «não lutamos por lutar, nem investimentos contra moínhos de vento; lutamos porque sabemos que há condições que permitem viver melhor e que isso só não acontece porque tem sido seguida uma política ruinosa e socialmente injusta».

### Congresso para «lavar a cara»

Num comunicado de imprensa que divulgou segunda-feira, a Comissão Executiva da CGTP reafirma a exigência de, «tão urgente quanto possível», dissolver a AR e convocar eleições antecipadas. Para a *Inter*, «a monumental encenação mediática do Congresso do PSD não conseguiu esconder a manifesta incapacidade do partido do Governo de apresentar uma estratégia política para responder aos problemas do País». No Coliseu dos Recreios «o que esteve essencialmente em causa, para além das disputas de posições pessoais, foi um confronto de estratégias para conseguir lavar a cara ao partido e ganhar espaço de manobra para ultrapassar os protestos e descontentamentos populares provocados pela sua governação, prosseguindo a mesma política», contra a qual «os trabalhadores têm lutado com firmeza e persistentemente, como ficou bem exposto recentemente nas manifestações sindicais realizadas no passado dia 16».

Verificando que «há um Governo de gestão que é comandado partidariamente, mas com um primeiro-ministro que não vai responder eleitoralmente pelos seus actos», a CGTP considera que «tal situação é má para o País, levanta problemas à economia, prejudica os trabalhadores, compromete o futuro e não favorece a democracia».

## Contra a discriminação, em defesa dos direitos Pessoal da Telecom não desarma

Depois da manifestação nacional de dia 17, dirigentes sindicais voltaram a sair ontem à rua, e para 1 de Março está convocada nova jornada

Quem passou junto ao Forum Picoas na última sexta-feira, ao princípio da tarde, não deixou certamente de ficar intrigado com o facto de o edifício estar literalmente cercado por polícias e por seguranças de uma empresa privada. Se, por acaso, foi depois para os lados dos antigos TLP, na Rua Andrade Corvo, logo percebeu qual o perigo que a administração da Portugal Telecom e os responsáveis da ordem pública temiam: de todo o País, trabalhadores da PT tinham acorrido ao plenário convocado pelas estruturas sindicais que se recusaram a assinar a perda de direitos e a quebra salarial que os sindicatos da UGT aceitaram em Dezembro.

Ficou nesta altura a saber, o anónimo transeunte, que apenas se tratava de mais uma jornada de luta dos trabalhadores da Portugal Telecom e que a reivindicação mais forte desta manifestação era «Nós queremos o Todo Bom p'ra fora da Telecom», cantada em ritmo popular e explicada aos microfones das aparelhagens sonoras instaladas nos carros dos sindicatos.

O anónimo transeunte podia ser, com ligeiros ajustamentos de percurso, qualquer um dos milhares de pessoas que tiveram, devido à acção nacional de dia 17, mais uma possibilidade de conhecer os motivos que estão na base do grande descontentamento dos trabalhadores da PT (e que levaram a iniciativas de carácter mais radical, sobretudo desde a segunda semana de Janeiro)

Da Rua Andrade Corvo, os trabalhadores da Telecom - com faixas que identificavam locais de trabalho desde o Minho até ao Algarve -



Antes da concentração em Beja, decorreram plenários com trabalhadores agrícolas, da administração local e desempregados em diversos concelhos, e com mineiros em Aljustrel, onde foi denunciado o aumento do desemprego, que atinge mais de 12 mil pessoas no distrito



As centenas de trabalhadores que desfilaram pelas ruas de Faro fizeram desta manifestação a mais participada dos últimos anos no Algarve, onde há oficialmente 17 mil desempregados e 110 candidatos por cada oferta de emprego



Milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal integraram-se na concentração da Praça da Figueira, e subiram depois em desfile à Avenida da Liberdade, gritando as razões do seu protesto, exigindo respostas para os problemas e reclamando uma nova política e um novo Governo



e dando orientação para as chefias comunicarem essa informação. «A partir daí, foi ver por todo o lado chefias, como o José Teixeira de Braga, que, para tentar segurar o tacho, recorrem a todo o tipo de ameaça», comenta a comissão de luta.

«Nos dois dias que antecederam o plenário e no próprio dia deste» - denuncia-se ainda no comunicado - «por todos os locais de trabalho foram distribuídos dois comunicados do STTLP, a dar a entender que este sindicato estava prestes a chegar a acordo com a administração e, por tal motivo, se desvinculava da luta». «Um grande conjunto de chefias, dos mais diversos níveis hierárquicos» empenhou-se em distribuir esta informação ou deu ordens para tal.

Em Coimbra, no próprio dia 17, «algumas chefias» lançaram o boato de que o plenário tinha sido desconvocado por a administração ter chegado a acordo com o STTLP. De Castelo Branco, via telefone, e invocando o mesmo motivo, a chefia disse aos trabalhadores que viajavam para Lisboa (e se encontravam já na zona de Ponte de Sôr) que regressassem. «E muitos outros exemplos se podiam repetir» - afirmam os sindicatos.

A chantagem e as pressões, no entanto, não surtiram os efeitos esperados pelos seus autores e mentores.

No plenário, foi manifestada clara disponibilidade para continuar a lutar. Para ontem, foi convocada uma reunião de dirigentes de todas as treze estruturas que integram a comissão de luta, que se concentrariam depois frente ao edifício de Picoas da Telecom. Para 1 de Março está marcada uma jornada em defesa dos regimes específicos de Segurança Social (Obras Sociais da ex-Telecom e caixas dos ex-TLP e da ex-TDP) e contra a gestão autoritária da comissão administrativa.



### Chantagem infrutífera

A forte participação no plenário e manifestação da passada sexta-feira (superior à acção do passado dia 31 de Janeiro, segundo um comunicado da comissão de luta que integra as estruturas que recusam o acordo de Todo Bom e da UGT e que exigem o fim da discriminação salarial) é ainda mais valorizada tendo em conta «as mais variadas e organizadas dificuldades» que antecederam a sua realização (e que são denunciadas no referido documento, distribuído segunda-feira).

A direcção de Recursos Humanos, primeiro, informou que não disponibilizava instalações para o plenário em Lisboa (foi pedida a cantina da Andrade Corvo); depois, divulgou informação escrita ameaçando os trabalhadores que se ausentassem dia 17 com falta injustificada,



# Interrogações sobre uma entrevista do Eng.º António Guterres

**Q**ue dizer, depois da entrevista de António Guterres à revista «Valor», de 3 de Fevereiro, sobre o seu programa económico-social? Que, perante o provável universo dos leitores da revista, o Eng.º António Guterres falou claro, como nunca tinha acontecido? Ou que «adequou» o seu programa à mensagem a transmitir ao grande capital? Ou as duas coisas?

Mas que disse ele que o PSD e Cavaco Silva não tenham dito? Que propõe ele que o PSD não tenha já proposto? Ou o problema da economia portuguesa é o problema da «reorientação da política orçamental»? de uns pontos a mais ou a menos nos índices? nas taxas? na inflação? de câmbio? de juros? no défice público?

Não disse tanta vez o Prof. Cavaco Silva que «nas políticas macro-económicas a margem de manobra que nos advém dos compromissos europeus e da situação actual é relativamente estreita»?

Quererá o Eng.º António Guterres dizer na sua que todo o problema da gestão económica do Prof. Cavaco Silva e dos seus ministros da Economia foram a incompetência, as clientelas, a má cobrança fiscal e despesas públicas a mais? Alcatrão a mais e educação a menos? (Embora haja também de tudo isto!)

## Estado mínimo e concertação estratégica

Argumentando com lugares-comuns sobre o «dirigismo estatal» e a «lógica de mercado», António Guterres acaba por propor o «Estado mínimo» de todos os liberais da nossa (e de outras) praça! «Só faz sentido a intervenção estatal para garantir maior justiça.»

E logicamente, por este caminho, acaba por descobrir a «chave», aliás, «muito comum em países asiáticos», para concertar o Estado dirigista e a lógica do mercado: «a concertação estratégica entre o Estado e os principais agentes económicos!» Mas olhe, Eng.º António Guterres, que não precisava de ter ido até à Ásia, já que ao longo destes anos sempre o Prof. Cavaco Silva tentou meter a «chave» da concertação na fechadura da economia portuguesa. Só que os trabalhadores não o quiseram!

Depois, a lenga-lenga da desburocratização: «desburocratizar é um imperativo!» É verdade, o Prof. Cavaco Silva até criou o «dia da desburocratização», e também tentou criar o quadro dos «disponíveis!» Diga uma coisa, Eng.º António Guterres, vai aceitar a privatização dos Notários para «combater» a burocracia?

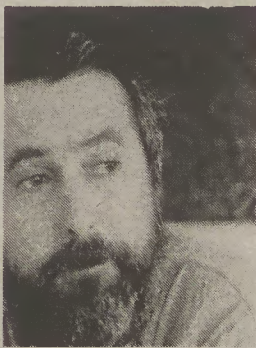
## Políticas comunitárias e convergência de Maastricht

E nós convencidos de que a integração comunitária exigia uma reconsideração da especificidade da economia portuguesa no quadro dos constrangimentos e imposições colocadas pelas políticas comunitárias, para alargamento da nossa «margem de manobra» nas políticas macroeconómicas, e o Eng.º António Guterres resolve tudo de uma penada, com a «renegociação do Quadro Comunitário de Apoio» e com, «sem exageros, uma maior flexibilidade em matéria do défice orçamental». Isto é, venham mais uns milhões, deixem o Estado português gastar mais umas massas, e nós cá nos arranjamos!

Mas o que é feito da crítica que, linhas atrás, na entrevista, é feita à «lógica despesista» da «estratégia cavaquista»?

Mas então, Eng.º Guterres, e o problema da convergência real? Da coesão económica e social? Da defesa do sistema produtivo português e do mercado interno? Da agricultura portuguesa e da PAC? Das pescas portuguesas e da política comum de pescas? Dos grandes serviços públicos portugueses, transportes aéreos e ferroviários, telecomunicações, etc., e a política privatizadora, desregulamentadora, liberalizadora da UE?

E, coisa notável, ainda não secou a tinta do discurso do deputado socialista Luís Marinho, no Parlamento Europeu, condenando viva e justamente os defensores do «núcleo duro» das «duas velocidades», da «Europa à la carte», «perversões da ideia europeia», a propósito do documento da CDU/CSU alemã sobre o futuro da UE, e já o Eng.º António Guterres admite a «possibilidade de um núcleo duro para a criação antecipada de uma moeda única». Exactamente um vector central da proposta alemã.



**AGOSTINHO LOPES**  
Membro  
da Comissão Política

**«Quais as grandes diferenças entre a política económica socialista e a do actual Governo?»**

Assim questionado, António Guterres começou por, metodologicamente, «distinguir» a regulação da conjuntura, as políticas estruturais e as relações entre as políticas sociais e a economia. O que foi um muito bom princípio, mas nada mais.

A principal, e quase exclusiva, diferença parece ser a regulação da conjuntura, pois das políticas estruturais nunca mais se ouviu falar explicitamente, e nas relações das políticas sociais com a economia não ficámos muito mais esclarecidos. Mas nesta matéria, podemos ser elucidados com uma consulta à entrevista, no «Independente» de 3 de Fevereiro, do ministro-sombra do PS, Henrique Neto: «A economia não se compadece com problemas sociais!»

O alfa e o omega de António Guterres é a política orçamental. Com a mão ao leme do Orçamento do Estado, tudo correrá bem, apesar dos malefícios do cavaquismo, neste reino de Deus. Como subtitularam os entrevistadores, a política orçamental é o «epicentro» da mudança macroeconómica apregoada pelos socialistas.

E António Guterres não vai propor um aumento da carga fiscal. Justíssimo. Mas, Eng.º António Guterres, não há nada a dizer a propósito disso, sobre a estrutura da carga fiscal portuguesa, impostos directos/impostos indirectos, por exemplo? Nada se diz sobre as monstruosas e legais fugas ao fisco, via paraísos fiscais e outras habilidades?

Nem sequer aquela taxazita que Delors se atreveu a propor no Livro Branco, de tributação dos rendimentos do capital financeiro?

Nada a dizer em matéria fiscal, para penalizar o capital especulativo e reorientar o dinheiro para o investimento produtivo e a criação de emprego?

Não será simplismo a mais, Eng.º António Guterres, afirmar que a «degradação da capacidade de cobrança das receitas fiscais», «teve a ver com a partidização da máquina fiscal»? Havendo isso, não houve, em primeiro lugar, a fragilização económica das empresas, por via do tal «fundamentalismo» monetário e nominal, não houve desarticulação e redução em pessoas e meios do aparelho fiscal, por via do tal «desburocratização» cavaquista e «simplificação forte dos processos administrativos»?

Então o Banco de Portugal, Eng.º António Guterres, está no bom caminho, a caminho do Banco Central Europeu, certamente? E é boa a política cavaquista de redução das taxas de juro. E então, que se há-de fazer se as pequenas e médias empresas, se a agricultura portuguesa, continuam a pagar taxas altíssimas, que pouco ou nada têm a ver com as taxas praticadas pelo Banco de Portugal?

**Mas que disse ele que o PSD e Cavaco Silva não tenham dito? Que propõe ele que o PSD não tenha já proposto?**

internacionalmente, que tenha grupos económicos fortes». Mas, Eng.º António Guterres, porá o Prof. Cavaco Silva alguma vírgula na sua afirmação? Dirá algum dos seus ministros, dos seus deputados, algo de diferente? E que foi e é «vital» para o Prof. Cavaco Silva, como pelos visto o é para o Eng.º António Guterres, «o regresso do Totta a mãos portuguesas»? E que mãos, as mãos do Champalimaud, dos Mello, dos Espírito Santo, mãos de Midas, pois, segundo consta, onde tocam nasce ouro..., desde que tenham uma ajudazita do Estado ou do capital financeiro internacional! E que para isso o Prof. Cavaco Silva é capaz de rever as próprias leis que fez e agredir o mercado que põe acima de todas as coisas?

Então «a primeira OPA do BCP sobre o BPA devia ser autorizada? E o favor ao Champalimaud da dispensa de concurso da OPA sobre o Totta também? Não há aqui uma qualquer contradiçãozinha?»

**«Os grandes grupos económicos como «elementos racionalizadores das transformações económicas...»**

«É preciso que haja, no quadro de um sector privado, elementos racionalizadores das transformações económicas do País, da modernização e de um novo modelo de especialização, capazes de se afirmar no quadro europeu», «é indispensável para que Portugal possa competir

Estará o Eng.º António Guterres lembrado das suas afirmações na Assembleia da República a propósito do regresso e reconstituição dos vários grupos do antigamente?

Estará o Eng.º António Guterres lembrado que foram esses senhores, «elementos racionalizadores», que sustentaram, sustentando-se da ditadura fascista, fizeram deste País um modelo de atraso económico, de especialização produtiva assente na mão-de-obra barata, a economia mais atrasada da Europa?

Sobre as privatizações não pergunto, porque da lógica exposta, resulta evidente a concordância do Eng.º António Guterres com o seu ministro-sombra Henrique Neto, na já referida entrevista, em que critica a estratégia privatizadora cavaquista: «Se é bom privatizar - e eu acho que é - então que se começasse a fazer o bem pela indústria. Se as empresas tivessem sido dadas teria sido mais barato do que aconteceu. E as privatizações têm sido feitas a um ritmo inaceitável e na área industrial pior ainda. Vejo com preocupação que a bola seja passada para o PS que tem de a encarar.» «É um caso patético que 10 anos passados o PS vá receber no sector industrial quase todas as empresas do sector industrial por privatizar.» Nem o Dr. Manuel Monteiro dizia tanto com tanta simplicidade e candura!

## Política salarial e a demagogia eleitoralista

Então, Eng.º Guterres, e a política de emprego? O combate ao desemprego? Ou também estará de acordo com o seu ministro-sombra que, não achando suficientes os mais de 400 mil desempregados resultantes da política cavaquista de destruição do tecido produtivo e empresarial, considera, que se uma «empresa não é competitiva», «o melhor é fechar», e não uma, mas as «10, 30 ou mil», «porque a economia não se compadece com problemas sociais»? Onde ouvimos já nós este discurso? Com que critérios avaliará este senhor a competitividade das empresas portuguesas?

E sobre a política de rendimentos, sobre a política salarial, Eng.º António Guterres? Tudo o que há a dizer numa entrevista de 3 páginas é que, por causa da «demagogia eleitoralista» de Cavaco Silva, os trabalhadores tiveram um aumento muito significativo dos salários reais entre 89 e 91? Bendita demagogia, dirão os trabalhadores! Mas isto quer dizer que o Eng.º António Guterres considera exagerado o poder de compra, hoje, dos trabalhadores? É que sem aqueles aumentos, mesmo com mais o ponto percentual que o senhor «aconselhou» a UGT a exigir do Governo para o presente ano na «concertação social», o certo é que se chegaria a 95 com um nível salarial inferior ao que realmente os trabalhadores têm, fruto da sua incansável luta, ao longo destes anos, por melhores salários!

Então critica-se o modelo de especialização «seguido» (por toda a política de direita, governos do PS incluídos, e não só por Cavaco Silva) baseado na mão-de-obra barata, e depois critica-se (a propósito da desinflação) o aumento de salários entre 89 e 91?

**« Se os ricos não tratarem da vida dos pobres, um dia os pobres tratarão da vida dos ricos »**

É com esta frase lapidar, citando um sacerdote seu amigo, que o socialista António Guterres aborda a interrogação do jornalista sobre a origem das verbas para concretizar as propostas do PS da criação de «policías municipais» e do «rendimento mínimo de subsistência!» E eu a pensar (ingénuo) que o problema do rendimento mínimo de subsistência era uma questão de dignidade humana, quando afinal é um simples problema de segurança nas ruas!

E eu a pensar que os problemas da «criminalidade e do tráfico de droga», ancorados na extrema pobreza e na exclusão social, mas não propriamente monopólio dos pobres, fossem questões mais vastas e mais complexas e que os problemas da «miséria», atingindo direitos essenciais dos seres humanos, a começar pelo direito à vida, fossem deveres éticos e constitucionais da sociedade portuguesa, e de todas as sociedades, e o Eng.º António Guterres resolve tudo rapidamente, e de acordo com as leis do mercado, pelo mais «barato», com as policías municipais e o rendimento mínimo de subsistência. Quero acreditar que o texto não reflecte o pensamento, todo o pensamento, do Secretário-geral do PS sobre este assunto.

Eng.º Guterres, não é verdade que a «grande divisão» das sociedades modernas seja entre excluídos e os não excluídos! Afirmar isto, é não querer ver, e responder, aos mecanismos económicos e sociais de exclusão! É não querer dizer que os ditos «excluídos» são, em grande parte, os «desempregados», os que a sociedade capitalista trata como um factor de produção, que, esgotado na sua utilidade produtiva

# Reforço do bloqueio a Cuba pedido ao Congresso dos EUA

■ Miguel Urbano Rodrigues

Os sectores mais primários da direita norte-americana estão há semanas envolvidos numa campanha cujo objectivo é a concretização de um velho sonho: destruir a Revolução Cubana.

O patrono da campanha é o senador Jesse Helms, líder da ala ultramontana do Partido Republicano e actual presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Helms, que foi um anticomunista fanático antes da implosão da URSS e apoiou todas as intervenções militares dos EUA nas últimas décadas, apresentou no dia 9 de Fevereiro um projecto de lei intitulado «Lei de Solidariedade com a Liberdade e a Democracia em Cuba» que visa reforçar o bloqueio contra a Ilha, por considerar que a chamada Lei Torricelli não está a atingir as metas fixadas.

Divulgada com grande alarido publicitário, a iniciativa, por absurda, suscitou mal-estar no próprio Partido Republicano. Na perspectiva institucional e jurídica o projecto é uma monstruosidade, politicamente tende a criar problemas à maioria republicana e ao Governo Clinton.

Pessoalmente, o Presidente não alterou no fundamental a política anticubana de Reagan e Bush. É um facto que recuou no auge de crise dos balseiros, mas o acordo então assinado com o governo cubano, que configurou uma derrota estratégica dos EUA, resultou do medo da avalanche de emigrantes indesejados que estavam a chegar diariamente à Florida.

Neste caso, ou seja, a manobra de Helms, Clinton nada teria a opor ao projecto que visa estrangular economicamente Cuba, se o meio escolhido não fosse, por primário, susceptível de produzir efeitos opostos aos pretendidos pelo senador da Carolina do Norte.

A Lei Torricelli já causou à Casa Branca suficientes embaraços para que uma reedição corrigida e aumentada da

bloqueio violam princípios fundamentais do Direito Internacional e ferem acordos e tratados subscritos pelo próprio Governo norte-americano.

A advertência foi tão clara que muitos dos dispositivos da Lei Torricelli não estão a ser aplicados. Em tais circunstâncias, a aprovação pelo Congresso do projecto Helms configuraria um autêntico desafio à comunidade internacional. E inimaginável, portanto, que Clinton possa vir a dirigir ao Conselho de Segurança um apelo para que imponha um «embargo internacional» contra Cuba. A sugestão foi qualificada em meios diplomáticos europeus de grosseira provocação.

Num momento em que países como o México e a Espanha ampliam os seus investimentos em Cuba, a simples ideia de que poderiam vir a ser alvo de sanções por força de uma nova lei norte-americana suscitou reacções veementes nos meios empresariais daqueles países. Na Casa Branca não se desconhece que a refinaria de Cienfuegos, no Sul da Ilha, está a refinar petróleo americano, que fica no país, sabe-se também que a modernização das telecomunicações e de indústria do cimento em Cuba foi possível graças à participação decisiva do capital e da tecnologia mexicanas naqueles sectores.

Segundo apurámos, algumas das mais poderosas transnacionais europeias estão prestes a assinar com o Estado cubano acordos que envolvem enormes investimentos na Ilha, em áreas consideradas vitais para a recuperação económica. Até países como Portugal — não obstante o temor que Cavaco Silva e Durão Barroso têm de desagradar aos EUA — estão a aumentar o volume de negócios com Cuba.

Em Washington não há, assim, uma atmosfera propícia ao projecto apresentado pelo Jesse Helms. Entretanto, a campanha — que responde também aos interesses do lobby ligado

aos grandes negócios dos milionários cubanos da Florida — desenvolve-se com estridências publicitárias, num clima de arrogantes ameaças. Um dos signatários do projecto, o representante Dan Burton, declarou há dias numa conferência de imprensa: «Esta é uma clara mensagem a Fidel Castro e a todos os que estão a investir em Cuba. É melhor que não o façam se querem continuar a realizar negócios nos EUA.» Outro parlamentar, Benjamin Gilman, o influente presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, foi também longe nas ameaças ao dizer: «Queremos chamar a atenção dos nossos parceiros comerciais para o facto de que pagarão as consequências se traficarem com propriedades roubadas aos nossos compatriotas.» O recado dirige-se directamente aos cubanos emigrados, de nacionalidade americana, que adquiriram ou pensam adquirir na Ilha empresas ou casas que antes da

Revolução pertenciam a cidadãos dos EUA.

O estilo chantagista de Helms e companheiros apenas contribui para desacreditar mais o projecto. O facto de o senador da Carolina do Norte presidir actualmente à Comissão mais importante do Senado é elucidativo da crise que as instituições norte-americanas atravessam.

Na própria Câmara Alta prevalece, contudo, é convicção de que Helms trava um combate perdido à partida. São mínimas as probabilidades de o seu texto passar no Congresso nos 22 meses que faltam para o final do mandato de Bill Clinton.

Uma primeira consequência da nova ofensiva anticubana foi o reforço da solidariedade internacional contra o bloqueio. Será positivo que isso se verifique também em Portugal. No fanático e irracional desafio do senador Jesse Helms encontramos o retrato moral e intelectual de camadas sociais e forças que nos EUA contribuíram pela palavra e pela acção para que o imperialismo norte-americano adquirisse nas últimas décadas o perfil de grande inimigo da humanidade.

va, deita para o caixote do lixo... Que os excluídos fazem parte na grande divisão da sociedade moderna, do lote dos explorados na sua força de trabalho.

É não querer ver que, no combate à exclusão, a reforma do Estado Providência não chega!

## O tecto e o soalho da reforma do Estado Providência

Mais uma vez, o Eng<sup>o</sup> António Guterres aborda o problema da reforma do Estado Providência, e mais uma vez não consegue sair das estreitas malhas em que a ideologia dominante - comunitária e cavaquista - encerrou o problema. Também aqui um ministro do Prof. Cavaco Silva não diria nada de diferente. Em primeiro lugar, no avançar com a reforma de fundo da Segurança Social, «difícil» e «complexa» com a durabilidade de uma geração. Depois com mais um livro branco. Depois com a consulta à «sociedade civil». São tudo boas justificações para não especificar as «medidas simbólicas» (?) que diz serem necessárias no imediato. Porque, o Eng<sup>o</sup> António Guterres avança desde logo com a ideia do «tecto para as responsabilidades do Estado, quer ao nível do montante das pensões, quer dos direitos», esquecendo-se, no entanto, de falar do soalho que é necessário garantir. O patamar mínimo para que as pensões e as reformas permitam a vida digna a que os milhares de reformados portugueses têm direito. Aqui, o Eng<sup>o</sup> António Guterres não fala como candidato a Primeiro-Ministro, mas como um ministro de economia em exercício contrariando um Estado «despesista»! E os milhões de contos de dívidas do patronato à Segurança Social? E as transferências não realizadas por sucessivos Orçamentos de Estado?

## A prioridade e os problemas da educação

«A desorientação no sector educativo é o grande drama da sociedade portuguesa.» Será mesmo, Eng<sup>o</sup> António Guterres?

Preocupado, e justamente, com a educação, o Eng<sup>o</sup> António Guterres desorienta-se e resolve os complexos problemas do sistema escolar português via política orçamental e «renegociação do Quadro Comunitário de Apoio», sempre com um pé atrás relativamente à intervenção «estatal».

Inclui o Ensino Pré-Escolar no Quadro Comunitário de Apoio e transfere verbas da formação profissional para a educação e, caso tudo isto não chegue, reduz o «alcatrão e o cimento» e dá mais ao Ministério da Educação.

Mas, estou convencido que o Dr. Fernando Nogueira (o Durão Barroso não, que é amigo do Ferreira do Amaral), com as «ideias novas» que anuncia, é também muito capaz de fazer isso!

## À guisa de conclusão

Mais declarou António Guterres que partilha a ideia da alternância democrática pela alternância. Só esperamos que tal consideração não o leve a propor uma reforma do sistema eleitoral, integrada na sua magna preocupação - a reforma do sistema político - que conduza aquela «estabilidade governativa» à moda dos EUA e da Inglaterra, e tão do agrado também do Prof. Cavaco Silva: ora agora governo eu, PS, logo depois governas tu, PSD, ou vice-versa! Isto é, uma espécie de Bloco Central servido às fatias.

Julgado, pelos autores da entrevista, como um «discurso quase liberal», julgado o seu ministro-sombra, pelo «Independente», como um «liberalão», não se espante depois o Eng<sup>o</sup> Guterres que o filósofo Paolo Flores d'Arcais, em recente carta aberta ao cidadão Delors (1) condene os partidos socialistas (tomando a parte pelo todo, Paolo Flores d'Arcais fala sempre da «esquerda») que na França, Itália, Espanha e outros países, transformaram o «Welfare» em mal-estar, e além disso em burocracia..., e que para se fazerem perdoar, cavalgaram «as tentações de um liberalismo desenfreado». O Eng<sup>o</sup> António vai mais depressa, ainda não cavalgou nada mas já solta o freio ao liberalismo...

Em conclusão: uma entrevista exemplar! Será da vertigem do poder, julgado próximo, ali ao virar da esquina? Intoxicação por sondagens?

## Síntese de uma aberração

Publicamos a seguir uma síntese das principais medidas que constam do texto do projecto do senador republicano Jesse Helms que visa o reforço do bloqueio contra Cuba.

- Recomendação do Congresso ao Presidente Clinton que peça ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a imposição de um «embargo internacional» que isole Cuba.
- Recomendação ao Governo dos EUA para que boicote eventuais ajudas de organismos financeiros internacionais a Cuba.
- Proibição de créditos a pessoas ou empresas que possuam em Cuba propriedades que pertenceram, antes de expropriadas, a cidadãos ou empresas dos EUA.
- Suspensão de qualquer ajuda a repúblicas da CEI, incluindo a Rússia, que mantenham relações comerciais com Cuba.
- Proibição de importações de países que importem açúcar cubano.
- Proibição de entrada nos EUA de qualquer estrangeiro que tenha retirado benefícios de antigas propriedades norte-americanas em Cuba.
- Instauração de processos judiciais contra norte-americanos que tenham retirado benefícios de antigas propriedades norte-americanas em Cuba.
- Recomendação ao Presidente Clinton para que elabore um plano de apoio ao «futuro governo de transição para Cuba».

mesma possa ser encarada sem apreensões. É significativo que alguns órgãos respeitadas da imprensa liberal tenham já alertado o Presidente para os perigos de uma ampliação do recurso à chantagem e às ameaças contra Cuba, num momento em que a política do bloqueio está totalmente desmoralizada.

Assessores do Presidente temem que qualquer tentativa de fazer passar no Congresso o projecto de Helms contribua por um lado para ampliar a solidariedade internacional a Cuba e, por outro, criar problemas em cadeia aos Estados Unidos nas relações com os seus aliados, nomeadamente o México, o Canadá e a Espanha.

A condenação do bloqueio pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano passado, evidenciou com muita clareza o isolamento da posição americana. Desta vez, apenas um país, Israel, acompanhou Washington. A condenação não foi apenas moral e a moção sublinhou que as medidas relativas ao

(1) Nota: Carta aberta publicada pelo Público de 28 de Dezembro de 1994, que é um verdadeiro panegírico de Delors, no pós-saída da Comissão Europeia e no pré-eleições presidenciais francesas, a que Delors se recusou candidatar. Paolo Flores d'Arcais é um dos inspiradores de todos quantos neste País vivem obcecados pela «monopolização pelos partidos da vida política», desde a PE, passando pelo PS e chegando ao PSD e CDS!

II Guerra  
Mundial«Os caminhos-de-ferro  
são a mão direita  
do Exército Vermelho»

■ Manoel de Lencastre

Ao lançarem no fogo da batalha para a defesa de Kiev certas forças de reserva de von Mannstein, incluindo a divisão «Panzer» SS Reich, os nazis cometeram um erro capital. Pretendiam barrar o passo e aniquilar o 38.º exército soviético (Chibisov) que avançava com lentidão. Mas não contaram com o aparecimento dos tanques de Ribalko (3.º exército de Tanques-Guardas) que, a 5 de Novembro de 1943, tinham conseguido cortar a estrada Kiev-Zhitomir e, atraindo a si as forças germânicas mencionadas, criava condições para que as restantes formações do comando de Vatutin avançassem sobre a capital da Ucrânia.

Moskalenko e Kravechenko  
libertam Kiev

Nesse mesmo dia 5, com efeito, Moskalenko (40.º exército), após tenazes e sangrentos combates com as tropas de von Mannstein, rompia na imediações de Kiev para, às quatro da manhã do dia seguinte, surgir nas ruas da grande e histórica cidade juntamente com os tanques do general Kravechenko e elementos da brigada checoslovaca comandada pelo coronel Ludvik Svoboda. O comando do Exército Vermelho que dirigira a reconquista de Kiev (Vatutin - 1.ª Frente Ucrâniana) enviou a Stalin, na véspera do aniversário da Revolução de Outubro, o telegrama seguinte: «Extremamente felizes por podermos informar que o plano estabelecido para a libertação da bela cidade de Kiev, capital da Ucrânia, acaba de ser totalmente realizado pelas nossas tropas. A cidade foi completamente limpa dos seus invasores nazis. Continuamos em acção pela execução de outras missões.»

O inimigo reagiu violentamente. Investindo Zhitomir, que retomou, passou à contra ofensiva utilizando uma formação que incorporava 15 divisões, das quais oito eram «Panzer». Novas forças soviéticas, porém, rechaçaram a iniciativa nazi. O Exército Vermelho ocupava já territórios a 150 quilómetros para ocidente de Kiev e até 50 quilómetros para sul. A 14 de Novembro, o 52.º exército (Korotoiev) surgiu em Cherkassi. Tropas da 3.ª Frente Ucrâniana (Malinovski) capturavam Zaporozhnie. Também Dnepropetrovsk tinha sido libertada. Ganhando terreno para sul, a 4.ª Frente Ucrâniana (Tolbukin) esmagava a desesperada resistência dos hitlerianos nas margens do rio Molochnaia e conseguia estabelecer uma testa-de-ponte no istmo de Perekop procurando isolar os contingentes nazis que ocupavam a Crimeia.

Noutras regiões da URSS, o Exército Vermelho tinha libertado as zonas da Kalinin, Smolensk, partes da Bielorrússia oriental. O Supremo-Comando decidia, agora, organizar uma ofensiva geral compreendendo toda uma frente de operações que ia de Leninegrado até à Crimeia. As forças armadas soviéticas superiorizavam-se ao inimigo em 70% na arma de artilharia, em 23% na aviação e em 30% no pessoal em armas. Em 1944, com a intervenção da 1.ª Frente do Báltico (1), pôr-se-ia fim ao cerco de Leninegrado e as repúblicas bálticas seriam libertadas. O mesmo quanto ao restante da Bielorrússia onde Rokossovski já tomara Gomel, a 26 de Novembro.

Mas os hitlerianos ainda sonhavam com o regresso a Kiev cujo sangue haviam extorquido durante dois anos de ocupação. No caminho da 1.ª Frente Ucrâniana (Vatutin) lançavam 30 divisões, incluindo oito «Panzer» e uma motorizada, tudo sob o comando do general de forças «Panzer», Rauss. Stalin, por seu lado, ordena a execução da operação Zhitomir-Berdichev com vista à reconquista daquelas cidades e à destruição do 4.º exército «Panzer». O 60.º exército (Cherniakovski) reforçado com o 4.º exército de tanques (Guardas) agora comandado por Gavrilov, avançaria da zona de Malin em direcção ao rio Sluch num sector entre Rogachev e Liubar. O 13.º exército (Pulkov) arrancaria para Korosten e Novograd-Volinski. Por sua vez, os 40.º e 27.º exércitos (Moskalenko e Trofimenko) progrediriam sobre Belaia Tserkov e, depois, Kristinovska. Na mesma direcção convergi-

riam, também, as forças da 2.ª Frente Ucrâniana, de Ivan Konev.

Na luta pela Ucrânia combatia-se, a 30 de Dezembro de 1943, numa frente de 300 quilómetros de extensão e 100 quilómetros de fundo. Korosten, Brusilov, Kazetin, Skvira foram evacuadas pelo inimigo. Zhitomir era, finalmente, recapturada após uma vaga de assaltos em massa e diante de fanática resistência dos nazis. A 31, a batalha por Berdichev atingia proporções de grande confronto, com os exércitos de Vatutin e von Mannstein lançando reforços constantes no conflito. Estavam em jogo os entroncamentos

ferroviários e rodoviário nos arredores da cidade e Vatutin achava-se completamente dependente do insuficiente sistema de estradas (2).

O 1.º exército de tanques (Guardas), de Katukov, sofreu pesadas baixas, assim como o 18.º exército (Leselidze). Foi só a 5 de Janeiro de 1944, após uma intervenção enérgica do próprio



Vatutin que Berdichev foi, finalmente, tomada. O comandante da 1.ª Frente Ucrâniana foi criticado, na altura, por fazer dividir o esforço das suas tropas em direcções diferentes em vez de concentrar todo o poder de que dispunha contra o principal sector dos alemães (3). Mas Vatutin, assim procedendo, tentava impedir a chegada de reforços que von Mannstein esperava na zona de Vinnitsa.

Operação  
Korsun-Chevchenkovski

A 2.ª Frente Ucrâniana (Konev) lutava por Kirovgrad. A 7 de Janeiro, os seus 5.º e 7.º exércitos (Guardas) comandados por Zhadov e Chumilov, generais cheios de experiência adquirida em muitos combates desde o princípio da guerra, aumentavam a pressão sobre os ocupantes. Estes, a 8, evacuavam a cidade e fugiam para posições mais a ocidente. Kirovgrad recebia, enfim, os seus libertadores. Agora, a mesma 2.ª Frente começava a preparar-se para a operação Korsun-Chevchenkovski que se revelaria uma das mais difíceis de toda a guerra. Vatutin (1.ª Frente Ucrâniana) decidira, por seu lado, constituir um poderoso grupo de forças especiais para tomar parte, igualmente, nessa operação: o 40.º exército, que passara para o comando de Zmachenko, o 27.º, de Trofimenko, e a temível formação de tanques de Kravechenko que era, o 6.º exército, e que, como sabemos, tinha sido das primeiras a entrar em Kiev.

A saliência de Korsun-Chevchenkovski, que se estendia ao longo de muitos quilómetros e tocava a própria margem direita do Dnieper, continha nove divisões nazis incluindo uma «Panzer» e uma motorizada pertencentes aos efectivos do 1.º Exército «Panzer» e do 8.º exército da «Wehrmacht». Esta sólida formação colocava-se entre os flancos esquerdo e direito das 1.ª e 2.ª

Frentes Ucrânianas do Exército Vermelho e obstruíam-lhes, portanto, o avanço. A 12 de Janeiro, Jukov via confirmada por Stalin a sua proposta para o envolvimento daquele grupo nazi que terminaria na convergência das tropas das duas Frentes soviéticas em Zvenigorodka. Assim, a operação Korsun-Chevchenkovski, adiada devido ao mau tempo, não se iniciou senão a 24 de Janeiro. Para eliminação da saliência puseram-se em movimento 27 divisões de infantaria, quatro de tanques, uma mecanizada e uma de cavalaria - tudo com artilharia móvel e quase 400 tanques.

## A guerra da paz

A caminho da vitória na guerra, a URSS começava a pensar em triunfar na paz. A reconstrução do país, ainda com importantes territórios sofrendo a ocupação dos hitlerianos, começava a ganhar momento. Diga-se, desde já, que no meio de dificuldades sem nome. Mas existirão, para os comunistas, inultrapassáveis tarefas? A reconstrução das áreas libertadas apresentava-se como uma nova guerra. Mas o trabalho começava. A URSS voltava-se para o futuro. Sabia que este lhe pertencia. Em Mozaik, por exemplo, o povo acompanhando o exemplo dos membros do Partido, construiu 2.000 casas, diversas escolas, um teatro municipal.

Na região de Smolensk, ergueram-se 3.725 casas novas e foram restauradas centenas de unidades de produção agro-pecuária, de laticínios, de aviários. As indústrias do papel, da metalurgia, do vidro, do vestuário, reiniciavam, gradualmente, a sua actividade. Em Março de 1943, os operários da indústria metalúrgica tinham apresentado 20.000 sugestões para a melhoria da qualidade de certos produtos. E viram que 8.000 dessas ideias foram aceites e postas em prática. O socialismo começava a acertar o passo com o destino do país - mas, muito lentamente, como se compreende. A

rudeza e a profundidade das destruições sofridas pela URSS sentiam-se mais claramente quando se tornava necessário começar a reunir forças para reerguer o que havia sido arrasado. Partindo de ruínas, partindo de escombros, os comunistas lançaram-se ao trabalho.

Entre 15 e 18 de Dezembro entrava em sessão o Tribunal Militar Soviético criado para julgar os criminosos de guerra. Foi em Karkov, cidade ucraniana que o gigantesco embate de Kursk libertara. No banco dos réus, três criminosos alemães e um traidor russo acusados de participação no assassinio, por asfixia, de milhares de cidadãos, através do uso de gás carbónico monóxido em compartimentos instalados nas temíveis camionetas da morte. Os acusados reconheceram os seus crimes e foram condenados à pena capital por enforcamento tendo a respectiva sentença sido executada na praça principal de Karkov na presença de 50.000 pessoas.

O horror da guerra, mesmo quando ela se afastava para longe, continuava a fazer sofrer a URSS. Todos os dias se descobriam novos e cada vez mais repugnantes crimes praticados pelos nazis. O povo soviético exigia que a paz se fizesse acompanhar da justiça a que tinha direito. Paz para trabalhar, justiça para existir civilizadamente. Tinha um mundo novo para construir.

Mas deixá-lo-iam trabalhar, progredir e prosperar, pacificamente, aqueles cujo apoio à fera hitleriana a tinha feito crescer a ponto de querer devorar os seus próprios criadores e o mundo?

(1) Do comando do general Ivan Bagramian.

(2) A luta pelas vias de comunicação ferroviária revelava-se fundamental. Os nazis defendiam-nas encarnadamente. E em Moscovo, «Pravda» escrevia: «Os caminhos-de-ferro são a mão direita do Exército Vermelho».

(3) Vatutin dirigiu o seu ataque a Berdichev nas direcções seguintes: a) de Korosten para Novograd-Volinski, na zona do caminho-de-ferro de Korosten-Tarnopol;

b) de Fastov, em direcção a Belaia-Tserkov;

c) o ataque principal foi dirigido contra Vinnitsa, no Bug superior, que obstruía a direcção do caminho-de-ferro Odessa-Lvov, perto de Zemerinka.

# Emigração e marginalização

■ Zillah Branco

A condição primeira de quem emigra é a da *marginalização* sociocultural do seu próprio meio e do país de acolhimento. Se conseguir, em outro lugar, ser integrado como trabalhador terá a oportunidade de se definir como um *cidadão* com os direitos que a lei vigente estabelece para os emigrantes; se permanecer desempregado estará condenado à *exclusão* ou *marginalização* que é cultural e socioeconómica.

Os graus de *marginalidade* em que poderá cair dependerão dos recursos disponíveis pela família ou pela instituição que o mantém, da sua própria condição psicológica para suportar as pressões sociais, da sua resistência ao desgaste resultante das carências materiais e da frustração por não conseguir realizar os seus propósitos. A solidão e a ociosidade forçadas pesam negativamente sobre qualquer pessoa, mas quando somadas às dificuldades de sobrevivência acentuam o desespero que pode levar o indivíduo à prática de acções anti-sociais.

A importância de se referir a situação do *emigrante* prende-se ao facto desse fenómeno ter-se espalhado mundialmente nos nossos dias entre pessoas que já não se conformam com o pouco que têm depois de verem através dos meios de comunicação as *maravilhas* dos países mais ricos. A substituição dos processos de colonização pelos de neocolonialismo e a estratégia das empresas transnacionais em busca de mão-de-obra mais barata ou da fonte dócil de matéria-prima nos países subdesenvolvidos difundiu a falsa imagem de que as pessoas podem escolher o melhor país para sobreviver ou aperfeiçoar o seu desenvolvimento individual.

No entanto, a condição de *marginalização* não é exclusiva do emigrante. Sendo fruto da desigual distribuição da riqueza, afecta qualquer população mesmo que não se desloque do seu lugar de origem. Dentro mesmo dos países há *migrações*, das zonas mais pobres para as que aparentemente oferecem melhores recursos de sobrevivência, assim como há os que se tornam *marginais* sem sair do meio em que vivem. Mas o *emigrante* é, em termos sociais, o mais vulnerável às condições de *marginalização*, tal como um jovem sem acompanhamento familiar. Ele está sozinho, desconhece o meio, só tem sonhos, acredita na publicidade que o atraiu para a aventura.

## Tratamento preventivo

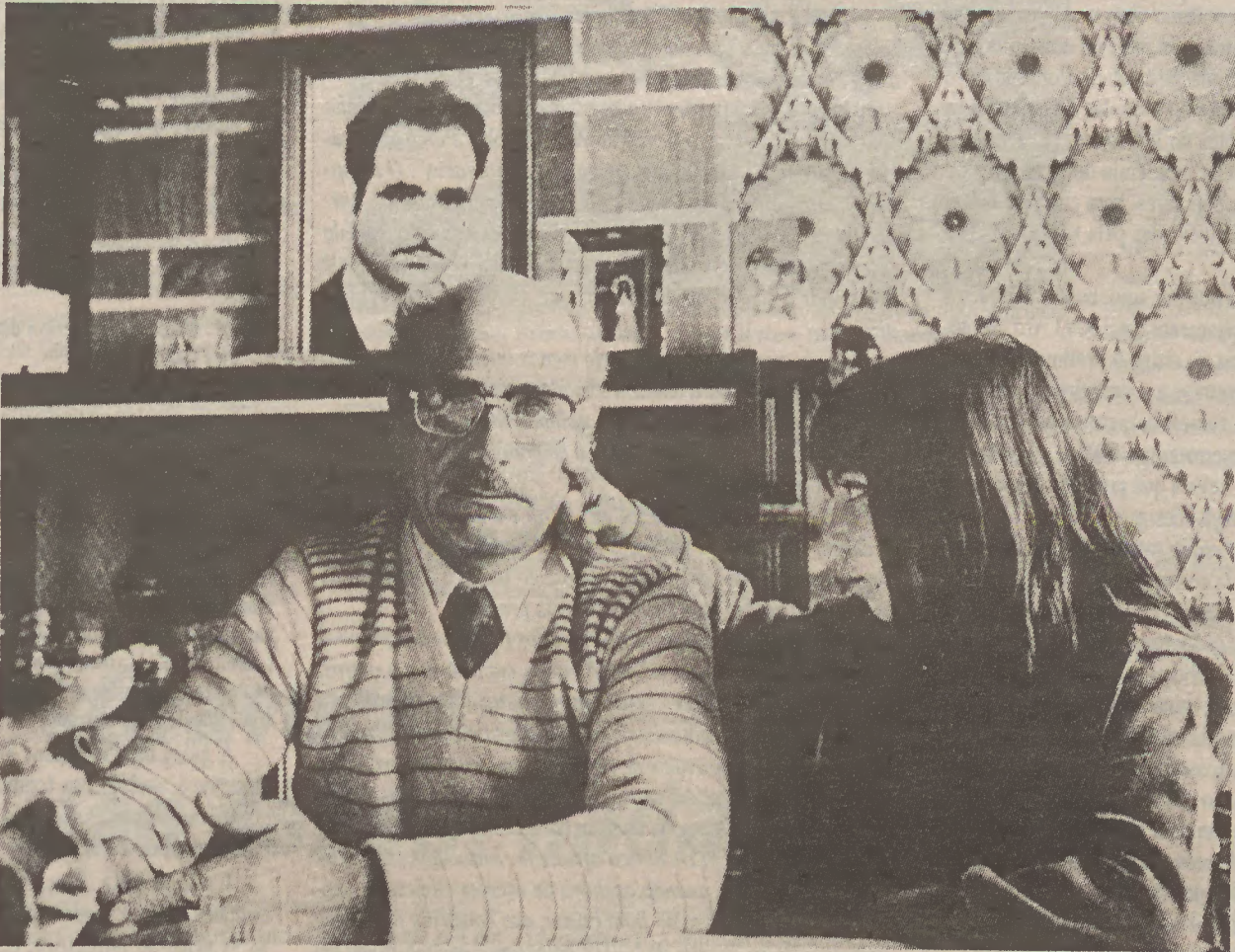
De modo geral, os governos e as entidades mundiais estão preocupados com a verdadeira *epidemia* de *marginalidade* que assola as sociedades. Cresce o consumo de drogas e a prostituição de menores, multiplicam-se os actos de vandalismo gratuito, de assaltos, de crimes de todo o tipo. Duas correntes de opinião prevalecem na busca de soluções: a favor da *repressão*, com o aumento dos contingentes policiais e o agravamento das penas, e a tendência *paternalista* que compreende a situação desesperada dos que se *marginalizam* nestas sociedades desumanizadas onde a violência alimenta o comércio dos meios de comunicação social.

A primeira solução será sempre insuficiente já que não só aumenta incontrolavelmente o número de *marginais* como as formas de agressão aperfeiçoam a crueldade a um nível insuportável para qualquer pessoa normal. As populações já vivem apavoradas, dispostas a fazerem justiça pelas próprias mãos, sonhando com a possibilidade de terem guarda-costas, usarem roupas à prova de bala, fecharem-se atrás de paredes blindadas. Mas assim não vivem, deixam de sair de casa à noite, andam em estado de alerta durante o dia, temem pela vida dos filhos que foram à escola, não se arriscam a um passeio pelas praias e campos onde antes podiam acampar felizes.

A segunda solução também não resolve nem o problema dos que se *marginalizam* nem o dos que são as suas vítimas potenciais. No melhor dos casos, são um alerta para os governantes e salvam algumas pessoas, mas no essencial ocupa saudavelmente os seus promotores e garante o caminho para o céu para os seus adeptos. Enquanto existirem pequenos grupos que aparecem num bairro ou noutro fazendo tropelias, desviando a juventude com drogas ou com alici-

antes contratos de *pequenos trabalhos de prostituição altamente remunerados*, ou os delinquentes agressivos que assaltam e até matam se houver resistência, o problema parece controlável com trabalhos de *inserção social*. E é uma atitude bonita, com efeito pontual e restrito, mas só. Não pode ser tomada como estratégia para um Estado.

Quando se tomar consciência de que de um momento para o outro qualquer país desenvolvido poderá ter pela frente os problemas que no Terceiro Mundo já são uma questão invencível como os *milhões* de delinquentes de todas as idades controlados por redes de traficantes que chegam a mover recursos financeiros comparáveis aos orçamentos de alguns Estados, não só derivados da venda de drogas, de jovens,



de crianças, de órgãos e sangue humanos, mas ainda de ligações mais ou menos conhecidas ao sistema financeiro oficial e às instituições de jogo e de turismo que lhes dão cobertura legal, veremos que o *paternalismo* é uma arma de dois gumes. Os benfeitores irão para o céu mas as populações continuarão a viver no inferno.

Não há mais tempo para dar chazinhos e conselhos éticos aos doentes sociais. É urgente uma intervenção que *previna*, que *evite* a *proliferação* dessa terrível epidemia social que genericamente se chama *marginalização*. Para isto é indispensável olhar de frente, com coragem, as *causas reais* e assumir, com coragem também e *vontade política* e *responsabilidade social* as decisões para evitar o colapso da civilização moderna. Senão seremos todos inúteis e coniventes.

## Vários tipos de fuga

Pode-se dizer que a *emigração* em busca de trabalho é uma *fuga para a frente* enquanto que a *marginalização* de quem desistiu de procurar saída para os seus problemas de integração na sociedade é uma *fuga para trás*. A fuga hoje é a consequência directa do individualismo cultivado pelas sociedades que só valorizam o mercado. No melhor dos casos, do ponto de vista social, o indivíduo foge para dentro de si mesmo e respeita as normas do convívio para não criar maiores problemas. É o egoísmo que destrói a capacidade de amar e de ser solidário, outra epidemia do nosso tempo.

A Fundação "Abbé Pierre", ao analisar o problema da *exclusão social*, afirmava já em Junho de 1993: "A Europa é rica, rica de 40 milhões de pobres, 3 milhões sem domicílio fixo, 18 milhões de desempregados." Ignacy Sachs escreveu no "Le Monde Diplomatique": "O mundo é mais rico ainda, pois 30% da força de trabalho (cerca de 2 mil milhões e meio) não têm emprego produtivo. (...) Os pobres não são mais necessários aos ricos, por isso são esquecidos - 1/5 da população mundial sofre de fome; 1/4 não tem acesso à água potável, 1/3 vive na miséria. (...) Este verdadeiro *apartheid* distribui a riqueza de modo que 1/5 da população mundial retém 84,7% dos PIB e 4/5 sobrevive com o resto dos 15,3%."

A desigual distribuição da riqueza existiu sempre a favor dos que usam o poder em benefício próprio e a ele se agarram como ostras. Mas hoje, cinicamente, defende-se este estado de coisas com discursos *democráticos*.

No início deste século, Jack London investigou a situação dos pobres em Londres. Na época, o Império Britânico era o maior do mundo, sugava avidamente os países colonizados e mais aqueles que controlava através do comércio. Mas o seu próprio povo, aquele que vivia na capital, mergulhava no "*abismo*", como dizia o autor, "reduzidos a um estado bestial, degradados e imbecilizados (...) sem poder estar à altura nem como operários, nem como soldados, se algum dia a Inglaterra, em caso de necessidade, fizer apelo àqueles que hoje esquece." (1)

O conhecimento adquirido por aquele escritor norte-americano que conheceu de perto (sem se entreter de longe com as sondagens) a situação em que viviam no "gueto da miséria" os pobres da Inglaterra permitiu-lhe afirmar que "a miséria mata mais que as guerras.

Na Inglaterra, todos os anos, 500 mil homens, mulheres e crianças, empregados nas diversas indústrias, são mortos, ficam inválidos ou são atingidos pela doença e estropeados para o resto dos seus dias." A situação na Inglaterra mudou, é certo, talvez com a queda do Império e a necessidade de ter que enfrentar realisticamente a necessidade de nutrir e formar os seus trabalhadores para desenvolver a produção. Implantaram o Estado Previdência defendido por Sir William Beveridge, como único recurso para garantir a sobrevivência do sistema capitalista.

As descrições que J. London faz dos seres humanos que conheceu afundados na miséria absoluta, dependentes de instituições de caridade, sujeitos a uma legislação que considera apenas o bem-estar dos mais afortunados, coincide com muitas das personagens que Álvaro Cunhal analisou no seu livro "Estrela de Seis Pontas" (2). Muitas dessas pessoas com talentos raros, dotadas de sensibilidade humana e princípios éticos superiores ao normal, condenadas a uma existência de *marginal* por azares de uma existência onde a exploração é a lei.

## A exclusão conduz ao desespero

O desespero de uma vida frustrada, em que a constituição de uma família gera novos miseráveis, em que a capacidade física e mental não é aceite no sistema de produção, em que a condição de *excluído* faz dele um ser *inferior* aos seus semelhantes, conduz ao suicídio ou ao crime. Esta é a responsabilidade que os governantes terão de assumir, porque as pessoas não nascem *marginais* por condição genética. Tornam-se *marginais* pela condição socioeconómica estabelecida pelos *gestores do Estado*.

Hoje, assistimos à decadência não do Império, mas da *democracia*. Entre os *marginais* também há privilégios de classe. Os condenados que podem pagar elevadas fianças (como, por exemplo, o banqueiro espanhol que saiu da cadeia por mais de 2 milhões de contos) continuam a sua vida de rico explorador, o menino rico que aprendeu a drogar-se com o pai nas festinhas familiares, vai para instituições ultracaras para se reabilitar. Ao contrário, o miúdo que, a troco de uns tostões, vendeu o corpo para produzir um vídeo pornográfico, ou a rapariga que acreditou ser uma vantagem receber numa noite de prostituição o que levaria meses a acumular em salários, ficam condenados para sempre aos olhos da sociedade, mergulham no "*abismo*" e seguem o caminho que conduz ao suicídio ou ao crime. A "justiça" também parece adoptar critérios de selecção classista, pelo menos o "preço" da liberdade é medido em cifrões. E não é só na Espanha que esta imoralidade ocorre, vários casos são conhecidos também aqui em Portugal e no resto do mundo.

Como será possível planear a *reinserção social* de 4/5 da humanidade?

Já que os estudos de gestão e administração estão a conquistar as universidades com grande prestígio, que o conhecimento de métodos de *eficácia* e *eficiência* se aperfeiçoam em todo o mundo, e que a riqueza no planeta se multiplica por sete em cinquenta anos, o que falta é *decência* e *dignidade* para utilizar o poder político com o objectivo de *gerir em benefício da humanidade*. O resto é conversa.

(1) London, Jack - "O povo do abismo", ed. Antígona, Lisboa, 94.

(2) Tiago, Manuel - "Estrela de Seis Pontas", ed. "Avante", Lisboa 94

■ José Bernardino

# Será que o "Público" faz censura?

Alerta-se os leitores do "Avante!" de que não se pretende fazer agora o tratamento das formas sofisticadas que pode assumir o lápis da Censura num jornal sem, entretanto, afectar a sua aparência de pluralismo e abertura. Nem como a omissão, mesmo que justificada pelo cumprimento estrito das regras aceites pelas partes, pode ter a mesma eficácia que a censura. Nem como o adiamento indeterminado pode tornar ilegível uma peça escrita.

Do que se trata aqui é do relato objectivo de factos no domínio da informação, referidos a um jornal que pretende assumir um jornalismo moderno, aberto pluralmente ao quotidiano, sensível à troca de opiniões e com critérios jornalísticos isentos, modernos e «civilizados».

O "Público" publicou, como coluna de opinião do Arq. Nuno Teotónio Pereira, um artigo sobre o assassinato, em Luanda, do jornalista Ricardo Melo.

Nesse artigo, por razões artificiais ou para dar eficácia e credibilidade ao seu propósito junto da opinião pública portuguesa, o autor fazia um paralelismo descabido com o assassinato do médico David Bernardino, perpetrado há mais de dois anos pela Unita e que causou profundas indignação e dor em Portugal entre o longo cortejo de amigos, contemporâneos das lutas juvenis e antifascistas, da Casa de Estudantes do Império e da Faculdade de Medicina de Lisboa, do Coro da Academia de Amadores de Música, ou outras colectividades populares, bem como de tantas e diferentes pessoas com ele identificadas pela sensibilidade à Cultura, ao progresso social.

O artificialismo do texto não fica por aqui, buscam-se factos para demonstrar conclusões previamente tiradas. O Arq. Teotónio Pereira, inesperadamente, traz ao artigo a Frelimo e a Renamo (os dois casos que citou referem-se a acontecimentos ocorridos em Angola, sem qualquer relacionamento possível com Moçambique). Agrupa num primeiro grupo MPLA e Frelimo e, num segundo, Unita e Renamo - revela que pretende demonstrar uma conclusão a partir da arrumação destas entidades.

Ao primeiro grupo, atribui, como uma acusação de último grau e carga máxima, a prática da corrupção, do nepotismo e da inépcia (quem fala assim não é gago...), embora considere a seguir, quem havia de dizer!, que os fautores de tais práticas eram «o sustentáculo da normalidade da vida». Ao segundo, composto por Unita e Renamo, acusa-os de minar «os campos e as estradas, causando milhares e milhares de estropiados (...), destruindo pontes, vias de comunicação (...), assaltando «viajantes e aldeias» e provocando o êxodo maciço das populações» (é legítimo reflectir se isto não faz parte de qualquer guerrilha legítima; que o desequilíbrio na atribuição de responsabilidades entre o primeiro e o segundo grupos implica pender para uma das partes; e que nenhuma das categorias imputadas à Unita compreende assassinatos como os do Huambo).

Embora não deixe de referir, de passagem, a não aceitação dos resultados eleitorais pela Unita, quase lamenta, por razões certamente de pedagogia, que tenham ganho as eleições partidos habituados durante 20 anos a governar em «regimes de partido único». Um pequeno lapso, ou ligeireza na elaboração do artigo, mostra como a preocupação do Arq. Teotónio Pereira de provar a perversidade dos «regimes de partido único» o leva a esquecer a aritmética, no entanto essencial para um arquitecto. A independência de Angola foi em 1975, somando os tais 20 anos chegamos a 1995, aos dias de hoje, pelo que se concluiria que não existe qualquer estrutura partidária em Angola e Moçambique. Os partidos que concorreram às eleições e elegeram deputados, não podem deixar de ser ficções ou os deputados duendes, inad-

vertidamente aceites como partidos e estruturas partidárias ou deputados pela distração de creditadas Instituições ou observadores internacionais.

Qualquer leitor, para fazer o seu juízo próprio, pode inteirar-se do artigo na íntegra num exemplar do «Público» de 31.1.95. Aliás, quero dizer que dou o benefício da dúvida ao Arq. Nuno Teotónio Pereira e posso vir a atribuir, no que toca a Angola, os seus dislates, a falta de informação.

Quem não se sente não é filho de boa gente, diz o povo. Senti-me obrigado, familiar e politicamente, em ressaltar os equívocos, evitar amálgamas suspeitas ou recusar a utilização do David Bernardino como meio de passar mensagens, ou pior, como instrumento de «marketing».

Assim, no dia 3 de Fevereiro, de manhã, por mão própria, fiz chegar ao "Público", a seguinte carta:

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1995

Senhor Director

Agradeço a publicação da carta que se segue. Espero que compreenda, pelo seu conteúdo, que não me era possível reduzir a sua dimensão, mas julgo que a publicará integralmente.

Mau grado limitações com que o li, venho expressar a minha consternação perante o artigo do Arq. Teotónio Pereira, intitulado "PALOP - o difícil caminho para a democracia". O Arquitecto Teotónio Pereira - conheço por experiência própria - participou em várias acções de luta e denúncia contra os crimes do fascismo ao lado de muitos camaradas meus. Que entenda hoje prosseguir a sua acção nas causas que escolher é seu legítimo direito.

Mas é, na minha opinião, pelo menos infeliz que, para chamar a atenção (ou para tomar a cómoda postura neutral de árbitro) sobre o seu repúdio pelo assassinato do jornalista Ricardo Melo, tenha evocado, e da maneira empobrecedora como o fez, David Bernardino.

David Bernardino não foi jornalista e a sua vida teve uma dimensão muito mais vasta e rica. "O Jango" foi, entre outras, uma das armas que empunhou como acto político e cultural na perspectiva da Paz que Bicesse parecia propiciar.

Quando foi do avanço da UNITA e dos racistas sul-africanos logo após o 25 de Abril, a UNITA tentou capturá-lo e a outros, cujo pecado original era serem antifascistas, de esquerda (na altura equivalia a comunista), ou culpados de ter uma cultura europeia, com a agravante de serem brancos ou mestiços. Refugiaram-se no quartel das tropas portuguesas que se recusaram a entregá-lo à UNITA e o evacuaram para Luanda.

A sanha da UNITA nunca afrouxou. Anos depois, a 4 de Dezembro de 1992, quando acabava de exercer clínica no Centro de Saúde do Bairro do Bom Pastor, que construiu com o seu próprio esforço, agentes da UNITA balearam à queima-roupa um homem armado com o estetoscópio.

Entre estas datas, decorreu uma parte importante da sua vida dedicada ao povo angolano, à saúde pública, ao progresso dum Angola nova. Neste sentido, centenas de amigos homenagearam-no, comovidamente, no Villaret.

Os assassinatos cobardes e mafiosos devem ser todos condenados. Mas quando alguém quiser colocar o David Bernardino entre os seus pares - como ele próprio disse no funeral dos seus amigos Marcelinos, ceifados pela UNITA dois meses antes à entrada da sua casa - coloquem-no entre as centenas de angolanos que foram vitimados pelo terror que Savimbi desencadeou no Huambo quando ali entrou à sombra de Bicesse e cujos nomes ninguém sabe porque eram pessoas desconhecidas.

Como eu creio que as referências que o arq. Teotónio Pereira faz ao David Bernardino são sinceras, o pecado de tentar fazer passar a sua mensagem aproveitando a projecção entre nós do David Bernardino é um pecado menor.

Já é mais grave a forma como termina o seu artigo. Bastava ao Arq., e era tão fácil, ler o texto da moção apresentada para compreender a abstenção do PCP. E é oportuno lembrar que o PCP diligenciou a apresentação dum voto de repúdio pelo assassinato, pela UNITA, de David Bernardino, mas verificou que seria recusado pela maioria da Assembleia, inclusive pelo PS, que não queria imputar uma responsabilidade, entretanto pública. Quantos pesos e quantas medidas, arquitecto Teotónio Pereira?

O Arq. Teotónio Pereira, por preconceito e porque não teve espírito crítico, voltou assim contra si próprio a acusação de intolerância e sectarismo estreito.

Vale a pena relatar, por ser edificante da prática do atendimento no "Público" o diálogo entre mim (JB) e o editor do dia das «Cartas ao Director» (Ed) e que aqui fica reproduzido na íntegra (passou-se no dia 8, cinco dias depois da entrega da carta no jornal).

JB - Sou José Bernardino. Entreguei há cinco dias uma carta para essa Secção e desejava saber se, sim ou não, ela vai ser publicada.

Ed - O senhor está a ser mal educado. Não temos, neste jornal, o hábito de deitar as cartas para o lixo. Certamente que temos de esperar que haja espaço, e têm de ser ordenadas. Não se pode ultrapassar os limites estabelecidos.

JB - A informação de que a carta está na fila de ordem e que sairá quando chegar a sua vez - já seria para mim, e por agora, indicação satisfatória.

Ed - Como é que o senhor disse que se chamava?

JB - José Bernardino

Ed - Trabalha em quê?

JB - Sou membro do Comité Central do PCP.

Ed - Já podia ter dito há mais tempo, há mais Marias na terra...

JB - Por falar em Marias, diga-me lá a sua Maria para eu saber com quem estive a falar.

Ed - ED. Já estou a passar o serviço, não tenho cá a carta que refere, não deve ter invocado direito de resposta e somos nós quem determina a dimensão disponível para as «Cartas ao Director». Volte a mandar um fax para Costa. Dito isto, desliga o telefone na cara de JB. (Admito ter ouvido mal, e não estar a reproduzir rigorosamente esta tirada de ED, de tal maneira foi ela formulada de rajada, sem me dar possibilidade de me esclarecer.)

À guisa de conclusão: os factos acima reproduzidos são, objectivos, «teimosos» (como escreveu um dia, numa das suas polémicas brilhantes, Lênine). Convido-vos a formular o vosso juízo com toda a isenção.

E não se trata de esgrimir argumentos jurídicos, fazer as contas a quanto perde à linha o "Público" publicando à borla as «Cartas ao Director», ou dizer quanto este espaço pode prejudicar a saída de uma informação ao leitor ou dar espaço para um gordo cliente que contribui para a viabilidade económica do jornal. Ou resumindo a ideia: o Director do "Comércio do Funchal" e o Director do "Público", embora sejam a mesma pessoa, teriam apreciações diferentes sobre a oportunidade de conceder a publicação prioritária da minha carta.

Na minha opinião, o Director do "Público" e o próprio autor da coluna de opinião puseram de lado os critérios jornalísticos de que o jornal se reclama, viram a dificuldade de descalçar a bota e optaram por um daqueles sofisticados meios de fazer censura sem parecer estar a fazê-lo.

Mas esta não é mais, para já, que a minha modesta opinião...

## «Somos todos judeus alemães»

Esta frase tornou-se célebre quando durante a Primavera parisiense de 1968 muitos cidadãos de diferentes confissões religiosas ou políticos se solidarizaram e combateram as insinuações racistas do Poder, que visavam determinado líder do movimento estudantil.

Muito boa gente quis assim lembrar aquele outro facto histórico que levou à perseguição do povo judeu e que igualmente, e por arrastamento, à perseguição do cidadão comum. «Somos todos judeus alemães» foi o grito indignado contra a intolerância e os maiores crimes cometidos contra a humanidade.

Foi o grito daqueles que, sendo ou não judeus, sabiam que a negação do direito à diferença leva sempre as sociedades para o totalitarismo e para a repressão, como todos (?) o sabemos.

Vem isto a propósito de, mais uma vez, a CAP/Confederação dos Agricultores de Portugal, através da sua revista do passado mês de Dezembro, exibir a sua habitual cassete onde apresenta a CNA/Confederação Nacional da Agricultura, como «a organiza-

ção comunista de agricultores» (com letra pequena e tudo que é para ser mais depreciativo).

A CAP, não satisfeita com o regime de favor de que é objecto ao representar uma escassa minoria (embora poderosa) de Agricultores e ser a única a ter assento no CES/Conselho Económico e Social, ainda se permite a emissão de juízos de valor (uma vez que, para a CAP, comunista é coisa má) e a colocação de etiquetas partidárias nos milhares de agricultores que se reconhecem na CNA (digna representante da Agricultura Familiar Portuguesa).

Já sabíamos que ao pluralismo a CAP responde com a unicidade, mas daí à apologia da caça às bruxas, alto lá!

Para a Confederação, onde predominam os senhores doutores e os senhores professores absentistas da Agricultura e reis da agro-indústria, quem for agricultor não pode ser comunista. E se porventura for o caso, então não terá o direito de se organizar socio-profissionalmente.

É o auge do pensamento democrático destes senhores e dos seus valores.

Decididamente, a CAP não se habitua à democracia nem perdoa a CNA por esta ser capaz de reunir no seu seio, e no das suas associações filiadas, milhares de agricultores representando TODO o leque político da nossa sociedade, quer como associados, quer como membros activos das suas direcções, onde a simples paixão de ser agricultor é motivo mais que suficiente para que exista respeito entre todos.

Num momento onde, segundo outros senhores democratas da mesma estirpe, se vê o perigo vermelho em todo o lado: ele é na Ponte; é na Marinha Grande; é no Pejão; é na Telecom; é na Agricultura... enfim... talvez esteja a chegar a hora em que para preservar valores como a democracia e a liberdade, os verdadeiros comunistas se vejam obrigados a lançar um grito diferente: **Somos todos Comunistas Portugueses.**

■ José Machado

da Associação dos Agricultores do Porto-APA  
(Associação Distrital filiada na CNA)

Gravuras rupestres de Foz Côa

# PCP exige ao Governo solicitação de património mundial

O PCP exige que o Governo solicite de imediato à Unesco a inscrição do conjunto de arte rupestre do Vale do Côa na «lista do património mundial em perigo» e que a SEC e o IPPAR determinem, ao abrigo da Lei do Património, a suspensão das obras da barragem que possam pôr em risco a salvaguarda das gravuras. Estas reivindicações foram apresentadas no decorrer de uma conferência de imprensa dada na sexta-feira no Centro Vitória por membros da Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP a propósito da situação vivida pelas gravuras do paleolítico superior.

Pela voz de Carlos Brito, membro da Comissão Política, os jornalistas ficaram a saber que os comunistas, através desta Comissão e da sua Direcção Regional da Guarda, querem também que sejam estudadas alternativas de desenvolvimento para a região, «numa solução integrada, que potencialize o valor do conjunto rupestre como Património Mundial, com os decorrentes apoios internacionais e outros que o Governo deve assegurar» e que não se tome qualquer decisão definitiva sobre o assunto «sem se proceder a um amplo debate público, que envolva a Assembleia da República, o Poder Local da região e a própria população, de forma a que as soluções a encontrar sejam inequivocamente assumidas



Presentes na conferência de imprensa estiveram, da esquerda para a direita, Paulo Rodrigues, Helena Medina, Carlos Brito e Manuel Gusmão

como as mais correctas para o desenvolvimento económico e cultural da região e do país».

O deputado do Grupo Parlamentar do PCP, Paulo Rodrigues, presente na conferência de imprensa, informou que a Subcomissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura tem agendados, para uma data próxima, audições com a direcção do IPPAR, a administração da EDP e arqueólogos de várias universidades.

No comunicado, sublinha-se que a ocultação do achado por

parte do IPPAR durante mais de um ano permitiu que as obras avançassem de forma a criar uma situação de facto consumado, ameaçando excluir qualquer possibilidade de alternativa. «Se o debate hoje é mais difícil é porque foi condicionado por uma situação pela qual o IPPAR é responsável. Não é sério falar em preservação da arte rupestre do Côa e deixar que as obras da barragem prossigam», diria Carlos Brito a este propósito.

A Comissão, que acompanha o problema desde que em finais de 1994 foi divulgada publicamente a sua descoberta e se constatou o perigo da sua submersão em consequência da construção, já iniciada, da barragem hidroeléctrica, considera particularmente preocupantes as recentes declarações do Secretário de Estado da Cultura, em exercício, Manuel Frexes, quando afirma, por exemplo, que «não se vê nada», «só há duas gravuras fora de água», «mesmo que a barragem seja construída esta

área poderá ser classificada como património nacional» e que «as gravuras (poderão) ser vistas de quando em quando através de esvaziamentos sucessivos da barragem.»

## Grosseiras declarações

«Estas grosseiras declarações, provenientes do membro do Governo que tutela o património artístico do país, procuram, por um lado, desvalorizar a importância das gravuras e, por outro, deixam entender o propósito governamental de permitir o avanço da barragem, contrariando a Lei do Património (Lei 13/85) e convenções internacionais de que o Estado português é signatário», considera esta estrutura do PCP.

Para a Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP, «nos meios científicos nacionais e internacionais, não restam hoje dúvidas que as gravuras rupestres do Côa constituem o maior conjunto de arte paleolítica ao ar livre da Europa e provavelmente do mundo».

Os comunistas sublinharam que as gravuras até agora identificadas, cerca de 150, ao longo de três quilómetros, são uma parte, apenas, de um conjunto que se estende ao longo do rio e que tudo indica integra uma «nova província artística», no dizer de especialistas. Esta abrangência, também, a estação arqueológica espanhola de Siega Verde, constituindo assim um novo campo de arte parietal na Meseta Ibérica, numa zona geográfica distinta da tradicional área franco-cantábrica.

«A excepcional importância científica deste património tem sido unanimemente reconhecida por destacados especialistas mundiais em arte rupestre, que consideram as gravuras do Côa como bens culturais únicos e insubstituíveis pelo que se justifica a sua preservação como elementos do património mundial», defende o documento divulgado pelo PCP.

Lembrando que todos os relatórios técnicos até agora efectuados, quer por especialistas da Unesco, quer nacionais, apontam para a necessidade de se proceder urgentemente ao estudo das gravuras e das pinturas em abrigos já identificadas, bem como à prospecção sistemática de toda a área, incluindo a parte já submersa por efeito do enchimento da barragem do Pocinho, os comunistas defendem a necessidade de se proceder a estudos sobre o estado de conservação e alteração das rochas de suporte das gravuras, «que só serão possíveis efectuar com rigor num dilatado período de tempo», sublinham.

Neste documento considera-se imperiosa a paragem das obras que possam impedir os referidos estudos e a salvaguarda do conjunto, já que as necessidades de estudo e prospecção sistemática são incompatíveis com a destruição do enquadramento paisagístico natural do santuário paleolítico. As obras já soterraram uma rocha com gravuras e outros vestígios ainda não identificados poderão continuar a ser destruídos.

A Comissão diz estar ciente de que no decurso do processo de construção da barragem, «foram criadas à população local expectativas de novos empregos e de indemnizações aos proprietários das terras a inundar e, em geral, de desenvolvimento da zona» e que «a descoberta das gravuras e a confirmação do seu excepcional interesse com Património Mundial veio alterar esta situação, sendo hoje evidente que o conjunto arqueológico do Côa pode constituir por si só um importante factor de desenvolvimento, incluindo na criação de emprego».

## «Gravuras não sabem nadar»

O Presidente da República, Mário Soares, esteve segunda-feira em Vila Nova de Foz Côa onde ouviu três mil alunos dos ensinos básico, preparatório, secundário e superior da região que interromperam a passagem da comitiva presidencial, gritando «as gravuras não sabem nadar, a barragem tem de parar», o que levaria Soares, citado pela LUSA, a dizer que as gravuras rupestres da região «realmente não sabem nadar, mas o problema é de grande complexidade».

Soares realizou uma visita oficial a Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, onde se deslocou aos achados arqueológicos existentes junto ao rio e que poderão ficar submersos se entrar em funcionamento uma barragem que está a ser construída nas imediações. Sem tomar uma posição definitiva e oficial, a favor ou contra a suspensão das obras, o Presidente pautaria no entanto todas as suas intervenções por um nítido favorecimento dessa suspensão.

Soares levantaria não só o problema da preservação das gravuras rupestres como o da questão da gestão da água, pedindo ao Governo para que informe a população portuguesa sobre os contactos com Espanha relativos aos rios ibéricos.

«A população não está devidamente informada, nem das negociações em curso para o convénio sobre a água, nem dos planos hidrológicos espanhol e português», frisou Mário Soares, no final de uma visita à barragem e gravuras rupestres do Vale do Côa.

Segundo o Chefe de Estado, «o problema da água vai ser um dos mais difíceis do próximo século».

Mário Soares salientou o cuidado que é necessário na gestão da água, apontando, como exemplo, a albufeira que a barragem do Côa vai provocar.

«Segundo os climatologistas, a mancha de água que vão instalar aqui pode pôr em causa, devido ao excesso de humidade, um produto emblemático de Portugal como é o Vinho do Porto», sublinhou.

Na manifestação estudantil, os jovens entregaram a Mário Soares um abaixo-assinado onde 70 mil alunos de 250 escolas de todo o país defendem a preservação das gravuras rupestres.

Os alunos entregaram ao subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes, uns óculos «para ver as gravuras» e uma revista do «Tio Patinhas», para «aprender um bocado de cultura».

Durante uma visita às obras em curso da barragem e ao complexo de arte rupestre do Vale do Côa, Soares diria que o Governo «vai finalmente ter de tomar uma decisão sobre a barragem do Côa e que é necessário saber como os responsáveis envolvidos na questão, desde o Governo à UNESCO, vão actuar na resolução do problema».

«É impossível encolher simplesmente os ombros e dizer que os arqueólogos são fundamentalistas. Estamos a falar de professores universitários e cientistas», frisou o Chefe de Estado.

Mário Soares aconselhou a EDP a, se não for possível parar a obra, «pelo menos abrandá-la e não tentar criar um facto consumado».

«Enveredar pela política do facto consumado só iria dificultar ainda mais a procura de uma solução, pelo que me parece mais sensato abrandar as obras», salientou.

O Chefe de Estado propôs ainda o lançamento de um debate nacional sobre o tema, exortando os deputados eleitos na região a levantarem a questão na Assembleia da República.

■ DM

# Salários, emprego e desenvolvimento económico

## Os problemas de hoje, as responsabilidades ocultas, as novas respostas necessárias

Será o desemprego, hoje tornado doença crónica do capitalismo, uma fatalidade? O aumento dos salários e a dinamização do mercado interno não significam desenvolvimento económico? A internacionalização da economia é um dado adquirido? Que limitações, afinal, coloca ao País o facto de estarmos na Comunidade Europeia? A queda do desemprego é negativa para as bolsas de valores? É ou não possível avançar com uma política alternativa?

Muitas destas questões têm sido abordadas, directa ou indirectamente, em diversas sessões do «Debate com o País» que o PCP está a promover por todo o País. Os problemas do emprego ganham ainda mais actualidade num momento em que os próprios números oficiais confirmam o aumento do número de desempregados no País, a par do agravamento da crise económica em sectores fundamentais. Como contributo para a discussão, trabalhamos para estas páginas as intervenções feitas no debate sobre «Salários, emprego e desenvolvimento económico», no passado dia 9, em Lisboa, pelos camaradas Domingos Abrantes e Agostinho Lopes (membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido), Carvalho da Silva (coordenador da CGTP-IN), Sérgio Ribeiro (deputado no Parlamento Europeu), Vasco Cal (representante da CGTP no Comité Económico e Social), e Ulisses Garrido (dirigente da CGTP e da União dos Sindicatos de Lisboa).

## Globalização e independência

O que acontece hoje em Portugal não está isolado do que acontece noutros países, defendeu Vasco Cal, para quem, no nosso país, se conjugam três factores a explicar a actual situação:

- a entrada na CE, a que se adicionaram o projecto de Mercado Interno e a União Económica e Monetária, constituindo condicionamentos crescentes à actividade económica em Portugal;

- a globalização económica mundial, a liberalização dos movimentos de capitais, o papel do investimento estrangeiro (multinacionais e não só);

- a política económica praticada pelos sucessivos governos de Cavaco Silva nos últimos dez anos, que teve como concepção de fundo favorecer novos investimentos, nomeadamente estrangeiros, abandonando os sectores tradicionais, não os reestruturando, não os modernizando.

A globalização económica não é apenas um chavão - sublinhou Vasco Cal, apontando alguns factos:

- hoje em dia mudam de país mais de mil milhões de dólares por dia, um valor 50 vezes superior ao que se muda em bens e serviços; os movimentos financeiros já não têm nenhuma relação com a economia real;

- as principais multinacionais têm um conjunto de 73 milhões de pessoas empregadas, o que significa 20 por cento do emprego dos países desenvolvidos;

- o investimento estrangeiro, que nos anos 80-85 andava à volta de 40-50 mil milhões de dólares por ano, ronda agora os 200 mil milhões de dólares por ano.

Em cada um dos países acentuaram-se as fracturas entre os sectores que produzem bens e serviços que são transaccionáveis no mercado internacional e os sectores que produzem bens e serviços que não são transaccionáveis no mercado internacional.

Uma via que está completamente vedada - segundo Vasco Cal - é voltar atrás no que respeita à internacionalização. Não é mais possível fechar as fronteiras e exigir controlos relativamente a bens e serviços, pois as consequências disso para as empresas seriam muito mais graves do que aquilo que está a acontecer com os sectores tradicionais.

É possível, mesmo com os condicionamentos actualmente existentes, defender uma política alternativa à que tem sido praticada aqui e lá fora. É difícil defender medidas alternativas que não tenham a ver apenas com o processo de decisão interna.

### Deslocalização e desenvolvimento desigual

Sérgio Ribeiro chamou a atenção para uma contradição deste período: restringir a criação de mais-valia na Europa só é possível porque ela é criada noutro local. O capital reproduzir-se aqui de forma especulativa só é possível porque noutras paragens existe trabalho produtivo e criação de mais-valia que é apropriada pelo capital, já que o capital não se alimenta com a especulação. O capitalismo encontrou uma forma de ultrapassar mais esta crise agravando a sua contradição, através da deslocalização de capital produtivo para áreas onde havia grandes massas de trabalhadores que estão neste momento no limiar da sobrevivência, e ao mesmo tempo utilizando a variável desemprego para procurar desregular, moderar salários e tentar impor

condições que permitam criar aqui mais-valia. Senão, ameaçam especular aqui e criar mais-valia no Pacífico. Tal situação só é possível com a globalização total da economia.

Reconhecendo a importância de estar atento ao surgimento de novos fenómenos objectivos, como a globalização ou a internacionalização, Domingos Abrantes realçou que o facto de serem objectivos não nos deve levar a aceitá-los, não nos deve impedir de procurar as políticas necessárias para contrariar as consequências negativas desses fenómenos objectivos.

Hoje é novo o facto de no capitalismo o desemprego se ter transformado num fenómeno crónico e massivo. Hoje reconhecem que a retoma económica não absorve o desemprego, e até vemos que o desemprego cresce em períodos de crescimento económico. Admitem que será

possível estabilizar o desemprego nos níveis actuais, se houver um crescimento económico da ordem dos 3 por cento; na Comunidade Europeia, nos últimos dez anos, só houve dois anos em que o crescimento se situou acima dos 3 por cento. A manterem-se as políticas actuais, não há qualquer perspectiva de diminuição do desemprego.

A globalização - referiu Domingos Abrantes - dá-se num quadro de um enorme desenvolvimento do capitalismo monopolista, de carácter multinacional, e com um fenómeno que confirma uma tese de Lênine hoje esquecida: o desenvolvimento desigual do capitalismo.

O fenómeno objectivo da globalização carrega consigo um crescimento mundial em dois pólos cada vez mais afastados.

A par da globalização da economia assiste-se também a uma globalização da ofensiva do capital contra o trabalho.

## Privilegiar o Homem e não os lucros

20 por cento da população mais rica do planeta concentra 85 por cento da riqueza. Os 20 por cento mais pobres têm 1,4 por cento da riqueza do mundo. Ou seja, cada um dos 20 por cento mais ricos tem 60 vezes mais que cada pessoa dos 20 por cento mais pobres. Isto significa que há mil milhões de pessoas no mundo que vivem na miséria, há 120 milhões de desempregados (dos quais, 35 milhões nos países capitalistas desenvolvidos).

Estes números foram referidos por Vasco Cal, que considerou extremamente elucidativo que, quando há tempos surgiram dados da economia americana mostrando uma diminuição do desemprego, a Bolsa e todos os indicadores financeiros americanos caíram imediatamente, porque isso é uma má notícia para os mercados financeiros internacionais. Na análise económica feita nas teses neoliberais, sempre que o desemprego diminui e o emprego aumenta, a conclusão é que isso é mau para a economia financeira: vai trazer tensões inflacionistas, os preços vão subir, as taxas de juro vão subir, vai haver mais dificuldade para realizar os lucros o mais depressa possível. Isto mostra bem o ponto a que chegou a economia mundial.

Os únicos sectores onde o emprego tem crescido é na parte dos serviços, e nos serviços que dizem respeito directamente àquilo a que se chama empregos de proximidade, muitos dos quais têm que se realizar através da economia social e que são reconhecidos como uma das possibilidades maiores para o crescimento do emprego - registou Vasco Cal.

Ulisses Garrido recordou que, independentemente das práticas até de católicos muito influentes, a doutrina social da Igreja defende um desenvolvimento solidário e diz que o primeiro direito é o destino universal dos bens. Não defende a abolição da propriedade não estatal dos meios de produção, desde que não impeça o uso dos bens económicos por todas as pessoas. Quando este direito não é respeitado, ou seja, quando o uso social dos bens não existe, a doutrina social da Igreja

aconselha outras formas de propriedade não privadas e não estatizadas: cooperativas, mútuas, movimentos e associações para o desenvolvimento local, colectividades sociais, ou seja, aquilo que se chama habitualmente a *economia social* - cujo papel foi enaltecido por Ulisses Garrido.

### Um encargo?

Agostinho Lopes citou uma recente entrevista ao «Independente» do chamado ministro-sombra do PS para a Indústria, Henrique Neto, em que este diz, a propósito do encerramento e falência de empresas e do aumento do desemprego, que a *economia não se compadece com problemas sociais*. Claro que, partindo de posições como esta, depois vai-se procurar responder com o rendimento mínimo, com o subsídio de desemprego, com as caridades para a exclusão social, etc. Não pode haver esta dicotomia. No centro do desenvolvimento estão os homens, estão os trabalhadores, estão as populações.

Adjectivar o desenvolvimento, separando o social do económico, é uma armadilha das camadas dominantes - considerou Agostinho Lopes. O social, em vez de ser o objectivo central, é transformado apenas naquele conjunto de políticas que visa atenuar as consequências gravosas de orientações económicas apresentadas como politicamente *neutras, técnicas*.

Realçou também o importante papel da economia social em vários sectores, como na agricultura. E alertou para o facto de estar em curso mais um ataque do Governo de Cavaco Silva à economia social, com a tentativa de alterar regras fundamentais do cooperativismo: discutem a alteração da regra *um homem, um voto* e a alteração do código cooperativo para permitir a entrada do capital privado nas cooperativas.

# Convergência e desconvergência

No que se refere ao crescimento do Produto Interno Bruto, estamos desconvergindo de uma Comunidade que parte de níveis muito mais elevados que nós; mas o ministro Catroga mostra-se muito satisfeito por termos conseguido um crescimento de 1,1 por cento, quando a média na Comunidade foi de 2,6 por cento em 1994 - referiu Sérgio Ribeiro. Também desconvergimos no que respeita ao investimento produtivo, que tem vindo a decrescer em Portugal.

Já quanto ao desemprego, temos vindo a aproximar-nos dos níveis mais elevados da Comunidade: de 3,9 por cento (em 1991) passámos para 5,1 (em 1993) e 6,1 (em 1994). A Comunidade estabilizou à volta dos 10,5 por cento.

Contudo, estamos a afastar-nos quanto a salários: a remuneração por assalariado, em Portugal, desceu 0,4 por cento (em 1993) e 0,2 por cento (em 1994) enquanto na CE subiu 0,3 por cento (em cada um dos dois últimos anos).

Esta situação resulta dos critérios adoptados com o Tratado de Maastricht, que privilegiam uma economia monetarista, para facilitar a rápida reprodução de capital, ainda que por via da especulação ou da deslocalização da actividade produtiva para áreas onde os custos são inferiores.

# Dignificar o emprego e valorizar os salários

Manuel Carvalho da Silva salientou que os salários são um contributo grande para o desenvolvimento. Partindo desta premissa, é indispensável a valorização e a defesa do crescimento dos salários reais. É ainda necessário:

- combater o alargamento das distinções e desigualdades salariais;
- combater o tratamento individualizado dos salários e a destruição da contratação colectiva;
- valorizar os salários mínimos, como protecção a centenas de milhares de trabalhadores que o auferem e também como impulso à valorização dos salários em geral, como valorização dos salários dos jovens e como factor impulsor das opções do desenvolvimento e da qualificação.

Depois de recordar que ter hoje um emprego e um salário é uma questão de sobrevivência económica para a maioria dos portugueses, Agostinho Lopes sublinhou que ter trabalho e emprego é também uma condição essencial para o próprio desenvolvimento humano, uma condição essencial de socialização e uma questão central da cidadania. E interrogou: quem acredita que, vivendo na dependência da esmola, com um trabalho precário, na dependência do livre arbítrio do patrão, com a probabilidade de ser despedido, o homem possa ser totalmente livre?

Defendeu o aumento dos salários e dos rendimentos de outras camadas laboriosas, tal como das pensões e reformas. Para Agostinho Lopes, este não é só um problema de justiça social, é também um problema central do desenvolvimento económico, da dinamização e fortalecimento do mercado interno para puxar pela nossa economia. Lembrou, a propósito, que o muito propagandeado relatório Porter sobre competitividade coloca como dois eixos da competitividade a valorização da força de trabalho e o reforço do mercado interno.

Para Ulisses Garrido, afirmar hoje que só há desenvolvimento se houver crescimento económico; que só há crescimento económico se houver competitividade; e que esta se baseia em baixos salários e piores empregos, e menos empregos - é socialmente injusto, economicamente ineficaz e, sobretudo, é mentira.

Considerou que a falta de emprego é o primeiro passo para a exclusão social e que os salários baixos são o primeiro passo para a miséria, não apenas a miséria material, mas moral, cultural, a miséria da vida em sociedade.



# Renegociar os apoios ou mudar de política?

Os fundos comunitários (mesmo que duplicassem ou triplicassem, o que, como sabemos, não vai acontecer) podem compensar os problemas decorrentes da efectiva destruição do tecido económico do nosso país? A questão foi levantada por Agostinho Lopes, a propósito de uma entrevista recente, em que António Guterres colocava como único problema comunitário a resolver a renegociação do Quadro Comunitário de Apoio, e nem sequer com o aumento das verbas, mas apenas uma afectação diferente das verbas existentes.

Nós temos colocado o problema da necessidade de uma nova política, que comece por defender o que existe e avance na criação do novo - sublinhou Agostinho Lopes, apontando algumas linhas dessa política:

- defender e dinamizar o sector produtivo nacional, travar o processo privatizador e as políticas de destruição do sector empresarial do Estado;

- definir e aplicar políticas adequadas relativamente aos grandes sectores produtivos do País;

- desenvolver uma política de investimento virada de facto para o sector produtivo e a criação de emprego e que impeça a utilização especulativa dos capitais existentes, inclusive dos fundos comunitários;

- desenvolver muito mais os serviços públicos essenciais: a saúde, a educação, o ambiente...

- modificar a actual distribuição do rendimento nacional, dividir melhor o que hoje é atribuído aos lucros para salários e rendimentos de outras camadas laboriosas, para pensões e reformas;

- promover a descentralização e regionalização das políticas de resposta aos problemas do desemprego e do desenvolvimento.

# Soluções efectivas e não meras medidas de gestão

Domingos Abrantes defendeu a utilidade de, num debate, não ficar pela abordagem dos problemas, e procurar as políticas necessárias e as soluções.

Considerou curioso que hoje vários documentos confirmem que as privatizações, não só em Portugal, mas à escala mundial, têm responsabilidades, que até estão quantificadas, no aumento do desemprego já verificado. Referiu que existe mesmo uma projecção do que significaria, em termos de desemprego, o prosseguimento das privatizações a este ritmo. Num documento recente do patronato europeu até se diz que a liquidação do sector público contribuiu para o agravamento do desemprego, visto que o sector público é gerador de maior emprego que o privado. Mas, depois, tiram a conclusão de que é necessário acelerar as privatizações. Isto mostra que é uma questão de políticas.

Para Manuel Carvalho da Silva, hoje não há soluções para o desemprego a nível das políticas comunitárias. Aquilo que se anuncia são, quando muito, medidas de gestão do desemprego, que servem para encanar a perna à rã, mas não têm solidez para a solução dos problemas do desemprego.

## Dez sugestões

Os problemas do emprego no nosso país são, sobretudo, os problemas do desemprego, constatou Carvalho da Silva, para lembrar de seguida que são também os problemas da qualidade do emprego: o emprego mal remunerado, o emprego que não é emprego, o trabalho clandestino, etc. Como as origens do desemprego são diversas, não podem ser analisadas de forma compartimentada. Do ponto de vista

sindical, no tratamento destes problemas é necessária a articulação de dois aspectos: a defesa de efectivas políticas de emprego e a afirmação, em simultâneo, da dignificação do trabalho e do trabalhador.

A discussão travada no seio da CGTP permitiu a Carvalho da Silva definir dez sugestões para a criação de emprego:

1 - optar por uma política macroeconómica expansionista, virada para a realização da convergência real;

2 - conjugar todas as formas possíveis para evitar que a chaga do desemprego se acentue;

3 - parar os despedimentos em curso e abandonar o facilitismo do desemprego, que hoje chega a ser apresentado como referência positiva para a criação de emprego;

4 - repensar as relações entre desenvolvimento, crescimento e progresso social;

5 - questionar a política de educação e de formação, em duas vertentes: por um lado, a educação e a formação no ensino, e, por outro lado, a formação e o contributo que os trabalhadores mais velhos (acima de 40 anos) têm para dar à sociedade;

6 - repensar de novo as relações entre produtividade e emprego, incluindo a questão do horário de trabalho;

7 - dizer não a esta sociedade que é cada vez mais global, quando se trata de questões económicas, mas onde tentam individualizar tudo o que respeita às relações de trabalho e à defesa do trabalhador;

8 - alterar a distribuição da riqueza produzida;

9 - disponibilizar o dinheiro existente para áreas onde se pode desenvolver o emprego;

10 - desenvolver sinergias a nível local, de modo a ligar o homem à terra e combater a desertificação.



## Desagravos

Toda a gente se lembra da teoria dos "sulistas" afirmada em directo para o País por uma incandescência chamada Luís Filipe de Menezes (o homem deve ter visto filmes americanos a mais e julgar que Portugal é uma cóbóiada), o que foi estentoreamente aproveitado pelos adversários da outra facção para, em pleno Congresso, apuparem, através dele, a candidatura que se sabe, com o desbocado secessionista a fugir para casa com o rabo entre as pernas, pedindo aos jornalistas que lhe "respeitassem" o direito à privacidade. Afinal, a apregoada "fogosidade" do Menezes é só fogo de vista e quando a coisa dá para o torto, lá se vai o arreganho. O engraçado da situação é que a JSD-Porto aparece agora a anunciar um jantar de "desagravo" em honra de Luís

Filipe Menezes. Mas "desagravo" de quê, quando o agravo foi proferido pelo próprio contra um País inteiro? A não ser que a JSD-Porto ache que o Menezes fez muito bem em dizer o que disse. Nesse caso, ficamos à espera de ver quem, no PSD, desagrava o partido e o País de mais esta...

## De Metro

Num dos dias do Congresso do PSD, Durão Barroso deslocava-se com todo o estadão a caminho do Coliseu quando a marcha foi interrompida na Fontes Pereira de Melo, atafalhada com uma manifestação dos trabalhadores da Telecom. Espera, não espera, apita, não apita, e o então ainda candidato à chefia máxima do PSD não teve outro remédio senão meter-se no Metropolitano e ir para o Congresso no meio dos outros mortais.

# PONTOS CARDEAIS

Quem diria a Durão Barroso, 500 metros atrás, que alguém se atreveria a impedir-lhe a marcha? Afinal basta tão pouco - uma simples manifestação - para se ver como é frágil o poder delegado nos homens...

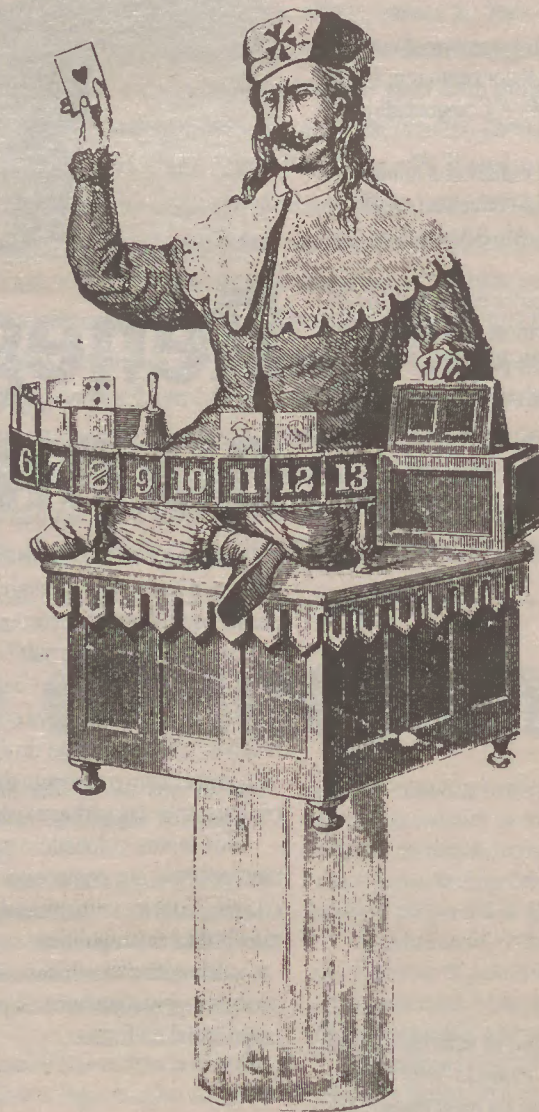
## Aplausos

Apesar das afirmações, reiteradas, de todos os "notáveis" do PSD que apanhavam um microfone a jeito, no sentido de garantirem a toda a gente que o Congresso demonstrara a unidade do partido, não escapou a ninguém que os aplausos do vasto auditório ao recém-nomeado presidente Fernando Nogueira não duraram mais que... um minuto. Azares das transmissões em directo... O próprio Cavaco Silva quis dar

essa nota de optimismo, ao afirmar que, ele próprio, fora eleito pela primeira vez no Congresso da Figueira da Foz por uma pequena margem de votos. Pois é... Mas não foi brindado com um escasso minuto de aplausos, nem tinha por trás alguém que abandonara o posto mas continuava a mandar.

## Entrevistas

Rapidamente se percebeu que não valia a pena ouvir este ou aquele entrevistado em qualquer dos canais de televisão que estiveram, permanentemente e em directo, a cobrir o Congresso do PSD. Como todos os canais procuravam sempre as mesmas pessoas (às vezes nos mesmos ângulos), rapidamente se verificava que não havia novidade em lado nenhum: nem no que os



entrevistados diziam, nem no que os diferentes canais mostravam. Mais ridículo que aquilo, só um disco riscado a levar-se a sério.

## O chefe

Se alguém, estranho ao País, ouvisse os discursos proferidos no Congresso do PSD, verificaria que toda a gente estava ali para dizer uma única coisa: que Cavaco Silva era o maior. Tão grande que o desprevenido observador, após ouvir tantos prodígios cometidos, estranharia que os oradores não falassem de joelhos e a nave do Coliseu não jorrasse música celebratória. Não perceberia era por que carga de água chamavam àquilo um Congresso e por que estava a haver tanta maçada para fingir a eleição de um novo líder...

## As "ideias"

Falou-se muito em "debate de ideias", no Congresso do PSD - tanto, que a única ideia que saiu dali foi mesmo essa: a de que se esteve a "debater ideias". Que raio de ideia!

## FRASES da SEMANA

"Estamos fortemente interessados em criar uma alternativa democrática, válida, em Portugal, para que o centro atinja a maioria."

☛ (Luís Barbosa, do grupo de ex-CDSs, Movimento Humanismo e Democracia - «Semanário», 18.02.95)

"Podemos fazer alianças com o PS ou com o PSD, mas somos centristas e democratas-cristãos."

☛ (idem)

"Entrei no Governo com 39 anos, sem experiência política e com grande entusiasmo. Aceitei, com surpresa, o convite do prof. Cavaco Silva para ministro, sem sequer ter sido secretário de Estado. Tinha na altura grande experiência profissional, sindical e associativa, porque fiz parte de comissões de trabalhadores, do sindicato, da Ordem dos Engenheiros. Faltava-me a experiência política. Hoje, tenho 49 anos, quase dez anos de Governo e uma visão do mundo e do país mais profunda do que há duas décadas."

☛ (Mira Amaral, Ministro da Indústria - «Público», 17.02.95)

"Dou, portanto, o meu apoio condicionado ao primeiro (Durão Barroso), apesar de nenhum deles ter esclarecido completamente as minhas dúvidas."

☛ (idem)

"(Fernando Nogueira e Durão Barroso) ou não têm moção ou então partilham a mesma cama de dois divorciados numa cama de terceiros."

☛ (Alberto João Jardim, citado em «Expresso», 18.02.95)

"O Alberto João Jardim tem um estilo muito próprio de fazer política. É preciso ler as suas declarações à luz da matriz do seu comportamento."

☛ (Azevedo Soares, novo Secretário-Geral do PSD - «Diário de Notícias», 16.02.95)

"Contagem de votos à porta do Coliseu: Durão 46,6%, Nogueira 41,4%"

☛ (Manchete - «Expresso», 18.02.95)

"O PSD não é um partido no qual em cada esquina se encontra um delator a trair o seu companheiro do lado."

☛ (Leonor Beleza, citada em «Público», 20.02.95)

"Durão Barroso é um homem que não se detém muito nos meios quando se trata de atingir objectivos. (...), na essência, é um matador."

☛ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 18.02.95)

"Queria dedicar a vitória às bases. Mas também a uma base muito especial: Aníbal Cavaco Silva. Não sei se estarei à altura da sua obra. Que Deus me ajude a construir o país."

☛ (Fernando Nogueira, no discurso de encerramento do Congresso do PSD, citado em «Público», 20.02.95)

"A transmissão (televisiva) do Congresso do PSD foi um grande serviço à democracia."

☛ (Pacheco Pereira, «Flashback», SIC, citado em «Público», 22.02.95)

## PONTOS NATURAIS

### Entendimento

Eu sei que existe Orion e que Andrómeda existe mas eu hoje estou triste (talvez me falte do dom das riquezas do Além...) triste porque este operário o devido salário há meses que não tem. O espírito elevado acha mal empregado. Mas o poema, esse, entende bem.

### Televisor

E emissão das crianças maltratadas (aqueles olhos-flores em plena acusação...) obrigou-me a largar a esferográfica.

Obrigou-me depois a retomá-la.

### Telespectador

Como se fala tanto! São horas e horas e horas falam, debatem, discutem assentam, apresentam, representam nos discursos sem fim. Bem certo, o povo diz: quem muito fala, muito esconde.

### Quotidiano

Pára na esquina com um tabuleiro de ninharias para vender e ninguém compra pálido velho fome e tristeza com o tabuleiro que é só, que é só um álbi para ser digno (vejo por trás vejo uma corda pendente da trave...)

E paro de repente como se, de repente, deixasse de saber escrever.

### Memória

Diante da Penitenciária há um prédio, o número 111, com uns degraus à porta. Num degrau me sentava e ou lia ou encostava a cabeça na parede e ali ficava a tarde toda de olhos postos na porta ou contra os muros do pesadelo de seis pontas.

Ficava ali atento segundo a velha usança dos ciganos que acreditam nas ondas misteriosas.

Mário Castro

• **BRAGANÇA**  
 "Mundo Rural  
 e Qualidade de Vida"  
 Vila Flor, Biblioteca  
 Esc. Secundária  
 24 de Fevereiro 21,30h

Participantes:  
 Octávio Teixeira,  
 Rui Tadeu  
 "Desenvolvimento  
 do Mundo Rural"

Mirandela,  
 Associação  
 Socorros Mútuos  
 dos Artistas de Mirandela  
 25 de Fevereiro - 15,00 h

Participante: José Brinquete, Octávio Teixeira

• **ELVAS**

"O Viver nas Cidades Hoje"

Casa da Cultura - 25 de Fevereiro - 21,00h

Participantes: Abílio Fernandes, Daniel Branco

• **ESPINHO**

"Que alternativa para o País"

Hotel Praia Golfe, Sala Costa Verde

24 de Fevereiro - 21,30h

Participantes: António Gaio, Aurélio Santos,  
 Honório Novo

• **LEIRIA**

"As funções sociais, o Estado e os cidadãos"

Ateneu Desportivo - 24 de Fevereiro - 21,30h

Participante: Luís Sá

• **LISBOA**

"Exposição Internacional de Lisboa - EXPO/98"

CT Vitória - 23 de Fevereiro - 21,00h

Participantes: Daniel Branco, Demétrio Alves,

Filipe Dias, João Amaral, Jorge Cordeiro,

José Casanova, Manuel Lopes, Rui Godinho, Silva Dias

• **LISBOA**

"Situação na Carris"

CT Vitória - 23 de Fevereiro - 18,30h

Participante: Paula Henriques

• **PORTALEGRE**

"Património Cultural e Histórico na Perspectiva da

Debate  
 com o País

para  
 uma nova  
 política



**COMÍCIO**

74º aniversário do PCP

3. MARÇO '95 (SEXTA-FEIRA) - 21.00 H.  
 COLISEU - LISBOA

COM A PARTICIPAÇÃO DE  
**CARLOS CARVALHAS**

**PCP**

**A ESQUERDA  
 NECESSÁRIA**

para uma nova política

*Humanização dos Espaços Urbanos*

Museu Municipal - 25 de Fevereiro - 16,00h

Participantes: Abílio Fernandes, Daniel Branco

• **PORTO**

"Sinistralidade no Trabalho"

Santo Ildefonso, J. de Freg. - 25 de Fevereiro - 14,30h

• **SACAVÉM**

"Emprego"

Quinta S. José - 24 de Fevereiro - 21,30h

Participante: Agostinho Lopes

• **SEIXAL**

"A luta dos trabalhadores na construção da alternativa"

Torre da Marinha, Ind. F.C. Torrense

24 de Fevereiro - 18,00h

Participante: Jerónimo de Sousa

• **TORRES NOVAS**

"Situação política e alternativa"

Auditório Museu Municipal

24 de Fevereiro - 21,30h

Participante: Vitor Dias

## Algumas iniciativas de comemoração do 74º aniversário do PCP

**Alcobaça**

Jantar, Sábado 4 de Março no Chiqueda de Alcobaça, a partir das 17 e 30, com a presença de **Luísa Araújo**, membro do Secretariado. Inscrições feitas nos locais habituais e no Centro de Trabalho.

**Ameixoeira**

Almoço-convívio, Sábado, no Centro de Trabalho do Lumiar com a presença do membro do Comité Central, **Luís Fernandes**. Contacto pelo telefone 7594550

para os camaradas Aleixo Garcia, Guerreiro ou V. Mendes. A ementa inclui borrego à alentejana, vinho, pão e fruta. 1200\$00.

**Caldas da Rainha**

Almoço-convívio, Domingo 5 de Março, no Centro de Trabalho das Caldas da Rainha com a presença de **Luísa Araújo**, membro do Secretariado.

**Montijo**

Dia 3 de Março excursão para participação no Comício no Coliseu dos Recreios em Lisboa. Inscrição no Centro de Trabalho do Montijo. Exposição sobre o Partido, no CT do Montijo, patente do dia 4 até 11 de Março. Almoço/debtae no CT do Montijo (inscrições no local) com passagem de filme sobre a vida do Partido. É no dia 5 de Março e no debate participa **Francisco Lopes** do Secretariado. Comemoração do dia do aniversário no CT do Montijo a 6 de Março.

**Peniche**

Almoço-convívio, Domingo 12 de Março, às 12 e 30 no CT de Peniche com a participação de **Albano Nunes** do Secretariado do Partido.

**Porto**

Jantar volante Sábado dia 4 de Março pelas 20 horas. Música de baile com o duo Paulo Ferreira e Dino Ferreira (ex Som Mais). Iniciativa da Direcção da Organização da Cidade do Porto.

Jantar volante com animação musical, Segunda-feira 6 de Março no CT da Boavista, a partir

das 20 horas. Organização do Sector Intelectual.

A iniciativa conta com a presença de **Octávio Teixeira**, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

**Seixal**

Almoço, Domingo 5 de Março na Quinta Valenciana com a presença de **Álvaro Cunhal**. Inscrições nos Centros de Trabalho do Concelho ou pelos telefones 2228770 e 2216952. Ementa de dois pratos (bacalhau no forno e carne assada). 2000\$00.

**Setúbal**

Almoço-convívio Domingo 5 de Março pelas 13 horas no Pavilhão das Escolas do Parque José Afonso. Participação do camarada **Edgar Correia**, membro da Comissão Política.

## Plenários, reuniões e iniciativas das organizações

**Cascais**

Debate sobre a Festa do «Avante!» com a participação de **Vitor Alves**, membro do Comité Central e da Comissão Nacional da Festa. Sexta-feira, às 20 e 30 no CT de Cascais.

Visita dos eleitos da CDU à localidade de **Outeiro de Polima** no Sábado. Carlos Sota (vereador na C. M. Cascais), Jacinta Vidal (eleita na AF de São Domingos de Rana) e António Ramos (executivo da Junta de S. D. Rana) irão ter um encontro com os moradores pelas 15 horas no Largo da Padaria.

Comemoração do Carnaval com música e petiscos no Centro de Trabalho de Cascais. Segunda-feira a partir das 21 e 30.

**Faro**

64º Aniversário do «Avante!». Convívio comemorativo, Sexta-feira, às 20 horas no Centro de Trabalho de Faro com a participação do jornalista do «Avante!», **Domingos Mealha**.

**Lisboa**

Reunião de camaradas dos Hospitais Cívicos, hoje, pelas 17 horas no Centro de Trabalho **Vitória** para debater questões profissionais e da política de Saúde, a situação política e a actividade do partido para as eleições legislativas.

**Oeiras**

Plenário da Organização de Barcarena. Sexta-feira,

às 21 horas, no CT de Tercena.

Plenário da Organização de Paço de Arcos com a participação de **Carlos Chaparro**. Sexta-feira, às 21 horas, no CT de Algés.

Plenário da Organização de Porto Salvo. Sexta-feira, às 21 horas, no CT de Porto Salvo.

Plenário da Organização de Queijas com a participação de **Jorge Cordeiro**. Sexta-feira, às 21 horas, no CT de Queijas.

Almoço da Organização da Cruz-Quebrada no CT de Algés, Sábado às 13 horas.

Plenário da Organização de Algés no CT de Algés, Sábado às 15 horas, com a participação de **Carlos Chaparro**.

**Porto**

Reunião de militantes da cidade do Porto para discutir a situação política, as propostas do PCP, as linhas de intervenção para a cidade e de animação das organizações.

Sexta-feira, às 21 e 30 no CT da Boavista com a presença de **Vidal Pinto** do CC do PCP.

Debate sobre as causas e consequências dos índices de sinistralidade nos locais de trabalho. Estarão presentes deputados, trabalhadores dos sectores mais vulneráveis e sindicalistas. Sábado às 14 e 30 na Junta de Freguesia de Stº. Ildefonso (rua Gonçalo Cristóvão, junto ao J. Notícias).

**Setúbal**

Sessão de Solidariedade com a luta dos trabalhadores. Sexta-feira, às 21 e 30 no Centro de Trabalho do PCP, Edifício Arrábida, 1º andar.

**Sintra**

Plenário de militantes da Freguesia **Agualva-Cacém**, Sexta-feira às 21 e 30 no Centro de Trabalho do Cacém com a presença do membro do Comité Central, **Romeu do Rosário**.

Plenário de militantes da Freguesia **Terrugem**, Sexta-feira às 21 e 30 no Centro de Trabalho da Terrugem com a presença de **Jaime da Mata**. Plenário dos militantes de Belas para discussão da situação política e social. Sábado às 16 horas no salão polivalentes da Junta de Freguesia de Belas (junto à URBIP), com a participação de **José Casanova**, da Comissão Política.

**PCP**

**74 Anos**

**Almoço comemorativo**

**Domingo, 5 de Março - Quinta Valenciana**  
 com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**

Presidente do Conselho Nacional do PCP

**PCP**

## TEMPOS DE ANTENA

**4ª Feira 1 de Março** **RTP-1**  
a seguir ao telejornal

RDP-Antena 1 (a seguir ao noticiário das 13.00 h)

### COMÍCIOS 74º aniversário do PCP

**Lisboa** 3 Março - 21h - Coliseu

**Porto** 12 Março - 15.30h - Parque de Expo. V.N.Gaia

# Tome nota

## Novo CT de Algueirão Mem Martins

Almoço para angariação de fundos no Domingo às 13 e 30 no restaurante «A Tendinha». A ementa inclui aperitivos, sopa de peixe, arroz de tamboril com marisco, medalhões de vitela grelhados, sobremesas, café e digestivos. Organização da Comissão de Freguesia de Algueirão Mem Martins.

## Excursão a Coruche

A organização da freguesia dos Prazeres promove uma excursão a Coruche na próxima terça-feira. Contactos pelo telefone 3972467.

## Carnaval com os Pioneiros...

Festa de Carnaval na terça-feira promovido pelo núcleo de Pioneiros da Brandoa no polivalente da localidade. Concurso de máscaras para crianças dos 4 aos 14 anos. Inscrição e informações na biblioteca Luís de Camões ou na Casa do Pioneiro da Brandoa. Telefone 4760616

## ... ou em Cascais

Organizado pelos camaradas de Cascais, a música e os petiscos farão parte do carnaval comemorados no CT local a partir das 21 e 30 do próximo Sábado.



**APOIAR O PCP**  
reforçar a CDU nas Eleições  
uma alternativa com os trabalhadores

**150**  
mil contos para o Partido

**PCP**  
CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

Todas as semanas o Partido organiza dezenas de reuniões, plenários e debates. Todos eles são espaços para dar avanço à Campanha Nacional de Fundos

## E ainda...

## Exposição sobre Manuel da Fonseca

«Uma chicotada de vento»  
Galeria da Casa da Cultura de Mora  
24 de Fevereiro a 12 de Março

## MDM visita Expo 98

Passeio do Movimento Democrático de Mulheres à zona da Expo 98 no concelho de Loures no Sábado. Contactos pelo telefons 3527853 ou fax 3525667.

## 20 Anos a viajar para Cuba

Iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Cuba que organiza uma visita cultural e turística a Cuba no período de Páscoa, de 14 a 24 de Abril. Informações e marcações pelo telefone 3857305 ou na sede, Rua Rodrigo da Fonseca, 107 r/c esquerdo.

### PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**HORIZONTAIS:** 1 - Lugar onde se vende o peixe em leilão; o que pescam os pescadores; selha larga e baixa. 2 - Posta de parte; tumores no tecido muscular. 3 - Grande extensão de água salgada; sacode; aplanada. 4 - Ministra; drama de Shakespeare; dentro do mato. 5 - O da Roca é a extremidade da serra de Sintra; dialecto falado no Sul de França na Idade Média. 6 - Nutrir; colocar; alternativa. 7 - Grande lago de água salgada no Turquestão; intestinos dos animais; veadores. 8 - Quatro romanos; exclamação ouvida nas touradas; auge (fig.). 9 - Meio ouro; bosque. 10 - Com saúde; homem respeitável; apelido do 3º governador geral do Brasil. 11 - O íntimo; grande extensão de montanhas; dádiva. 12 - Trabalhar; aquela que zela. 13 - Içar; nome de várias gramíneas; membros das aves.

**VERTICAIS:** 1 - Mistura de terra e água; desaba; festa nacional. 2 - Capa de irmandade; veado; um milheiro. 3 - Demorava-se; em segunda mão. 4 - Aspecto; comoção; escrava egípcia de Abraão e mãe de Ismael. 5 - Tântalo (s.q.); dentro do coro; quinquagésimo quinto; começo de ordem. 6 - Renumero; prep.; Prata (s.q.). 7 - Publica; cabelos brancos. 8 - Barco de recreio; aguardente de cereais; oração. 9 - Acolá; estaquem. 10 - Prep.; sossego; fimbria. 11 - Afastava-se; comisseração; incluído em tema; a mesma quantidade (farm.). 12 - Colarinho; rangíferes; presenteira. 13 - Arremedo; adágios. 14 - Corpo aeriforme; desgraça (ant.); agora. 15 - Pegas de panelas; sirva-se; quaisquer.

### SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR


**HORIZONTAIS:** 1 - Grutas; antros. 2 - Ror; Utá; Oiã. 3 - Tu; martelara; Ac. 4 - Uma; de; sã; itu. 5 - Negro; ame; solar. 6 - Orá; viola; muda. 7 - Ombro; greda. 8 - Oa; só; mu; Ge. 9 - Nó; sossegara; me. 10 - Iro; ró; só; cor. 11 - Barca; agá; leais. 12 - Adão; alado; mire. 13 - Lãs; Alarico; mau.

**VERTICAIS:** 1 - Gatuno; Aníbal. 2 - Umero; orada. 3 - Ur; ágamo; oras. 4 - Tom; ribas; Co. 5 - Orado; ora. 6 - Ré; vosso; al. 7 - Ut; af; os; ala. 8 - Ateamos; esgar. 9 - Al; el; Mg; adi. 10 - Ás; águas; oc. 11 - Noras; rol. 12 - Tia; ómega; em. 13 - Rã; ilude; Caim. 14 - Atada; moira. 15 - Secura; Perseu.

### XADREZ

DI - 23 DE FEVEREIRO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995X015  
Por: STEFAN SCHNEIDER  
Deutsche Schachzeitung, Nov. 1953

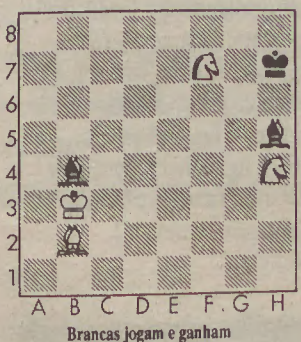
Pr: [6]: Ps. a2, f3, e5, e6 - Bc4 - R64  
Br: [4]: Cs. b6, c1 - Df2 - Rb8



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X016  
Por: HENRI RINCK  
National Zeitung, 1926

Pr: [3] Bs. b4, h5 - Rh7  
Br: [4] Cs. f7, h4 - Bb2 - Rb3



Branças jogam e ganham

### SOLUÇÕES DO Nº DI

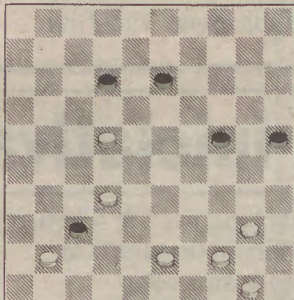
Nº 1995X015 [S. S.]: 1. Cd7!. Rd5: 2. Rg7. Bb5: 3. Cb6+. R64: 4. Cb3!. Rd3: 5. Cç5.  
Nº 1995X016 [H. R.]: 1. Cg5+!. Rh6: 2. Bç1. Ba5: 3. Ra4. Bb6: 4. Rb5. Bc7: 5. Ra6. Bb8: 6. Rb7. Bb2: 7. Cg3+ e ganha.

A. de M. M.

### DAMAS

DI - 23 DE FEVEREIRO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995D015  
Por: W. STAMM  
NL, 1935

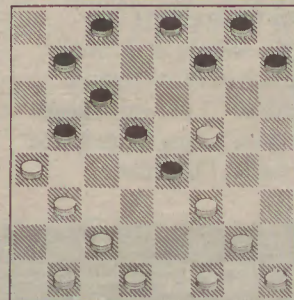
Pr: [5]: 12-13-24-25-27  
Br: [7]: 22-32-40-41-43-44-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D016  
GOLPE Nº 108  
Por: AUTOR DESCONHECIDO

1ª versão [DR. O. A. L.]: 1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 9-13, 32-28; 4. 12-16, 19-14; 5. 11-18, 21-14; 6. 6-10, 22-19; 7. 8-12, 27-23; 8. 13-18, 24-20 Diagrama.  
2ª versão [F. LAVIZZARI]: 1. 10-14, 22-18; 2. 12-16, 23-19; 3. 14-23, 28-19; 4. 6-10, 18-14; 5. 11-18, 21-14; 6. 9-13, 32-28; 7. 8-12, 27-23; 8. 13-18, 24-20 Diagrama



Branças jogam e ganham

### SOLUÇÕES DO Nº DI

Nº 1995D015 [W. S.]: 1. 32-28. (37x46=D); 2. 22-17!. (46x45); 3. 17x30. (25x34); 4. 44-40+  
Nº 1995D016 [A. D.]: 9. 12-15, 20-11; 10. 16-20, 23-16; 11. 5-9, 14-5; 12. 7-32=D+

A. de M. M.

### FILMES

#### QUINTA, 23

#### A Casa da Rua 92

«The House on 92nd Street» (EUA/1945). Real.: Henry Hathaway. Int.: William Eythe, Lloyd Nolan, Signe Hasso, Gene Lockhart. P/B, 88 min. Ver **Destaque**. (14.50, SIC)

#### Protocolo

«Protocol» (EUA/1984). Real.: Herbert Ross. Int.: Goldie Hawn, Chros Srandon, Richard Romanus, Cliff DeYoung, Gail Strickland. Cor, 91 min. **Comédia**. (21.30, Quatro)

#### Função Privada

«A Private Function» (Gr.Br./1985). Real.: Malcolm Mowbray. Int.: Michael Palin, Maggie Smith, Cenholtm Elliott, Richard Griffiths. Cor, 90 min. Ver **Destaque**. (01.50, Canal 1)

#### SEXTA, 24

#### A Cortina de Ferro

«The Iron Curtain» (EUA/1948). Real.: William Wellman. Int.: Dana Andrews, Gene Tierney, June Havoc. P/B, 87 min. **Espionagem**. (14.50, SIC)

#### O Baile dos Vampiros ou Por Favor não me Mordam no PESCOÇO

«The Fearless Vampire Killers or Pardon Me, But Your Teeth Are in My Neck» (EUA/1967). Real.: Roman Polanski. Int.: Jack MacGowan, Roman Polanski, Alfie Bass. Cor, 98 min. Ver **Destaque**. (21.30, Quatro)

#### O Meu Tio

«Mon Oncle» (Fr./1958). Real.: Jacques Tati. Int.: Jacques Tati, Jean-Pierre Zola, Adrienne Servantie, Lucien Frégis. Cor, 112 min. Ver **Destaque**. (23.50, TV 2)

#### O Assassino Sem Rosto

«Night Game» (EUA/1989). Real.: Peter Masterson. Int.: Roy Scheider, Karen Young, Richard Bradford, Paul Gleason. Cor, 91 min. **Thriller**. (01.05, Canal 1)

#### SÁBADO, 25

#### Pintura de Guerra

«Indian Paint» (EUA/1964). Real.: Norman Foster. Int.: Johnny Crawford, Jay Silverheels, Pat Hogan, Bobby Crawford, George Lewis. Cor, 91 min. **Western**. (18.15, TV 2)

#### A Glória de um Herói

«All the Right Moves» (EUA/1983). Real.: Michael Chapman. Int.: Tom Cruise, Craig T. Nelson, Lea Thompson, Charles Cioffi. Cor, 91 min. **Desportos**. (23.30, SIC)

#### A Noite de São Lourenço

«La Notte di San Lorenzo» (It./1981). Real.: Paolo e Vittorio Taviani. Int.: Omero Antonutti, Margarita Lozano, Claudio Bidagli. Cor, 103 min. Ver **Destaque**. (23.50, TV 2)

#### Mogambo

«Mogambo» (EUA/1953). Real.: John Ford. Int.: Clark Gable, Ava Gardner, Grace Kelly, Donald Sinden, Laurence Maismith. Cor, 111 min. Ver **Destaque**. (00.45, Quatro)

#### Alfredo Alfredo

«Alfredo Alfredo» (It.Fr./1972). Real.: Pietro Germi. Int.: Dustin Hoffman, Stefania Sandrelli, Carla Gravina. Cor, 103 min. **Comédia**. (01.00, Canal 1)

#### Estação de Serviço Sexy

«The Bikini Car Wash Company» (EUA/1992). Real.: Ed Hansen. Int.: Joe Dusic, Neria Napaul, Suzanne Browne, Kristie Ducati. Cor, 81 min. **Comédia**. (02.45, Canal 1)

#### DOMINGO, 26

#### A Rosa do Adro

(Port./1938). Real.: Chianca de Garcia. Int.: Maria Lalande, Elsa Romina, Oliveira Martins, Tomás de Macedo. P/B, 92 min. **Drama**. (16.20, SIC)

#### Continuaram a Chamar-lhe Trinitá

«... Continuavano a Chiamarlo Trinità» (It./1972). Real.: E. B. Clucher. Int.: Terence Hill, Bud Spencer, Jessica Du-

blin. Cor, 113 min. **«Western-Spaghetti»**. (17.10, Quatro)

#### Passagem para Marselha

«Passage to Marseille» (EUA/1944). Real.: Michael Curtiz. Int.: Humphrey Bogart, Michèle Morgan, Claude Rains. P/B, 106 min. Ver **Destaque**. (18.20, TV 2)

#### Que Paródia de Férias: Perigo - Americanos na Europa

«National Lampoon's European Vacation» (EUA/1985). Real.: Amy Hackerling. Int.: Chevy Chase, Beverly d'Angelo, Dana Hill. Cor, 94 min. **Comédia**. (21.30, SIC)

#### Na Noite do Crime

«Men at Work» (EUA/1990). Real.: Emilio Estevez. Int.: Charlie Sheen, Emilio Estevez, Leslie Hope, Keith David. Cor, 95 min. **Comédia**. (01.20, Canal 1)

#### SEGUNDA, 27

#### Os 4 da Vida Airada

«Breaking Away» (EUA/1979). Real.: Peter Yates. Int.: Dennis Christopher, Dennis Quaid, Daniel Stern, Jackie Earle Haley. Cor, 100 min. Ver **Destaque**. (14.50, SIC)

#### Tal Pai, Tal Filho

«Like Father, Like Son» (EUA/1987). Real.: Rod Daniel. Int.: Dudley Moore, Kirk Cameron, Margaret Colin, Catherine Hicks. Cor, 97 min. **Comédia**. (21.30, Quatro)

#### Por um Punhado de Dólares

«Per un Pugno di Dollari» (It./1964). Real.: Sergio Leone. Int.: Clint Eastwood, Gian Maria Volonté, Marianne Koch. Cor, 96 min. Ver **Destaque**. (22.20, SIC)

#### Estrada para Três

«Three for the Road» (EUA/1987). Real.: B. W. L. Norton. Int.: Charlie Sheen, Kerri Green, Alan Ruck, Sally Kellerman. Cor, 88 min. **Drama**. (01.05, Canal 1)

#### TERÇA, 28

#### A Mais Bela Rapariga do Mundo

«The Best Little Girl in the World» (EUA/1981). Real.: Sam O'Steen. Int.: Charles Durning, Eva Marie Saint, Jennifer Jason Leigh. Cor, 80 min. **Telefilme**. (14.50, SIC)

#### Ensaio de Orquestra

«Prova d'Orchestra» (It./1979). Real.: Federico Fellini. Int.: Baldwin Baas, Clara Colosimo, Elizabeth Lubi, Ronaldo Bonnachi. Cor, 72 min. Ver **Destaque**. (23.15, TV 2)

#### Gente Como Eu e Você

«Beautiful People» (Áfr.Sul/1974). Real.: Jamie Uys. Cor, 92 min. **«Apanhados»**. (00.55, Canal 1)

#### QUARTA, 1

#### Justine

«Justine» (EUA/1969). Real.: George Cuckor. Int.: Anouk Aimée, Dirk Bogarde, Robert Forster, Anna Karina, Philippe Noiret. Cor, 116 min. Ver **Destaque**. (14.50, SIC)

#### O Meu Primeiro Beijo

«My Girl» (EUA/1991). Real.: Howard Zieff. Int.: MacCauley Culkin, Dan Akroyd, Jamie Lee Curtis, Anna Chlumsky, Richard Masur. Cor, 102 min. Ver **Destaque**. (21.30, Quatro)

#### Homem Certo, Precisa-se

«Making Mr. Right» (EUA/1987). Real.: Susan Seidelman. Int.: John Malkovich, Ann Magnuson, Glenn Headly, Ben Masters. Cor, 92 min. **Comédia**. (01.00, SIC)

#### Enganado Para Matar

«Down Payment on Murder» (EUA/1987). Real.: Waris Hussein. **Policicial/Ação**. (01.15, Canal 1)

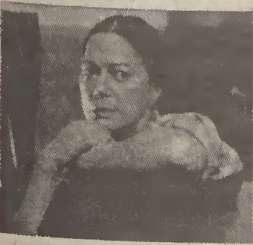
Nota: a Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 23

CANAL 1

08.00 Bom Dia  
09.00 Rua Sésamo  
09.30 Origens  
10.00 Viva a Manhã  
11.50 Culinária  
12.10 A Traidora  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Coração Selvagem  
14.15 Malha de Intrigas  
15.40 Táxi  
16.10 Cobra



«La Chunga», teatro adaptado de um livro de Vargas Llosa, com Estrela Novais: segunda na TV2

16.55 Missão Impossível  
17.55 O Melhor dos Apanhados  
18.20 Com a Verdade M' Enganas  
19.10 Desencontros  
20.00 Telejornal  
20.30 74.5 Uma Onda no Ar  
21.20 Isto Só Vídeo  
21.50 Frou-Frou  
23.55 Coisas da Vida  
00.55 24 Horas  
01.35 Remate  
01.50 Função Privada  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas  
17.00 Perigo nas Montanhas  
18.00 Infantil  
18.30 Rua Sésamo  
19.00 Um, Dó, Lí, Tá  
19.55 A Dança  
20.55 O Homem e a Cidade  
21.45 RTP/Financial Times  
22.15 TV2 Jornal  
22.30 Acontece  
22.45 Departamento de Homicídios  
23.35 Músicas da Terra  
00.25 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

11.00 Praça Pública  
11.30 O Juiz Decide  
12.00 Tropicallente  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Os Donos do Jogo  
13.50 Olhos nos Olhos  
14.50 A Casa da Rua 92  
(ver «Filmes na TV»)  
16.45 Buéréré  
17.45 Notícias  
17.50 Praça Pública  
18.20 Vidas Cruzadas  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Irmãos Coragem  
21.40 Os Trapalhões  
22.40 Alta Costura - Especial  
00.15 Último Jornal  
00.30 Internacional SIC

QUATRO

11.30 Shopping Center  
12.00 O Barco do Amor  
13.00 Jornal da Uma  
13.30 Kassandra  
14.00 Éramos Seis  
14.35 A Escolha É Sua!  
16.30 A Hora do Recreio  
17.35 Caprichos  
18.30 O Preço da Paixão  
19.25 Novo Jornal  
20.20 MacGyver  
21.15 Fora de Jogo  
21.30 Trapas & Companhia  
21.30 Protocolo  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 TVI Jornal  
00.30 Protagonistas

Sexta, 24

CANAL 1

08.00 Bom Dia  
09.00 Rua Sésamo  
09.30 Origens  
10.00 Viva a Manhã  
11.50 Culinária  
12.10 A Traidora  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Coração Selvagem  
14.15 Malha de Intrigas  
15.40 Táxi  
16.10 Cobra  
16.50 O Melhor dos Apanhados  
17.30 Missão Impossível  
18.20 Com a Verdade M' Enganas  
19.05 Desencontros  
20.00 Telejornal  
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha  
21.05 74.5 Uma Onda no Ar  
22.00 Concurso 1, 2, 3  
23.45 24 Horas  
00.25 Remate  
00.40 Contos Assombrosos  
01.05 O Assassino Sem Rosto  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas  
17.00 Uma Família Feliz  
18.00 Escola Paraíso  
18.30 Rua Sésamo  
19.00 Um, Dó, Lí, Tá  
19.45 A Magia do Cinema  
20.40 À Roda do Mundo  
21.10 Histórias Que o Tempo Apagou  
21.45 Ver Para Ler  
22.00 TV2 Jornal  
22.30 Acontece  
22.40 Quem Conta um Conto  
23.50 O Meu Tio  
(ver «Filmes na TV»)  
01.45 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

11.00 Praça Pública  
11.30 O Juiz Decide  
12.00 Tropicallente  
13.00 Notícias  
13.30 Os Donos do Jogo  
13.50 Olhos nos Olhos  
14.50 A Cortina de Ferro  
(ver «Filmes na TV»)  
16.45 Buéréré  
17.45 Praça Pública  
18.20 Vidas Cruzadas  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta  
21.25 Irmãos Coragem  
22.30 Chuva de Estrelas  
23.30 Minas e Armadilhas  
00.35 Último Jornal  
00.50 Os Donos da Bola  
01.50 Playboy

QUATRO

11.30 Shopping Center  
12.00 O Barco do Amor  
13.00 Jornal da Uma  
13.30 Kassandra  
14.00 Éramos Seis  
14.35 A Escolha É Sua!  
16.30 A Hora do Recreio  
17.35 Caprichos  
18.30 O Preço da Paixão  
19.30 Novo Jornal  
20.20 MacGyver  
21.15 Fora de Jogo  
21.30 Por Favor, Não me Mordam o Pescoço  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 TVI Jornal  
00.15 Pelo Contrário

Sábado, 25

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil  
12.30 Luta Livre Americana  
13.00 Notícias  
13.15 Made in Portugal  
13.45 Clube Disney  
15.00 Carnaval É Carnaval  
16.50 Arca de Noé  
17.50 Futebol: Benfica-Marítimo  
19.45 Totoloto  
20.00 Telejornal  
20.40 Seleção Nacional  
21.35 Noite Mágica  
22.25 Parabéns  
00.40 24 Horas  
01.00 Alfredo, Alfredo  
(ver «Filmes na TV»)  
02.45 Estação de Serviço Sexy  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Euronews  
13.00 Parlamento  
14.00 TV2 Desporto  
17.30 Para Além do Ano 2000  
18.15 Pintura de Guerra  
(ver «Filmes na TV»)  
19.55 Forum Musical  
21.10 Praia da China  
22.00 TV2 Jornal  
22.30 Dinheiro em Caixa  
23.15 TV2 Desporto  
23.50 A Noite de S. Lourenço  
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré  
13.00 Portugal Radical  
13.30 Mini-Chuva de Estrelas  
14.30 Tropicallente  
15.20 Dra. Quinn  
16.10 Os Imortais II  
17.00 Muita Lôco  
18.00 Vidas Cruzadas

Domingo, 26

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil  
12.30 Sem Limites  
13.00 Notícias  
13.15 Top +  
14.20 86-60-86  
15.00 Carnaval  
17.25 A Grande Pirâmide  
17.50 Futebol: Boavista-Sporting  
19.45 Joker  
20.00 Telejornal  
20.45 Casa Cheia  
21.25 Eu Tenho Dois Amores  
22.30 Domingo Desportivo  
24.00 No Calor da Noite  
00.45 24 Horas  
01.20 Na Noite do Crime  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear  
09.30 Caminhos  
10.00 Novos Horizontes  
10.35 70 x 7  
11.00 Missa  
12.00 Regiões  
13.00 Euronews  
14.00 TV2 Desporto  
17.30 Para Além do Ano 2000  
18.20 Passagem Para Marselha  
(ver «Filmes na TV»)  
20.10 Música ao Domingo  
21.10 Gente Remota  
22.00 TV2 Jornal  
22.30 Sempre ao Domingo - Sobre os fotógrafos Sebastião Salgado e Annie Leibovitz

SIC

11.00 Buéréré  
13.00 Mini-Chuva de Estrelas  
13.50 National Geographic  
14.40 Um Trovão no Paraíso  
15.30 Walker, o Ranger do Texas

Segunda, 27

CANAL 1

08.00 Bom Dia  
09.00 Gato Félix  
09.30 Origens  
10.00 Viva a Manhã  
11.50 Culinária  
12.10 A Traidora  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Coração Selvagem  
14.15 Malha de Intrigas  
15.40 Táxi  
16.10 Cobra  
16.50 O Melhor dos Apanhados  
17.30 Missão Impossível  
18.20 Com a Verdade M' Enganas  
19.05 Desencontros  
20.00 Telejornal  
20.30 74.5 Uma Onda no Ar  
21.20 Nico d' Obra  
21.50 Zona + Carlos Cruz  
23.30 Nas Teias da Lei  
00.10 24 Horas  
00.50 Remate  
01.05 Estrada para Três  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas  
17.00 A Casa do Caçador  
18.10 Escola Paraíso  
18.40 Rua Sésamo  
19.10 Um, Dó, Lí, Tá  
20.15 Zero de Audiência  
20.45 Magazine - «Saúde»  
21.15 Música dos Outros  
21.45 Ver para Ler  
21.45 RTP/Financial Times  
22.00 TV2 Jornal  
22.30 Acontece  
22.45 Teatro: «La Chunga»  
00.55 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

11.00 Praça Pública  
11.30 O Juiz Decide  
12.00 Tropicallente  
13.00 Notícias  
13.25 Os Donos do Jogo  
13.50 Olhos nos Olhos  
14.50 Os 4 da Vida Airada  
(ver «Filmes na TV»)  
15.45 Buéréré  
16.45 Notícias  
17.50 Praça Pública  
18.20 Vidas Cruzadas  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Irmãos Coragem  
21.50 Ora Bolas, Marina  
22.10 Labirinto  
23.00 O Senhor Que se Segue  
00.10 Freiras em Fuga  
01.15 Último Jornal  
01.30 O Rei da Rádio

QUATRO

09.00 Momentos Musicais  
09.30 Shopping Center  
10.00 Clube da Manhã  
12.00 O Barco do Amor  
13.00 Jornal da Uma  
13.30 Kassandra  
14.00 Éramos Seis  
14.35 Esquadrão Classe A  
15.15 A Escolha É Sua!  
16.15 A Hora do Recreio  
17.35 Caprichos  
18.30 O Preço da Paixão  
19.30 Novo Jornal  
20.00 Éramos Seis  
20.20 MacGyver  
21.15 Fora de Jogo  
21.30 Amigos para Sempre  
23.30 TVI Jornal  
00.15 Jornal de Negócios  
01.00 Sinais e Leis

QUATRO

09.00 Momentos Musicais  
09.30 Shopping Center  
10.00 Clube da Manhã  
12.00 O Barco do Amor  
13.00 Jornal da Uma  
13.30 Kassandra  
14.00 Éramos Seis  
14.35 Esquadrão Classe A  
15.15 A Escolha É Sua!  
16.15 A Hora do Recreio  
17.35 Caprichos  
18.30 O Preço da Paixão  
19.30 Novo Jornal  
20.30 MacGyver  
21.30 Tal Filho, Tal Pai  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 TVI Jornal  
00.15 Prolongamento

Terça, 28

CANAL 1

08.00 Bom Dia  
09.00 Rua Sésamo  
09.30 Origens  
10.00 Viva a Manhã  
11.50 Culinária  
12.10 A Traidora  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Coração Selvagem  
14.15 Malha de Intrigas  
15.40 Táxi  
16.10 O Melhor dos Apanhados  
16.40 Carnaval  
17.35 Cobra  
18.20 Com a Verdade M' Enganas  
19.10 Desencontros  
20.00 Telejornal  
20.30 74.5 Uma Onda no Ar  
21.30 A Mulher do Sr. Ministro  
22.00 Cabaret  
23.00 Carnaval no Rio  
00.40 24 Horas  
01.20 Remate  
01.35 Gente Como Eu e Você  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas  
17.05 A Vida Continua  
18.10 Rua Sésamo  
19.00 Um, Dó, Lí, Tá  
21.05 Rotações  
22.00 TV2 Jornal  
22.30 Acontece  
22.50 Magazine - «Cinema»  
23.15 Ensaio de Orquestra  
(ver «Filmes na TV»)  
00.55 Alta Frequência: «Bryan Adams»

SIC

11.00 Praça Pública  
11.30 O Juiz Decide  
12.00 Tropicallente  
13.00 Notícias  
13.30 Os Donos do Jogo  
14.00 Olhos nos Olhos  
14.50 A Mais Bela Rapariga do Mundo  
(ver «Filmes na TV»)  
16.45 Buéréré  
17.50 Praça Pública  
18.20 Vidas Cruzadas  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Irmãos Coragem  
21.50 Ora Bolas, Marina  
22.10 Labirinto  
23.00 O Senhor Que se Segue  
00.10 Freiras em Fuga  
01.15 Último Jornal  
01.30 O Rei da Rádio

QUATRO

09.00 Momentos Musicais  
09.30 Shopping Center  
10.00 Clube da Manhã  
12.00 O Barco do Amor  
13.00 Jornal da Uma  
13.30 Kassandra  
14.00 Éramos Seis  
14.35 Esquadrão Classe A  
15.15 A Escolha É Sua!  
16.15 A Hora do Recreio  
17.35 Caprichos  
18.30 O Preço da Paixão  
19.30 Novo Jornal  
20.00 Éramos Seis  
20.20 MacGyver  
21.15 Fora de Jogo  
21.30 Amigos para Sempre  
23.30 TVI Jornal  
00.15 Jornal de Negócios  
01.00 Sinais e Leis

Quarta, 1

CANAL 1

08.00 Bom Dia  
09.00 Rua Sésamo  
09.30 Origens  
10.00 Viva a Manhã  
11.50 Culinária  
12.10 A Traidora  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Coração Selvagem  
14.15 Malha de Intrigas  
15.40 Táxi  
16.10 Cobra  
16.50 O Melhor dos Apanhados  
17.30 Missão Impossível  
18.10 Com a Verdade M' Enganas  
19.10 Desencontros  
19.50 Vamos Jogar no Totobola  
20.00 Telejornal  
20.50 Futebol - Milão-Benfica  
23.00 74.5 Uma Onda no Ar  
23.50 24 Horas  
00.30 Remate  
00.45 Enganado para Matar  
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

16.00 Televidas  
17.00 A Sombra da Dúvida II  
18.05 Escola Paraíso  
18.30 Rua Sésamo  
19.00 Um, Dó, Lí, Tá  
19.50 O Domínio dos Mares  
20.45 Universidade Aberta  
21.15 Magazine - «Ver Artes»  
21.40 Ver para Ler  
22.00 TV2 Jornal  
22.30 Acontece  
22.45 Reportagem  
23.40 Milongo  
00.30 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

11.00 Praça Pública  
11.30 O Juiz Decide  
12.00 Tropicallente  
13.00 Notícias  
13.30 Os Donos do Jogo  
13.50 Olhos nos Olhos  
14.50 Justine  
(ver «Filmes na TV»)  
16.45 Buéréré  
17.50 Praça Pública  
18.20 Vidas Cruzadas  
19.25 O Juiz Decide  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Irmãos Coragem  
21.50 All You Need Is Love  
22.40 Casos de Polícia  
23.45 Último Jornal  
24.00 Tostões e Milhões  
01.00 Homem Certo, Precisa-se  
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.00 Momentos Musicais  
09.30 Shopping Center  
10.00 Clube da Manhã  
12.00 O Barco do Amor  
13.00 Jornal da Uma  
13.30 Kassandra  
14.00 Éramos Seis  
14.35 Esquadrão Classe A  
15.15 A Escolha É Sua!  
16.15 A Hora do Recreio  
17.35 Caprichos  
18.30 O Preço da Paixão  
19.30 Novo Jornal  
20.20 MacGyver  
21.30 O Meu Primeiro Beijo  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 TVI Jornal  
00.15 Prós e Contras



O trabalho de Sebastião Salgado, um dos grandes fotógrafos do nosso tempo, em foco no próximo «Sempre ao Domingo», de Maria João Seixas

16.20 A Rosa do Adro  
(ver «Filmes na TV»)  
18.00 Vidas Cruzadas  
20.00 Jornal da Noite  
20.40 Médicos Sem Fronteiras  
21.30 Que Paródia de Férias - Perigo: Americanos na Europa  
(ver «Filmes na TV»)  
23.55 Último Jornal  
00.10 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã  
11.30 Informação Religiosa - Missa  
13.30 Jornal do País  
14.00 Portugal Português  
15.30 Babylon 5  
17.10 Continuaram a Chamar-lhe Trinitá  
19.25 Novo Jornal  
20.00 Bang Bang  
20.35 O Agente Especial  
21.30 Doutores e Engenheiros  
23.00 O Novo Ciclo  
24.00 Últimas Notícias  
00.15 Jornal do Mundo



Aventuras no colégio reinvidem a TVI: «Os Caloiros», «Os Jovens Universitários»...

## Por isto e por aquilo...

### A Casa da Rua 92

(Quinta, 14.50, SIC)

Inserindo com eficácia os mecanismos próprios do cinema *documental* numa obra de ficção, *A Casa da Rua 92* é uma hábil reconstrução, baseada em factos reais, de um caso de contra-espionagem do FBI, através de um agente duplo funcionando para o desmascaramento e destruição de uma rede nazi operando em Nova Iorque.



Roman Polanski, realizador de «O Baile dos Vampiros»

### Função Privada (Quinta, 01.50, Canal 1)

Filme de estreia de um reputado autor da televisão britânica - Allan Bennett - e do jovem realizador Malcolm Mawbrey, o seu argumento situa-se no período de austeridade e racionamento imediatamente posterior à II Guerra Mundial em Inglaterra, com o corrupto aproveitamento dessa situação por um punhado de *notáveis*. Tendo sido escolhido pelos autores um assumido tom de sátira e comédia, certamente que o que vem à superfície é a atmosfera, por vezes irresistível mas cruel, do *humor negro* bem britânico, justamente assinalado pelas referências.

### O Baile dos Vampiros ou Por Favor não me Mordam no Pescoço (Sexta, 21.30, Quatro)

Considerado um dos melhores filmes de sempre dedicados ao vampirismo, é interessante que Polanski tenha escolhido o tom da sátira para melhor construir esta inteligente mescla da *comédia* com o *filme de terror*. O argumento parte dos esforços de investigação levados a cabo pelo professor Abronsius e pelo seu jovem assistente Alfred - na realidade, um dueto bem desastrado e idiota - que se deslocam a uma aldeia da Transilvânia para aí verificarem a existência dos vampiros, até que, na tentativa de seguir o rasto da bela filha de um estalajadeiro, vão parar ao castelo do conde von Krolock, onde nessa noite são surpreendidos pelo baile anual dos vampiros... Depois de várias peripécias impagáveis - e tendo conseguido salvar a jovem rapariga - eis que agora, de repente, se deparam com o pequeno problema de ela ter sido já vampirizada, com as consequências que facilmente se adivinham... Um obra-prima de um brilhante realizador europeu.



Federico Fellini, realizador de «Ensaio de Orquestra»

Este é certamente um dos melhores filmes realizados por um cineasta invulgar e relativamente marginal como é Jacques Tati - aqui mais uma vez na pele do Sr. Hulot, que vai regularmente visitar a sua irmã, casada com um industrial de plásticos, e que habita uma vivenda rodeada dos mais espantosos e problemáticos electrodomésticos. Uma fábula notável e de grande intensidade cómica sobre a sociedade de consumo invadida pelas novas tecnologias e onde a *piroseira* e o *novo-riquismo* são impiedosamente tratados. Embora eventualmente envelhecido, a não perder.

### A Noite de São Lourenço

(Sábado, 23.50, TV 2)

Através do relato das memórias de uma mulher e



Ava Gardner, Grace Kelly e Clark Gable, intérpretes principais de «Mogambo», de John Huston

dos incidentes que a rodearam e aos seus quando tinha 6 anos de idade, os irmãos Paolo e Vittorio Taviani transportam-nos neste filme admirável ao Verão de 1944 e a uma aldeia da Toscana durante a II Guerra Mundial, quando o ocupante nazi se preparava para abandonar a região face ao avanço das tropas norte-americanas - o que incluía a minagem das casas para as fazer explodir antes da fuga. Uma história trágica e dramática, de um realismo alucinante - baseada nas próprias memórias de adolescentes dos dois cineastas - mas em que a finura do tom por vezes cómico que envolve as personagens denota, ao mesmo tempo, um extremo amor pelo povo e pela sua identidade cultural, qualidades permanentes na sua obra. Fabulosamente fotografado, o filme faz em certa medida lembrar, nos sentimentos que desperta, essa outra obra-prima de Jean Renoir que foi *A Grande Ilusão* - esta situada na época da I Grande Guerra. Indispensável.

### Mogambo (Sábado, 00.45, Quatro)

Situada em pleno Quênia, esta emocionante história de paixões tórridas vem cruzar, nos seus caminhos, duas mulheres e um caçador cuja profissão é a captura de animais para os jardins zoológicos. Vagamente inspirado num anterior filme (*Red Dust*) de Victor Fleming - passado na Indochina e também protagonizado por Clark Gable mas em que o papel da mulher dura era desempenhado por Jean Harlow e o da mulher frágil por Mary Astor - *Mogambo* tem respectivamente em Ava Gardner e Grace Kelly duas brilhantes intérpretes que dão corpo a um tema caro a John Huston: as consequências de um momento trágico no comportamento dos indivíduos e da progressiva tomada de consciência destes perante si próprios e os outros.

### Passagem para Marselha

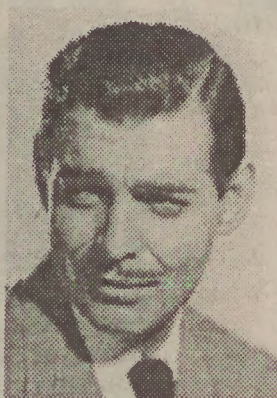
(Domingo, 18.20, TV 2)

O duplo *flash-back* a partir do qual está construído o filme - não completamente resolvido do ponto de vista da escrita cinematográfica - ensombra de certo modo a linearidade da narrativa. Entretanto e mesmo assim, o habitual «toque» de Michael Curtiz e um grupo de actores de primeira água transmitem a este filme com acção localizada durante a II Grande Guerra o habitual fascínio do cinema deste período.

### Os 4 da Vida Airada

(Segunda, 14.50, SIC)

Quatro jovens oriundos da classe operária são obrigados, por motivos relacionados com a sua situação económica, a deixar a frequência da universidade e a procurar na competição desportiva (no caso, ciclista) uma razão de afirmação pessoal. Um filme bastante interessante - com conhecidos actores em início de carreira - embora algo ingénuo e construído com alguma lentidão. Já previsto para transmissão há mês e meio no mesmo canal, nova-



mente se refere que mereceria um horário de transmissão mais apropriado se a política de programação das nossas televisões não fosse baseada em predominantes critérios sensacionalistas e oportunistas.

### Por um Punhado de Dólares

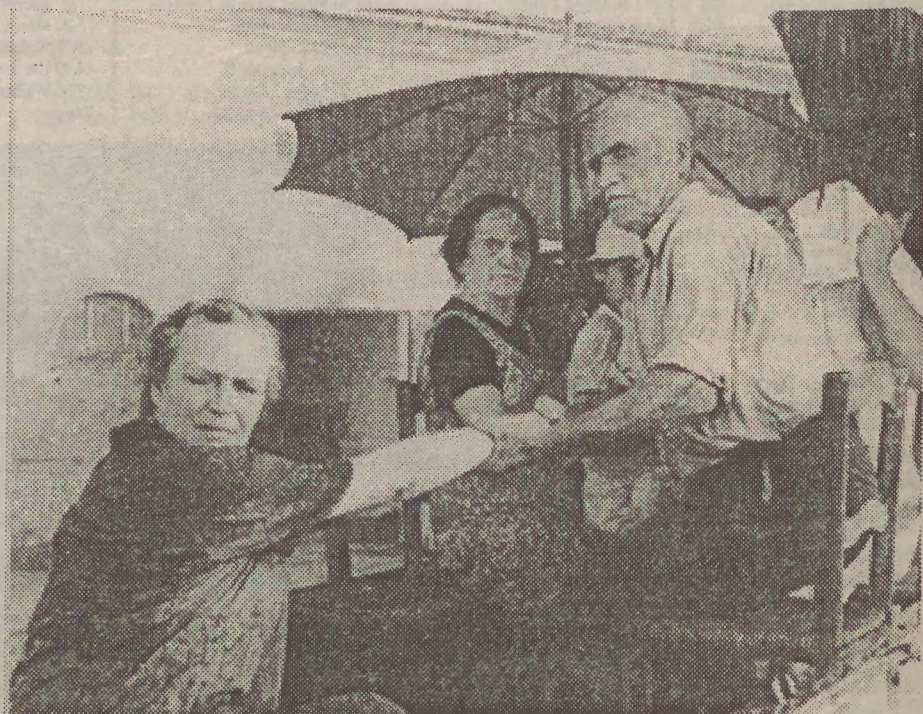
(Segunda, 22.20, SIC)

Vários ingredientes tornaram este filme um *objecto de culto*: o facto de ter inaugurado o ciclo do chamado *western spaghetti*, o início da fulgurante carreira de Clint Eastwood e a afirmação no cinema internacional de talentos como os do realizador Sergio Leone e do compositor Ennio Morricone. A rever.

### Ensaio de Orquestra

(Terça, 23.15, TV 2)

Parábola sobre a sociedade contemporânea - como é quase sempre o caso dos filmes de Fellini - este *Ensaio de Orquestra* foi especialmente realizado para a televisão italiana, o que está, aliás, adequado ao seu próprio argumento em que uma equipa de televisão faz uma reportagem sobre o ensaio de uma orquestra reputada. Mas, aos rituais habituais destes eventos, a reportagem privilegia os conflitos entre os músicos e os patronos da orquestra, com a intervenção dos sindicalistas ou a contestação ao maestro, o qual não resiste a evocar um passado de disciplina e ordem... Com momentos impagáveis e extremamente bem



Um fotograma de «A Noite de São Lourenço», dos irmãos Paolo e Vittorio Taviani

observados, *Ensaio de Orquestra* não é, entretanto, dos filmes mais totalmente conseguidos do grande cineasta.

### Justine (Quarta, 14.50, SIC)

Tudo se passa na Alexandria, em 1938, quando um jovem poeta inglês (Michael York), instigado por um agente do consulado britânico (Dirk Bogarde), tem uma ligação com a bela mulher de um banqueiro (Anouk Aimée) para averiguar os meandros de um *complot* contra os interesses dos ingleses, tendo aquela sido presa e este partido de novo para Inglaterra. Embora recheado de belas imagens e boas interpretações, trata-se de um filme desigual e que não faz justiça à escrita original de Lawrence Durrell - embora as culpas não possam recair totalmente sobre George Cuckor, que apenas foi contratado para terminar algo que havia sido mal começado por um outro realizador menor, Joseph Strick.

### O Meu Primeiro Beijo

(Quarta, 21.30, Quatro)

A história deste filme centra-se à volta das interrogações de dois jovens pré-adolescentes (excelentemente interpretados por Anna Chlumsky e MacCauley Culkin - este no primeiro filme a seguir a *Sozinho em Casa*) acerca do mundo dos adultos. Uma comédia dramática realizada por Howard Zieff com bom gosto e sensibilidade, embora por vezes rodeada de elementos dramáticos e narrativos fortemente previsíveis.

■ Francisco Costa

# Um tiro na objectiva

Quando, na passada segunda-feira de manhã, o Fórum-TSF transmitiu um interessante e revelador debate sobre o actual panorama da televisão em Portugal, foi sintomático constatar que, com uma ou duas únicas excepções, se assistia a uma generalizada e fortíssima contestação, por parte dos ouvintes do mesmo programa, aos critérios de programação pelos quais hoje se regem os responsáveis dos vários canais, desde os do «serviço público» aos dos «privados» - o que vem, afinal, demonstrar a inteira razão que assiste à crítica televisiva na denúncia desses critérios.

Mas foi também possível ouvir-se um representante de uma associação de telespectadores - cujas intervenções públicas se têm, aliás, pautado pela justa e criteriosa expressão da indignação que hoje abrange uma larguíssima camada de espectadores - vir ainda sublinhar um aspecto positivo da abertura da televisão à iniciativa privada, a saber: a potencial criação de alternativas à informação governamentalizada que sempre foi associada à RTP, com particular agravamento no longo consulado de Cavaco Silva. O que constitui a ilusória repetição, hoje já inteiramente desajustada, de um lugar-comum e de uma ideia feita que os últimos desenvolvimentos da televisão no nosso país se têm encarregado de desmentir com fragor.

os, ler nos jornais ou ver nas televisões algo mais do que falar-se do PSD - sem esquecer as prolongadas previsões das vésperas e os não menos longos e inevitáveis rescaldos do pós-Congresso?! Ou de se ter criado, pelo bloqueamento nas ruas para a passagem das *limousines* dos chefes e outros notáveis pêpêdistas, um tal condicionamento do trânsito em total desprezo pela liberdade de circulação dos cidadãos?!

## Onde está o fim da ideologia?

A explicação desta verdadeira anormalidade em democracia vamos encontrá-la, no que à TV se refere, num outro tipo de condicionantes.

plaramente nas constantes manobras de recomposição e adaptação do seu aparelho ideológico por excelência - a televisão.

## Um problema de ética e profissionalismo

Perante esta crua e objectiva realidade que aqui se procurou ao de leve desvendar, perguntar-se-á então se o que de escandaloso se passou em relação à tentacular cobertura informativa do Congresso do PSD poderia ter tido, em termos práticos, contornos diferentes. Dir-se-ia que não.

Uma coisa é, face à inegável importância de um acontecimento político como este, no plano dos princípios e da ética admitir-se como aceitável e possível ter sido pensada, pelas televisões, uma cobertura razoavelmente proporcional a essa importância, se sensatamente correspondente ao tratamento dispensado a idênticas iniciativas de outros partidos políticos. Mas o que parece sensato, aceitável e possível não é, neste estado de coisas, provável, como ficou amplamente demonstrado.

Seria ingénuo pensar-se que, face às referidas condicionantes actuais, tal ou tal canal pudesse mascarar de forma diferente esta natural apetência e necessidade imperiosa para seguir o espectáculo do Poder e dele ser, ao mesmo tempo, autor, actor e encenador - e, a não ser assim, contraditoriamente arrogar-se poder escapar à lógica e dinâmica implacável, experimentada no concreto, minuto a minuto, hora a hora, que a situação de concorrência no próprio terreno da compita implicava e multiplicava.

Por dois simples motivos: por um lado, são essas as inevitáveis apostas estratégicas e supra-estruturais dos donos e senhores dos vários canais; e, por outro lado, também estes não apenas geraram como nessa perspectiva estimularam à partida a formação de uma legião de pequenos homens de mão no terreno - um conjunto de apressados profissionais que, exceptuados os casos singulares de discernimento face ao que é essencial e ao que é acessório, tam-



A unanimidade na diversidade...

## Um escândalo nacional

Bastaria ter assistido à longa maratona televisiva da «cobertura noticiosa» ao último Congresso do PSD - por dever de ofício ou por um natural fenómeno de artificial engodo, pérfida e estrategicamente criado pelo partido do Governo e de forma cúmplice aceite pela comunicação social em geral - para imediatamente concluir que a extensa presença de um tão elevado número de jornalistas, comentadores e técnicos no Coliseu dos Recreios, muito mais do que apenas significar uma natural mobilização de profissionais e meios para noticiar um acontecimento político de evidente importância nacional ultrapassava em muito os limites da decência para passar a configurar um verdadeiro escândalo nacional, em tudo impróprio de um país democrático onde, na realidade quotidiana, se confrontam diversas perspectivas e propostas para a resolução dos problemas sociais, políticos, económicos e culturais desse país.

Quem de repente tivesse aterrado no aeroporto de Lisboa e mais tarde dado uma olhadela ao televisor do quarto do hotel enquanto desfazia as suas malas de viagem certamente se interrogaria se teria afinal chegado a um país do chamado «mundo ocidental e democrático» ou se um inesperado desvio de rota - a que não tinha dado importância por vir a dormir no avião - o teria feito de repente mergulhar numa qualquer «república das bananas» submetida a um qualquer «regime totalitário». E que, nem mesmo nos EUA, onde o fenómeno de mediatização da vida política atinge os cumes do intolerável, tal teria sido possível! E muito menos na Europa onde, apesar de todos os recuos em matéria de democratização e dignificação do audiovisual, o esforço de respeito pela opinião pública ainda pesa fortemente no atenuamento de idênticas tentações.

Na realidade - e a memória colectiva não pode ser assim tão curta - alguém se lembra de a televisão fascista ter feito uma tal cobertura a propósito de um congresso da União Nacional, como justamente alegava em protesto um «popular» ouvido nas imediações do Coliseu num apontamento de reportagem da TVI transmitido às três da manhã?! Ou de a «televisão única», já em tempo de democracia, se ter sequer arriscado a algo de semelhante - mesmo dando de barato, por exemplo, esse outro escândalo ocorrido à volta do sinistro aproveitamento político do funeral de Sá Carneiro, em vésperas de eleições? Ou de ter sido durante três dias inteiros e durante horas a fio tão objectivamente impossível ouvir nas rádi-

Em primeiro lugar, ela é inerente à própria situação criada - e altamente previsível - a partir do momento em que a «televisão privada» foi institucionalizada no nosso país: rapidamente tudo descambou, num primeiro momento, para um generalizado fenómeno de mimetismo entre as várias grelhas de programas, suscitada pela própria estratégia antecipadamente estabelecida pela RTP ao nivelar por baixo o terreno da concorrência, lá onde aquela suporia poder levar vantagens - o que constituiu, a prazo, um crasso erro de avaliação. E não é o ilusório e conjuntural «sucesso popular» desta estratégia, artificialmente alimentado pelos «estudos de audiências» (porque apoiados em algumas centenas de dispositivos técnicos montados em outros tantos lares, mas não cientificamente representativos do largo espectro cultural de milhões de espectadores) que poderá contrariar uma tendência já por muitos notada e tendencialmente crescente para a progressiva rejeição do actual estado de coisas.

Em segundo lugar, ela radica nos critérios de informação que, numa primeira fase, ainda puderam dar a ilusão de sintonia com o pluralismo de opiniões existentes no «país real» mas que (bastaram um, dois anos!) de novo voltaram a aproximar-se e a identificar-se no sentido de um mesmo modelo informativo extensivo a todos os canais.

Em terceiro lugar, ela deixa transparecer a irreprimível vocação do partido no Poder para tudo governamentalizar, o que de forma significativa extravaza já da simples tentação de controlar a RTP, só aparentemente mais à mão.

Em boa verdade, o que hoje se passa com a RTP é um reflexo mais da tentacular fusão do Partido com o Estado - geradora de todos os desvios totalitários. Mas o problema é mais vasto. Sendo o Estado, assim entendido, uma alavanca fundamental do grande Capital, não é menos natural que esta estratégia de seguidismo face ao Poder (e aos seus vários representantes) deixe de ser mera exclusividade da RTP para também, mais claramente, de novo voltar a ser adoptada pelos canais privados nascidos dos jogos estratégicos do Capital travados nesse tabuleiro do mesmo Poder. Então, este outro aspecto da realidade televisiva não é mais do que uma outra face, cada vez mais visível, da fusão do Capital com o Estado.

Não é assim de estranhar que as desesperadas tentativas de recomposição e arrumação da burguesia, ensaiadas nos recentes e dramatizados congressos do CDS/PP e do PPD/PSD, independentemente de todas as suas flagrantes contradições, venham agora reflectir-se exem-

bém ávidos se revelam de um súbito protagonismo e, pela sua inexperiência política, tudo são levados a reduzir à fulanização e hipocrisia das movimentações de bastidores ou da ribalta, claramente formados que foram no «caldo de cultura» do cavaquismo.

É por isto que esta forma de estar no jornalismo se revela totalmente imune à indigna realidade de Congressos em que são previamente impedidas pelo Chefe alterações aos textos programáticos; em que são atropeladas pela Mesa disposições regimentais; em que as pessoas vêm à tribuna terçar armas por tal ou tal personalidade mas nem uma ideia, princípio ou proposta de fundo estão interessadas em propor, defender ou discutir; em que passa em claro a golpada de um «reputado semanário» ao imprimir uma «sondagem» politicamente orientada na própria noite em que o Congresso se inicia; ou em que não é objecto de indignação a circunstância de um conhecido analista político ser pago por uma estação de rádio e uma estação de televisão e, ao mesmo tempo, ser parte interessada nos seus resultados e apoiante expresso de uma das «candidaturas»!

## Uma faca de dois gumes

Que uma tal cobertura mediática do Congresso do PSD venha a obter os resultados ansiados é coisa que, sem qualquer voluntarismo, deve ser colocada entre parêntesis. É altamente provável que, desta vez, o exagerado sublinhar da estratégia tenha saído furado ao Poder e que, à semelhança dos «tiros nos pés» que vieram estragar a máscara de plástico de um partido e de um Governo claramente divididos, a expressão totalitária de que se revestiu essa cobertura venha a suscitar a frontal rejeição de largos sectores da população e, portanto, do eleitorado - constituindo, muito mais, um verdadeiro tiro na objectiva.

É que já nem mesmo os seguidores e defensores dos embustes de MacLuhan têm, hoje, qualquer safa ou álibi. Se, por hipótese aberrante, «o meio é a mensagem», como é possível vender a mensagem quando o meio se revela tão repelente?

É talvez sobre isso que, neste momento, deve estar a falar com os seus botões, por exemplo Pacheco Pereira. Sem deixar, claro está, de ceder ao fascínio de ir «fazer uma peminha» ao Flash-Back!

A tentação da carne é muito má...

# de FOICE

## O Congresso

Falar do 17º Congresso do PSD, ocorrido o fim-de-semana passado, é como farejar pistas no rasto duma manada de elefantes.

Do ponto de vista informativo, nada ficou de pé: credibilidade, independência, objectividade, distanciamento jornalístico, simples bom senso. A generalidade dos órgãos de Comunicação Social entrou num tal frenesim pêpêdê, que o conhecido controlo cavaquista sobre importantes sectores informativos nacionais pareceu, de repente, afirmar-se total e omnisciente. Jornais, rádios e televisões entregaram-se tão completamente ao acontecimento, que o Congresso mais parecia uma revolução a abalar o mundo, sem que alguém tivesse, ao menos, a noção do ridículo.

Sem que alguém se apercebesse que nem a Comunicação Social em peso pode, de repente, resumir a vida dum País aos despiques duma satrapia, sob pena de se desacreditar a si própria.

Transmutações dessas, só Deus, que não faz jornalismo. Transmutações dessas, nem o regime fascista, que se julgava Deus.

Em relação às televisões, chegou-se ao paroxismo. Aquilo mais parecia a cobertura do Congresso de Nuremberga embora, pobres diabos, sem o talento da Leni Riefenstahl. Não que lhes falhasse a abundância de câmaras, o empenho no enquadramento do chefe, o fascínio pelo ritual, a febre na glorificação do evento, o delírio audiovisual pelo partido em Congresso.

Aí, foram esforçados discípulos, todos a mover, atarantados, os meios de que cada emissora dispunha para mostrar que mostravam mais que o vizinho. O resultado foi a mais formidável mediocridade na história das transmissões televisivas em Portugal, com os três canais, durante três dias, ao longo de dezenas de horas a fio de emissões em directo, a fazer as mesmas entrevistas, a filmar os mesmos ângulos, a destacar os mesmos rostos, a perseguir as mesmas fofocas, a dizer as mesmas superficialidades, a pular no mesmo contentamento, a cansar, até ao vômito, um País inteiro - desapossado, sem sombra de respeito, durante todo um fim-de-semana, até dos pobres entretenimentos com que os três canais igualmente disputam a liderança do embrutecimento nacional.

Chore, finalmente, o defunto, quem ainda permanecia no equívoco da "informação alternativa" gerada pela abertura da televisão aos privados.

Valeu-nos, na inevitabilidade, o próprio Congresso. Um Congresso do Pêpêdê nunca desilude, ainda para mais com a veterania de 17 encenações em 20 anos. Nele, há sempre um de dois objectivos: um chefe indiscutível ou um chefe a discutir. O 17º requintou: o chefe indiscutível exigiu chefes discutíveis e deixou toda a gente à nora. A coisa não tinha precedentes, e como assim nem o chefe morre nem o congressista almoça, jantaram todos imenso. Quem mais garfos juntasse, é que ganhava. Quando chegaram ao Coliseu, estavam todos a limpar-se àquele guardanapo que o chefe lhes arranjava. Mas quem se babava era ele.

Assistiu-se, assim, ao insólito espectáculo de um Congresso que se realiza porque o chefe mandou... arranjar outro chefe. Pelo que os candidatos obedeceram e avançaram, concordando num ponto: o chefe era o maior. Dizer isto, interminavelmente, ao longo de três dias, chamava-se "debate de ideias"; chefe e chefinhos a abraçarem-se muito no final, fez prova da "grande unidade do partido"; ficar, o vencedor, sujeito a um programa de acção definido pelo chefe auto-afastado, demonstrou "a vitalidade democrática do congresso e do partido".

Pôr um povo inteiro ao ritmo de tal grotesco, mostra como Cavaco Silva não se afastou de nada: nem do partido que utiliza sem escrúpulos, nem da miséria, também intelectual, que entranhou no País.

■ HC

## Com a Sala do Senado cheia PCP promove debate sobre recuperação de clandestinos

Presidentes de câmaras, vereadores e outros eleitos autárquicos, membros de associações de proprietários (fizeram-se representar 64 associações) e técnicos ligados à administração urbanística encheram segunda-feira a Sala do Senado, na Assembleia da República, para participar num encontro sobre a legalização e recuperação de loteamentos ilegais.

A iniciativa partiu do Grupo Parlamentar do PCP, que, na ocasião, deu a conhecer - suscitando simultaneamente o debate entre os presentes -, as linhas gerais de duas iniciativas legislativas da sua autoria relacionadas com esta matéria.

Trata-se, num caso, de um projecto de lei que estabelece normas que visam facilitar as operações de licenciamento, de registo e notariais do processo de legalização de loteamentos ilegais; no outro, igualmente sob a forma de projecto de lei, em causa está a criação de um Programa Especial de Reconversão dos Loteamentos Ilegais.

Depois da apresentação dos dois diplomas, a cargo do deputado Luís Sá, seguiu-se um período de animado debate no decorrer do qual vários intervenientes se pronunciaram sobre

as iniciativas em causa, trazendo simultaneamente para o centro da reflexão comum as suas próprias experiências e problemas relacionados com a recuperação de loteamentos ilegais.

Nota comum, realçada em

difficultades que se têm colocado nos processos de recuperação e legalização dos bairros de génese ilegal.

Dessas mesmas dificuldades, em impressionantes testemunhos, falaram vários oradores, de

vivem centenas de milhares de pessoas.

Um enorme esforço financeiro - e esta foi uma ideia central partilhada pelos presentes - que, apesar do seu volume, carece de um maior número de apoios,



PCP avança com iniciativas legislativas de apoio à recuperação e legalização de loteamentos ilegais e promove debate com eleitos autárquicos, técnicos e associações de proprietários

elevado número de intervenções, foi a justeza das soluções preconizadas nos dois projectos de lei agora apresentados pelo Grupo comunista, medidas que poderão em muitos casos contribuir decisivamente para superar

quem se ouviram, por outro lado, largas referências ao importante papel desenvolvido pelas autarquias nessa gigantesca tarefa de recuperar e ordenar tecidos urbanos das áreas metropolitanas onde hoje

quer técnicos, quer financeiros, designadamente da administração central, de modo a permitir que este esforço não recaia exclusivamente, como tem sucedido até aqui, sobre as autarquias e sobre os proprietários.

## Realçado num grande encontro em Lisboa O voto dos trabalhadores deve ser na CDU

A importância de reforçar a votação na CDU nas eleições legislativas e o peso do PCP como grande partido da esquerda foi sublinhada anteontem, num encontro que reuniu mais de 400 sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores de diversas empresas e sectores de actividade do distrito de Lis-

boa e onde o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez a intervenção de encerramento.

Com a sala Europa do hotel Altis praticamente cheia, o encontro distrital de dirigentes e activistas sindicais e membros de CTs apoiantes da CDU analisou a situação social nos concelhos de Lisboa, apontou as res-

ponsabilidades do Governo e do patronato e exigiu a urgente tomada de medidas para a resolução dos graves problemas que afectam as camadas laboriosas.

As intervenções de José Casanova, da Comissão Política do PCP, de Arménio Carlos, da DORL e do Comité Central do Partido, e de muitos outros par-

ticipantes no encontro evidenciaram uma forte vontade e disponibilidade para o empenhamento activo na próxima batalha eleitoral, de forma a ganhar o voto dos trabalhadores para a CDU e dar assim mais força à exigência de uma nova política e de uma alternativa democrática de Governo.

## USL/CGTP recusa chantagem da Expo 98

No final de uma reunião com o comissariado da Expo 98, um dirigente da União dos Sindicatos de Lisboa classificou de «chantagem inaceitável» as exigências do patronato relacionadas com o pagamento da segurança social dos trabalhadores da Expo 98. Em declarações à agência Lusa, Arménio Carlos referiu que as entidades patronais exigem que os sindicatos cedam em questões como a flexibilização de horários de trabalho, a polivalência e a alteração do sistema de férias e folgas, para pagarem a segurança social dos trabalhadores.

O sindicalista, que integrou a delegação de sindicatos da construção civil, metalurgia, hotelaria e comércio e serviços que reuniu com os responsáveis da Expo segunda-feira, afirmou que os sindicatos não estão dispostos a ceder às pressões do patronato e pretendem continuar a negociar a proposta de acordo que entregaram em Junho.

## Gravuras de Foz Côa Verdes querem informação objectiva

O Partido Ecologista "Os Verdes" apresentou na Assembleia da República um requerimento exigindo à Secretaria de Estado da Cultura uma informação objectiva sobre a situação das gravuras de Foz Côa.

"Os Verdes" pretendem saber se o Governo português já solicitou à UNESCO a classificação do conjunto de gravuras, pois consideram tal classificação como "uma etapa fundamental para assegurar condições científicas, técnicas e financeiras para a preservação das gravuras".

Os ecologistas exigem também a suspensão das obras da barragem "sem o que todo este valioso património será irremediavelmente perdido".